



TERRITORIALIDADES
CAMPONESAS:
ASSENTAMENTO RURAL E
AGROECOLOGIA NA MATA SUL
PARAIBANA

Aline Barboza de Lima

 EDUFCC



ALINE BARBOZA DE LIMA

**TERRITORIALIDADES CAMPONESAS:
ASSENTAMENTO RURAL E
AGROECOLOGIA NA MATA SUL PARAIBANA**

CAMPINA GRANDE, 2012

Expediente

Universidade Federal de Campina Grande

Reitor

Thompson Fernandes Mariz

Vice-Reitor

José Edilson de Amorim

Diretor Administrativo da EDUFCG

Antonio Clarindo Barbosa de Souza

Impressão

Gráfica São Mateus

Conselho Editorial

Benedito Antonio Luciano (CEEI)

Consuelo Padilha Vilar (CCBS)

Edjane E. Dias da Silva (CCJS)

Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)

José Helder Pinheiro (CH)

Onaldo Guedes Rodrigues CSTR)

Marcelo Bezerra Grilo (CCT)

Carlos Alberto Vieira de Azevedo (CTRN)

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

L732t Lima, Aline Barboza.

Territorialidades camponesas - assentamento rural e agroecologia na mata sul paraibana / Aline Barboza Lima. - Campina Grande: EDUFCG, 2012. 200p.

ISBN: 978-85-8001-047-3

1. Geografia. 2. Agroecologia. 3. Mata Sul Paraibana. 4. Assentamentos Rurais. I. Título.

CDU 911.373

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I	
Formação territorial e Agroecologia: relação sociedade e natureza no Litoral Sul Paraibano	15
1.1 Novas territorialidades no Litoral Sul: a luta camponesa pela terra e a constituição do Assentamento APASA	39
1.2 A luta pela permanência na terra e a construção de novas territorialidades	59
CAPÍTULO II	
Campeinato e agroecologia: perspectivas e abordagens	73
2.1 Agroecologia: origem, conceitos e perspectivas	73
2.2 Os camponeses do APASA e a agroecologia: desafios de um processo de construção	96
CAPÍTULO III	
AGROECOLOGIA E TERRITÓRIOS-REDE EM CONSTRUÇÃO.....	121
3.1 Saberes e sabores da agroecologia: informação e comunicação na construção das novas territorialidades	121
3.2 A Feira Agroecológica do Bessa: territórios-rede na construção de novas territorialidades	142
Considerações Finais.....	166
Referências Bibliográficas:.....	173
Anexos	187

INTRODUÇÃO

Na Paraíba, somente na Nova República, na década de 1980, foram criados os primeiros assentamentos rurais, que adicionaram novos elementos de transformação na configuração territorial das paisagens rurais. Na Zona da Mata Paraibana, onde antes existiam vastas áreas plantadas com cana-de-açúcar e/ou coqueirais, exploradas apenas por algumas dezenas de trabalhadores, nasceram novos limites e novas relações sociais, políticas e econômicas.

De forma geral, as áreas onde há assentamentos rurais são ordinariamente associadas à concentração de pobreza e estagnação do espaço agrário, todavia, estudos realizados com desvelo indicam que os assentamentos rurais podem se destacar positivamente e contrariarem a ideia que os associa apenas a insucessos.

Nesses casos, mesmo com a imensa pobreza que permeia quase sempre a etapa posterior à conquista da terra, os assentamentos rurais se sobressaem por conseguirem reaver laços familiares e interferirem na dinâmica local, através da geração de empregos para um alto número de famílias e pela dinamização da economia interna, sendo fundamentais na compreensão do quadro agrário brasileiro da atualidade.

Através do estabelecimento dessas áreas reformadas, novas territorialidades passam a ser construídas, reveladoras de aspectos concretos e simbólicos da formação territorial paraibana. Os sujeitos sociais propulsores desses novos recortes espaciais engendram muitas mudanças e remodelam o cenário anterior. A monocultura cede lugar à policultura, ao lado da casa sede, antes soberana, outras casas passam a ser construídas, feiras livres são formadas e as existentes nas proximidades começam a receber novos fregueses.

Decodificá-los a partir de uma escala local é fundamental para apreender e desvendar novos arranjos da nossa sociedade, pois além de serem espaços diferenciados, os assentamentos criam novas redes de sociabilidade, que acabam por definir novas dinâmicas.

A investigação aqui realizada concerne ao entendimento dessas novas territorialidades na recomposição do espaço agrário paraibano, no intuito de contribuir com a compreensão dos significados presentes a partir da formação desses recortes territoriais.

Como *locus* de estudo, escolhemos o assentamento APASA, localizado no município de Pitimbu, microrregião do Litoral Sul e mesorregião da Zona da Mata Paraibana (Mapa 1). A seleção desse recorte espacial decorre de uma série de motivações, surgidas a partir de pesquisas realizadas anteriormente, que suscitaram indagações e resultaram na pesquisa ora apresentada.

Mapa 1: Localização da área de estudo. Anexo na página 190.

Os estudos no assentamento APASA tiveram início no ano de 2005, quando investigávamos a atuação de Políticas Públicas de Combate à Pobreza Rural nos assentamentos do município de Pitimbu¹. Através das pesquisas, constatamos ser Pitimbu o município que possui o maior percentual de áreas agrícolas reformadas na Zona da Mata Paraibana, onde do total de sua área agrícola, 57% correspondem a áreas de assentamentos rurais². A análise qualitativa desse dado estatístico denotou a existência de uma pujante dinâmica social, correlacionada aos processos históricos e geográficos ali desenvolvidos.

O atual município de Pitimbu foi um dia terra de Potiguaras, povo indígena do tronco linguístico tupi, que habitava toda a costa da Paraíba. De acordo com Medeiros (1950), em seu Dicionário Corográfico da Paraíba, Pitimbu significa “Olho D’água do Fumo”, nome certamente dado pelos nativos por representar bem a paisagem natural do assentamento, onde existem solos propícios a infiltração das águas, as quais são comumente barradas por rochas de baixa permeabilidade e que, em alguns trechos, fazem-nas emanar à superfície e ressurgir nas vertentes em forma de fontes.

Para Oliveira (1998), é possível também que a palavra Pitimbu tenha sua origem relacionada ao termo indígena Pititinga, que quer dizer peixe miúdo, ou camarão branco, espécime característico da costa do município, o qual se demonstra como tradicional região pesqueira, atividade de significativa representatividade econômica, muito reveladora dos aspectos culturais do lugar.

¹ Esses estudos foram realizados durante o desenvolvimento da pesquisa de Iniciação Científica intitulada “A paisagem Agrária Paraibana: análise das manifestações culturais, das práticas de resistência e das condições de trabalho”, coordenada pela Prof^a.dr^a. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues.

² Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1995-96; Superintendência Regional do INCRA na Paraíba, listagem das áreas desapropriadas entre 1986 e 2003.

Essa outrora terra de Potiguaras ainda ostenta aspectos naturais que lhe oferecem aprazível beleza, justificando, em certa medida, a intensa disputa e os divergentes interesses que ali se desenrolaram ao longo dos séculos. Os Potiguaras se defrontaram com esses interesses e lutaram com muito afincos para não perderem esse pedaço de terra, todavia, as investidas não foram poucas, tabajaras, franceses, holandeses e portugueses esmeraram-se em obter a apropriação desse espaço.

Pitimbu configura-se historicamente como um lugar de grande disputa territorial, onde podemos observar uma complexa relação sociedade e natureza, representada em diferentes racionalidades, conforme o período e a classe social analisada, que foram concretamente materializadas nas paisagens observadas.

É sob esse viés que buscamos compreender as relações sociais atualmente desenvolvidas no Assentamento APASA, tendo como foco de análise da formação de novas territorialidades a influência da agroecologia como elemento constituinte de uma relação sociedade e natureza capaz de fortalecer essa construção territorial.

A escolha da agroecologia como elemento central da relação sociedade e natureza, parte da existência no Assentamento APASA do projeto da Feira Agroecológica Paraibana, desenvolvido no assentamento desde o ano de 2001, cujo objetivo é a comercialização direta de produtos agroecológicos.

Procuramos compreender o papel da agroecologia na vida dos camponeses estudados e qual a relação sociedade e natureza oriunda das práticas por eles desenvolvidas, compreendendo daí as forças capazes de interferir na dinâmica territorial da área, bem como a sua influência no estabelecimento das relações campo e cidade.

Essas análises convergem para a reflexão sobre a produção de alimentos, em temas ligados à discussão da segurança e da soberania alimentar, assuntos diretamente relacionados ao uso do território pelos camponeses.

Na década de 1940, Castro (2003) em obra seminal, Geografia da Fome, marcou a produção científica da época ao deflagrar os problemas sociais como causadores da fome no Brasil, até então muito vinculada a leituras deterministas da realidade. A revelação da carência alimentar no Nordeste Açucareiro como sendo de maior gravidade do que àquela ocorrida no Sertão Nordestino, demonstrou que o problema da fome não era restrito às causas naturais.

Esse tema, atualmente, continua a suscitar inúmeros debates, oriundos da crescente preocupação com a destruição ambiental ocasionada pelo uso intensivo dos solos agrícolas e ainda pela alta concentração do controle produtivo desse setor. A crítica desenvolvida nesses debates aponta que, apesar do aumento da produtividade ocasionado por avanços técnicos e pela ampliação das fronteiras agrícolas, persiste o problema da fome no mundo, e ainda uma crescente situação de insegurança alimentar.

De acordo com dados publicados pela FAO, entre os anos de 2003-2004³, cerca de 863,9 milhões de pessoas em todo o mundo se encontravam em estado de subnutrição. Em termos comparativos, podemos destacar que o Censo do IBGE do ano 2000⁴ contabilizou um total de quase 170 milhões de habitantes no Brasil, demonstrando que nesse período, a população mundial em estado de subnutrição no mundo correspondia a cerca de cinco vezes a população total do nosso país.

Os dados referentes à subnutrição mundial demonstram que nos países onde se encontra a população mais pobre é onde a fome se manifesta com mais perversidade, assim, da quantidade equivalente à população mundial subnutrida, citada anteriormente, 832,3 milhões de pessoas são oriundas de países classificados como em desenvolvimento, com destaque para países localizados na Ásia, África Subsahariana, América Central e América Latina. Enquanto isso, os países desenvolvidos abarcariam o número de 31,6 milhões da população mundial subnutrida.

O lugar de onde parte nossas reflexões, adquire importante significado nesse contexto, uma vez que analisamos a realidade a partir de um espaço geográfico considerado periférico, onde podemos analisar as diversas conjunturas associadas aos problemas agrários paraibanos, que não deixam de estar relacionados com fatos da escala global.

Compreender a existência da fome, quando há um quadro natural favorável à produção de alimentos pode parecer a princípio uma questão facilmente compreensível, mas que, quando observada com atenção remete-nos a aspectos complexos da realidade analisada. No caso dos camponeses estudados, esse tema possui grande relevância, uma vez que a sua existência enquanto classe social é profundamente afetada por essas dinâmicas, onde a agroecologia passa a

³ FAO. Estadísticas sobre Seguridad Alimentaria. (2008)

⁴ IBGE. Censo Demográfico - 2000.

figurar não apenas como uma prática agrícola, mas, sobretudo como uma forma de resistência do campesinato aos movimentos hegemônicos que tendem a lhes desterritorializar.

Nesse sentido, a agroecologia afigura-se como um importante conceito para o entendimento das práticas agrícolas da atualidade, correlacionada a temas como segurança e soberania alimentar, presentes na pauta das discussões desenvolvidas no âmbito dos assentamentos rurais, em reflexões que partem geralmente dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada.

A construção teórico-metodológica da pesquisa trilhou o caminho da investigação qualitativa, por onde procuramos responder as nossas indagações. O trabalho de campo foi fundamental nesse processo, onde aplicamos diferentes recursos, tais como observação da paisagem, registros fotográficos, filmagens, anotações em caderneta de campo, aplicação de questionários e realização de entrevistas registradas em gravador eletrônico. Os trabalhos de campo ocorreram em dois lugares: na Feira Agroecológica do Bessa, localizada no bairro do Bessa, na cidade de João Pessoa e no Assentamento APASA.

Inicialmente, os trabalhos de campo na Feira Agroecológica do Bessa foram realizados com o intuito de observar a dinâmica cotidiana da Feira, para tanto, passamos a freqüentá-la regularmente, sempre exercitando nossa capacidade de observação, tentando captar os significados presentes nas relações sociais e econômicas ali estabelecidas.

Optamos inicialmente por não registrar os trabalhos de campo com equipamentos eletrônicos, preferimos nessa fase, realizar conversas informais, com a intenção de conhecer melhor os camponeses e construir laços de confiança com o grupo. O registro das observações oriundas desses momentos foi feito posteriormente, através de anotações em caderneta de campo. Essa fase durou aproximadamente seis meses (agosto 2006 – janeiro 2007), quando começamos a realizar entrevistas registradas com gravador eletrônico (fevereiro 2007 – dezembro 2007).

Entrevistamos um total de 21 camponeses, as perguntas seguiram um roteiro pré-estabelecido, contudo sem rigidez, pois a nossa proposta era permitir que o entrevistado falasse livremente a partir de sua memória, para que pudesse resgatar desde o momento da luta pela terra até a entrada no projeto da Feira Agroecológica. Por essa razão, em cada trabalho de campo, que durava em média quatro horas, realizamos no máximo duas entrevistas, pois os camponeses por

vezes contavam a sua história de vida, lembravam da infância, do casamento, dos momentos de luta, e enveredavam por assuntos os mais diversos. Além disso, frequentemente tínhamos que interromper a entrevista, pois os camponeses precisavam vender os produtos, nesses momentos, procuramos observar as relações estabelecidas entre os camponeses e os fregueses, como eram vendidos os produtos e que diálogos eram estabelecidos.

Os trabalhos de campo na Feira Agroecológica do Bessa colaboraram para a compreensão da relação campo-cidade formada entre os sujeitos sociais estudados e os habitantes da cidade. A partir das observações, conversas, e do vivenciar desse cotidiano, onde por vezes ficamos até o desmontar da última barraca, apreendemos traços de diversidade e riqueza cultural de uma feira realizada por camponeses que trazem consigo um projeto diferenciado de produção e comercialização de alimentos.

No Assentamento APASA, os trabalhos de campo ocorreram entre os anos de 2005 a 2007, num total de 23 visitas. Os primeiros trabalhos de campo aconteceram, como afirmamos, durante pesquisa de Iniciação Científica, em 2005, quando aplicamos questionários e realizamos registros fotográficos. Nesse momento, visitamos todas as áreas de assentamentos rurais do município de Pitimbu, e o Assentamento APASA chamou nossa atenção pela organização perceptível a partir da própria estrutura do lugar.

Ao chegarmos a praça do Assentamento APASA, observamos uma Igreja Católica em seu centro e procuramos saber quem a tinha construído, os moradores responderam que foram eles mesmos que se cotizaram para erguer a Igreja. Durante as nossas entrevistas, percebemos que a vida política naquele assentamento era bastante ativa, e que essa característica certamente deveria interferir na sua estrutura e organização.

Ainda no ano de 2005, realizamos a pesquisa monográfica, momento em que desempenhamos trabalhos de campo mais longos, uma vez que o objeto de nossa pesquisa era estudar especificamente o Assentamento APASA. Aplicamos um total de 97 questionários, realizamos registros fotográficos e anotações em caderneta de campo. Nessa ocasião, caminhamos mais livremente pela Agrovila, e pudemos observar mais detalhadamente a estrutura do lugar. Nos momentos em que aplicávamos os questionários, geralmente éramos convidados a entrar, e algumas vezes a fazer refeições, lanches, almoço ou jantar. O caminhar pelas ruas bem delimitadas da Agrovila revelou-nos detalhes até então despercebidos, como

mercearias, mercadinhos, fiteiros, botequins, Igrejas Protestantes, escola, casa de farinha, caixa d'água, campo de futebol, dentre outros componentes que fazem parte do cotidiano do Assentamento. Percebemos também, a existência de uma diferença no padrão habitacional das famílias camponesas, onde observamos desde simples casas de taipa, bastante humildes, até casas de alvenaria, com alpendres, ou varandas, algumas bem mobiliadas e com piso revestido de cerâmica.

No ano de 2006, realizamos trabalhos de campo destinados à investigação da pesquisa de mestrado. Nessa ocasião, delimitamos nosso universo de pesquisa para os camponeses do Assentamento APASA que fazem parte da Feira Agroecológica. A partir desses trabalhos de campo, saímos da Agrovila e fomos percorrer as estradas e trilhas que nos levavam até as parcelas agrícolas desses camponeses.

Procuramos conhecer as áreas de produção agroecológica, observando as plantas cultivadas, a forma de manejo do solo e das plantas, o tipo de irrigação utilizada, bem como os outros aspectos existentes nas parcelas. Nesses momentos, ao invés de aplicarmos questionários, conversamos informalmente com os camponeses, para que eles revelassem as suas práticas agrícolas e o seu entendimento sobre a agroecologia.

Observamos, nesses percursos, tanto dificuldades, como prazeres da vida rural. As distâncias percorridas da agrovila até as parcelas de cultivo, por vezes são muito longas, chegando até a uma hora de caminhada, algumas estradas, ou trilhas (picadas abertas no meio do mato), situam-se em terrenos íngremes e tortuosos. Nesse caminhar, em alguns pontos nos defrontamos com pequenas áreas de reserva florestal, que apesar da pouca dimensão, trazem a riqueza e a diversidade da Mata Atlântica. Dos pontos mais altos do Assentamento APASA, podemos avistar um horizonte de formosura singular, que quando visto ao pôr-do-sol, remete-nos a tradicional beleza bucólica ligada à vida no campo.

Nossos trabalhos de campo ocorreram em diferentes estações do ano, onde percebemos uma significativa mudança na paisagem. Durante o verão, as plantas desafiavam o calor e cresciam a duras penas, a cobertura morta e a irrigação por gotejamento ajudavam a manter vivas as plantas cultivadas. No inverno, o Assentamento se enchia de verde, e flores silvestres brotavam por toda a parte, mas algumas áreas de cultivo começavam a ficar encharcadas e em alguns locais, tornava-se impossível o cultivo pela abundância das águas.

Compreendemos que a agricultura exige trabalho intenso desses camponeses, além de uma relação muito próxima com a natureza.

Durante um dos trabalhos de campo, um camponês relatou um momento da luta pela terra, nos contando que quando construiu sua cabana no acampamento, plantou uma mangueira, e atualmente (mais de dez anos depois), ela está muito grande e oferece muitos frutos. Esse relato, nos faz refletir o significado da natureza para o campesinato estudado, onde muitas vezes nossos pés desatentos machucaram algum raminho aparentemente crescido ao acaso no chão, mas que rapidamente era identificado pelo camponês que o plantou.

Verificamos, através dos trabalhos de campo, a existência de uma ligação afetuosa com a terra conquistada, desde os mais velhos, que participaram das circunstâncias mais difíceis da luta pela terra, até os mais jovens, que vislumbram a possibilidade de uma vida mais digna. Ao visitarmos uma parcela de um integrante da feirinha, o seu filho, um garoto de aproximadamente oito anos, nos contou com orgulho que conhecia mais detalhadamente a natureza da parcela que o seu pai. Ele nos descreveu com detalhes os riachos, as plantas e outros elementos que faziam parte da área, demonstrando um apurado conhecimento sobre aquele território, onde dificilmente se perderia.

Foram essas as dimensões que procuramos observar e analisar durante nossos trabalhos de campo, essa relação complexa entre camponês e natureza e como ela se verifica no tocante a construção de novas territorialidades.

Cabe destacar, que alguns desses trabalhos de campo foram realizados durante atividade de extensão universitária, que colaborou para que pudéssemos acompanhar reuniões, assistência técnica, bem como atividades fora do assentamento, como participação em eventos e reuniões sobre agroecologia. A nossa participação nesses eventos teve como objetivo principal a interlocução com os vários agentes envolvidos direta ou indiretamente no nosso universo de pesquisa, onde buscamos dialogar com representantes de movimentos sociais, camponeses, pesquisadores da questão agrária e pesquisadores de geografia. Esses eventos foram registrados em foto, vídeo, gravações e anotações em caderneta de campo.

Concomitantemente aos trabalhos de campo, buscamos fundamentar nossas análises e dialogar com outros pesquisadores, a fim de elucidar melhor as questões analisadas. A bibliografia levantada partiu de estudos sobre a Reforma Agrária no Brasil, sob a ótica da categoria lugar e território, com a qual

procuramos compreender a agroecologia no Assentamento APASA, sem perder de vista o estudo da memória e da cultura camponesa, importantes para nossas reflexões sobre a relação sociedade e natureza e relação campo-cidade, estabelecidas a partir do projeto da Feira Agroecológica Paraibana. Os estudos acerca dessas temáticas colaboraram com a construção do arcabouço teórico da pesquisa, onde buscamos um diálogo com as análises obtidas a partir dos trabalhos de campo.

Além da revisão bibliográfica, o levantamento de dados secundários também ajudou-nos a construir a pesquisa. Destacamos as informações obtidas a partir dos processos administrativos de Reforma Agrária no INCRA-PB, onde encontramos uma riqueza de informações sobre o processo de desapropriação da área estudada, além de outros documentos fornecidos pelo INCRA-PB, como bases cartográficas, lista de beneficiários e relatório de emancipação do Assentamento.

As informações levantadas e organizadas, tanto por nossa pesquisa de mestrado, quanto pelas pesquisas de Iniciação Científica, monografia e extensão rural reuniram um considerável acervo de dados, longe de ser esgotado por esse estudo aqui apresentado, podendo vir a subsidiar outras pesquisas. No nosso trabalho, apesar das várias possibilidades de investigação, procuramos analisar a realidade a partir de um direcionamento específico, que visou discutir a construção de novas territorialidades camponesas a partir da agroecologia. O resultado desse trabalho foi dividido em três capítulos.

No capítulo primeiro, intitulado “Assentamento APASA: nova territorialidade na Zona da Mata Paraibana”, abordamos a constituição do Assentamento APASA enquanto uma nova territorialidade, para tanto, antes de iniciarmos a discussão sobre o momento de luta pela terra e a construção dessa territorialidade, resgataremos sucintamente os processos históricos de formação territorial do local estudado, sob o ponto de vista da relação sociedade e natureza. Essa abordagem se fez necessária no sentido de compreendermos as práticas agrícolas desempenhadas pelos camponeses, em suas mudanças e permanências.

No capítulo segundo, denominado “Campesinato e agroecologia: perspectivas e abordagens”, discutimos as origens, os conceitos e as perspectivas da agroecologia, com o objetivo de entendermos os diferentes discursos advindos da construção científica sobre esse tema. Analisamos também a

agroecologia na perspectiva dos camponeses estudados, observando os significados presentes nas práticas agrícolas desenvolvidas por eles, bem como a interface entre as práticas camponesas e a construção científica dessa temática, analisando pontos divergentes e pontos convergentes.

No capítulo terceiro, definido como “Agroecologia e territórios-rede em construção”, procuramos analisar a construção da agroecologia em distintas escalas de atuação, compreendendo como essas escalas podem se interligar através de redes de informação e troca de conhecimento e assim fortalecer a construção de novas territorialidades através da agroecologia, criando novos espaços de relação e redefinindo dinâmicas entre o campo e a cidade.

Por fim, tecemos algumas considerações sobre a construção de novas territorialidades e a importância da agroecologia nesse processo, destacando as possibilidades de fortalecimento, bem como os desafios postos através de diferentes dilemas e contradições observados.

CAPÍTULO I

Formação territorial e Agroecologia: relação sociedade e natureza no Litoral Sul Paraibano

A longa trajetória de formação territorial do Brasil é também uma história de luta pela terra, possuindo no seu decurso uma série de mudanças na relação estabelecida entre sociedade e natureza, processo onde preponderou a violência e a degradação praticadas por aqueles que a utilizavam apenas como fonte de recurso, em detrimento dos povos que dela dependiam para sobreviver.

Dessa forma, para compreendermos a formação territorial do Litoral Sul Paraibano e do Assentamento APASA especificamente, e sua relação com a agroecologia, é preciso considerar os processos históricos que deram origem a essa porção da Zona da Mata Paraibana. Esse percurso colabora para revelar que uma área de Assentamento rural liga-se a uma longa trajetória de luta pela terra e que apesar de constituir-se em uma delimitação territorial recente, uma vez que a criação do Assentamento APASA data de 1995, possui ligação direta com séculos de exclusão social.

A relevância de se destacar essa abordagem na construção territorial, parte também da necessidade de compreender como os vários sujeitos sociais atuantes na constituição desse espaço relacionaram-se com a natureza no decorrer dessa formação, entendendo, dessa forma, os significados mais complexos ligados a denominações como a agroecologia, bem como a sua aceção no âmbito do campesinato estudado.

As relações estabelecidas entre sociedade e natureza representam um assunto de grande relevância no transcurso epistemológico da Geografia, sendo essa abordagem por si mesma dicotômica, uma vez que nesses termos, sociedade e natureza aparecem de forma separada, o que ainda nos remete a uma dicotomia presente na própria ciência geográfica, a separação: Geografia Humana x Geografia Física.

Todavia, a ideia de natureza e sociedade que aqui apresentamos é a de que sociedade e natureza não devem ser compreendidas a partir de uma leitura opositora, mas sim como uma unidade, concordando com Santos, M. (2005) quando ele nos lembra que a interpretação dualista Homem-Natureza é um erro.

Dessa forma, entendemos que o homem é natureza, é parte integrante desse sistema complexo de interações, sendo assim como água, rocha, planta e outros seres vivos, mais um componente do planeta Terra. Todavia, devido a sua capacidade de produção, o homem diferenciou-se de forma abrupta dos demais componentes da Terra e sua aptidão para transformar a si e aos outros componentes a partir do trabalho gerou uma ideia de homem separado da natureza. De acordo com Marx e Engels (2002, p. 15) “ao produzirem os seus meios de vida, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material”, o que os distinguem acentuadamente dos outros animais.

Assim, os aspectos políticos, econômicos e sociais da própria organização da sociedade mediante a produção do espaço tornaram homem e natureza elementos dicotômicos. De acordo com Gonçalves (2006, p. 37), “toda sociedade, toda cultura cria um determinado conceito de natureza, ao mesmo tempo em que cria e institui relações sociais.” Além disso, Marx e Engels (2002, p. 28) destacam que:

A questão importante da relação do homem com a natureza, como se estas fossem duas coisas separadas uma da outra, como se o homem não tivesse sempre diante de si uma natureza histórica e uma história natural, desfaz-se por si própria com a compreensão de que a celebrada unidade do homem com a natureza desde sempre existiu em todas as épocas de formas diferentes.

Ou seja, mesmo que o homem acreditasse na sua dissociação com a natureza, seja pela ideia de sua superioridade em relação a esta, como no período pós-socrático, pela ideia da distinção através da benção divina, que o fez a sua imagem e semelhança, num pensamento característico do cristianismo da Idade Média, ou através da ideia de dominação da natureza presente no pensamento racionalista do período moderno, essa unidade sempre existiu por ser em si indissociável, o que nos leva a compreensão de que essa separação é ideológica⁵, decorrente de uma conjuntura política, social, econômica e cultural.

⁵ Ideologia, no sentido discutido por Löwy (2003, p. 13) como: “a) visão de mundo social, isto é, de um conjunto relativamente coerente de idéias sobre o homem, a sociedade, a história, e sua relação com a natureza. b) visão de mundo ligada a posições sociais, ou seja, aos interesses e à situação de certos grupos e classes sociais”.

Dessa maneira, compreender a constituição de Assentamentos rurais como novas territorialidades, sob o viés da relação sociedade e natureza, possibilita-nos o entendimento, tanto em sua expressão material, como também através de suas acepções mais simbólicas e culturais, das matrizes ideológicas presentes nas dimensões espaço-temporais dos sujeitos sociais estudados.

Nessa perspectiva, entendemos essa nova territorialidade sob uma ótica processual, considerando-a tanto em sua dimensão simbólica e cultural, como em sua dimensão material. Nessa visão integradora, o território, nos dizeres de Haesbaert (2004, p. 74):

Não pode ser considerado nem estritamente natural, nem unicamente político, econômico ou cultural. Território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integrada entre diferentes dimensões sociais (e da sociedade com a própria natureza).

De acordo com Santos, M., (2005, p. 137) “É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica”.

Portanto, a análise do território permite explicitar o processo de formação espacial da área investigada, através de seus diferentes usos e do desenrolar técnico, científico e informacional, que irão, no decorrer da história da humanidade, apontar as mudanças da relação sociedade e natureza.

Dessa reflexão, entendemos que a leitura da relação sociedade e natureza de forma dicotomizada, mesmo que corresponda a um sistema de ideias, é reflexo de uma realidade concreta manifestada através dos sistemas políticos, econômicos e sociais. No nosso estudo, destacamos especificamente a relação do homem com a terra agrícola.

A partir do resgate bibliográfico e documental e do trabalho de campo, analisamos esse processo numa escala local, percebendo as diversas formas de relações sociedade e natureza presentes no processo de constituição territorial do espaço estudado. Concordamos com Alimonda (2006, p. 245) quando este afirma que o estudo da história ambiental numa perspectiva do lugar e da

agroecologia podem mutuamente dar conta do desafio da complexidade, sem perder de vista os marcos dos contextos mais gerais e que:

Ambas otorgan una importancia central a la configuración del lugar como “territorio”, como soporte de un conjunto de significaciones otorgadas por la experiencia vital de la comunidad humana que ha interactuado con él y en él a través de sucesivas generaciones. En ese sentido, la microhistoria y la agroecología se construyen en una perspectiva crítica y eventualmente de ruptura en relación a la tendencia des-territorializadora de los discursos dominantes.

A escolha de uma escala local dá-se pelo fato de entendermos que o lugar está interligado com o global e que “a interdependência universal dos lugares é a nova realidade dos territórios”. (SANTOS, M, 2005, p. 137). O território representa, nessa concepção, a resistência do lugar, que mesmo normatizado pelos mercados universais, pode desenvolver-se em oposição a estes, reconstruindo bases de vida comum, com normas, culturas e tradições locais. De acordo com Santos M, (2006, p. 13):

O território é o lugar em que se desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir de manifestações da sua existência.

Com base nessas análises, constatamos que até chegar ao seu atual delineamento territorial, a área onde encontramos o Assentamento APASA abrigou diferentes formas de relação sociedade e natureza e diferentes delimitações territoriais. A territorialidade do Assentamento e as formas de cultivos atualmente lá desenvolvidas fazem parte de um processo histórico e geográfico de construção territorial que não deve ser desconsiderado. Dessa forma, a territorialidade é influenciada pela base material do Assentamento, em suas relações socioeconômicas e também pelos aspectos culturais e simbólicos.

Em relação à base material do Assentamento, podemos dizer que este corresponde ao chamado domínio Tropical Atlântico. A expressão “domínio”, de

acordo com Ab'Saber (2003) refere-se a um mosaico de ecossistemas que convivem espacialmente. Nesse domínio, destaca-se a presença da Mata Atlântica, que em sua constituição primária ocupava um total de um milhão de quilômetros quadrados, o que lhe conferia a categoria de segundo grande complexo de florestas tropicais biodiversas brasileiras, apenas menor que a Floresta Amazônica, cerca de quatro vezes maior.

A Mata Atlântica possui um eixo longitudinal norte-nordeste e sudoeste, que segundo Ab'Saber (2003) lhe imprime um complexo azonal, acompanhada por feições topográficas muito diferenciadas. A Mata Atlântica que existia no Assentamento estudado, encontrava-se nos baixos planaltos costeiros, denominados também como tabuleiros, que representam o maior domínio geomorfológico da área, onde são encontradas também a depressão do Abiaí e uma planície fluvial.

Os tabuleiros são formas de relevo caracterizadas por camadas sedimentares horizontais ou sub-horizontais, cujo aplainamento relaciona-se ao umedecimento climático, responsável pela organização dos sistemas hidrográficos. Sua origem encontra-se associada a deposições sedimentares do planalto da Borborema. De acordo com Silva (2006) os tabuleiros do Assentamento APASA são litologicamente compostos por sedimentos areno-argilosos da Formação Barreiras, e sua origem está relacionada a fatores de ordem tectônico-estrutural e aos diversos processos de dissecação atuantes na área.

Os solos arenosos, por terem sido formados a partir da intemperização do planalto da Borborema, possuem baixa fertilidade e pouca capacidade de reter água e nutrientes, características que o fazem dependentes da cobertura vegetal, conforme destaca Dean (1996, p. 27):

Sob tais condições, o desenvolvimento do solo depende em grande parte da cobertura da vegetação, e não o contrário. A folha caída das árvores costuma ser duas vezes mais pesada que a das florestas temperadas e é rápida e continuamente mineralizada por cupins, fungos e bactérias. A sombra densa da floresta fornece condições ambientais para a formação de uma camada fértil de húmus.

Dessa forma, o desenvolvimento da Mata Atlântica deve ser compreendido a partir da interação entre vegetação, solo e clima. A sua exuberância e diversidade, além das características azonais, impostas pelas variações latitudinais, devem-se também a outros fatores, como as eras glaciais e a própria ocupação humana, que apesar de terem imposto a sua diminuição, colaboraram contraditoriamente com a sua complexidade.

No caso das eras glaciais, estudos indicam que durante esses períodos, a floresta diminuía e perdia contato com a Floresta Amazônica. Esse encolhimento para os *refugia* (teoria dos refúgios), de acordo com Haffer (2002), estimulava o desenvolvimento de espécies endêmicas, que nos intervalos glaciais avançavam, transformando espécies e suas inter-relações. Sobre essa questão, Dean (1996, p. 37) destaca que “a floresta é então um palimpsesto de formas e relações superpostas, refletindo a experiência evolutiva em padrões geográficos complexos e intrigantes”.

No caso da influência humana na constituição da floresta, os registros arqueológicos das primeiras ocupações humanas presentes nesse espaço datam de cerca de 11 mil anos. Dentre as diversas formas de organização pré-colombiana na costa brasileira, podemos destacar as sociedades coletoras dos sambaquis, que viviam da coleta de animais marinhos, além de grupos de caçadores e grupos agrícolas.

A prática da agricultura na Mata Atlântica é resultado de um longo processo evolutivo dos povos caçadores-coletores, cuja transformação ainda não teve seus motivos precisados, nem tão pouco seu surgimento implicou no fim desses povos. Convém destacar, contudo, que foi a prática da agricultura que modificou significativamente a relação dos homens com a floresta, conforme percebemos no trecho a seguir:

Desde o começo, a agricultura na região da Mata Atlântica – de fato, em todas as áreas de baixada do continente – exigiu o sacrifício da floresta. A técnica era extremamente simples: perto do fim da estação seca, a macega de uma faixa de floresta – um hectare mais ou menos – era cortada e deixada secar, e, por meio de machados de pedra, retirava-se um anel da casca dos troncos das árvores maiores. Então, um pouco antes da chegada das chuvas, a área era queimada, fazendo com que a enorme quantidade de biomassa da floresta caísse sobre a terra em forma de cinza. (DEAN, 1996, p. 44).

Essa “primeira leva de invasores humanos”, como bem denominou Dean (1996, p. 41), causou grande impacto na flora e na fauna desse espaço, sobretudo a partir do advento da agricultura. Contudo, o autor destaca que a própria diversidade e riqueza dos biomas brasileiros deveram-se também a essa relação estabelecida entre homem e natureza. Quando fala sobre a constituição dos biomas brasileiros, afirma que a prática da queimada na agricultura pelos nativos colaborou para o aumento ou mesmo a existência de determinados biomas, relatando que “queimadas periódicas impedem a restauração das espécies da floresta primária e depois de um longo período favorecem a vegetação de campos gramados e dos cerrados, porque eles são naturalmente sujeitos ao fogo e se adaptam à sua influência”.

Mesmo queimando e destruindo as florestas, aqueles habitantes se entendiam como parte integrante dela, e assim foram desenvolvendo um equilíbrio cada vez mais aperfeiçoado nessa relação. Um conhecimento profundo passado de geração a geração. Com relação à Mata Atlântica e à prática de queimadas para a agricultura pelos primeiros habitantes do Brasil, Dean (1996, p. 45) destaca ainda que:

O rebrotar das árvores corrigia o solo ao elevar os nutrientes do subsolo e dispersá-los pela queda das folhas e pela proteção dos processos do solo contra a insolação e a chuvas diretas. Normalmente, os agricultores não teriam uma repetição da queimada e plantio em determinada faixa antes que a floresta tivesse voltado a crescer até uma certa altura.

Dessa forma, percebemos que a relação sociedade natureza estabelecida entre nativos e floresta dava-se de forma equilibrada, mas também que esse equilíbrio foi construído milenarmente, através da tentativa de sobrevivência e adaptação da espécie humana nos diversos biomas brasileiros. A construção desses saberes proporcionou aos nativos uma noção de resiliência da natureza, de sua capacidade de suporte, não a colocando em risco. A utilização da natureza se dava para curto e médio prazo, não existia uma lógica de acumulação para a sobrevivência.

Todavia, quando o colonizador aportou na costa brasileira, a relação que os habitantes nativos mantinham com a natureza através desse equilíbrio

estabelecido milenarmente rompeu-se de forma abrupta, isso porque a ganância e a sede por mercadorias do colonizador, a exemplo do que se iniciou com a prática de escambo, deram-se também com o consentimento da população nativa. De acordo com Dean (2005, p. 66):

[...] os tupis não eram conservacionistas no sentido de poupar os recursos naturais para as gerações vindouras. É provável que a ausência de preocupação não fosse descuido, mas resultasse da certeza razoável sobre a adequação de seus recursos e sua capacidade de defendê-los contra os competidores.

Certamente os tupis não dimensionavam a ferocidade da devastação com que estavam colaborando, nem tampouco o que os aguardava posteriormente. Sabemos que a oferta de ferro pelos portugueses aos nativos, até então desconhecido por esses povos, modificou profundamente o seu tempo de trabalho, e contribuiu para que aceitassem a presença portuguesa. De uma hora para outra eles podiam pescar com anzóis de ferro e derrubar árvores com machados de aço. Cientes do fascínio vivido pelos nativos, os portugueses logo trataram de proibir que ferreiros portugueses utilizassem os nativos como aprendizes, mantendo assim a sua dependência.

Compreender a percepção dos tupis acerca da chegada portuguesa consiste numa tarefa que aponta lacunas de difícil preenchimento, uma vez que a escrita em que nos baseamos reflete uma visão eurocêntrica da realidade, dessa forma, os primeiros documentos deixados pelos cronistas e viajantes, que registraram a presença dos *brasis*, devem ser interpretados de forma a desvendar essas visões.

Conforme atestam alguns estudiosos do assunto, o discurso inicial formado a partir da visão europeia gerou uma concepção do nativo como sendo um ser sem religião, sem rei e sem leis, vivendo em estado bestial e que necessitava com urgência da salvação cristã, tema que escamoteou registros sobre aspectos fundamentais da organização desses povos, como aponta Cunha (1990, p. 93) quando afirma que:

A ideia de não domesticação dessa gente que nada domestica - nem plantas nem animais - é, em Caminha, tão poderosa, que o leva a ignorar a

agricultura dos índios, a não dar realce às redes e jangadas que menciona, e a presumir, só para ser desmentido no dia seguinte, que eles sequer tenham casas onde se abriguem.

Destacamos ainda que, nesse momento são colocadas diacronicamente duas concepções distintas de relação sociedade e natureza. Na representação indígena, a natureza possuía dimensões culturais de grande complexidade, que só depois de meio século da chegada portuguesa começam a despertar a curiosidade de cronistas e viajantes.

Na representação portuguesa, o período das navegações correspondeu a um momento de grande transformação na Europa, quando a ideia de natureza passou por profundas mudanças, conforme aponta Woortmann (1996, p. 11):

As navegações portuguesas e o descobrimento da América tiveram um profundo impacto sobre a cosmovisão européia, com conseqüências para a filosofia/teologia tradicional. Não menor, por certo, foi o impacto da nova concepção astronômica proposta por Copérnico. Em seu conjunto, provocaram o descentramento do mundo e desnortearam o pensamento tradicional.

Esse autor analisa que a ciência surgiu no interior do campo teológico, e essa ligação trouxe mudanças concretas na relação homem e natureza, onde a revolução astronômica e a revolução geográfica, desencadeadas por Colombo, colocaram em questão o legado do conhecimento deixado pelos antigos e até mesmo as interpretações dogmáticas dos escritos bíblicos. Segundo Woortmann (1996, p. 30):

Em conjunto com a astronomia copernicana, e anterior a ela, a descoberta do novo Mundo trouxe consigo a invenção de um mundo novo. A descoberta da América, expressão hoje considerada "politicamente incorreta", teve um outro significado na época em que ocorreu: mais do que descobrir um outro continente, representou um redescobrimto da Europa.

A teologia não compreendia a origem dos ameríndios recém-descobertos e estava diante de uma situação inteiramente nova. A bula *Sublimis Deus* de

1537 declarava humano os ameríndios, cujo critério primordial era a capacidade deles de se tornarem cristãos, todavia era preciso saber se era possível lê-los a partir dos princípios da criação divina, mas muitas das indagações não obtinham respostas, além disso, as navegações deram um impulso a efervescência renascentista e colaboraram para a afirmação de novas concepções, pois a experiência de se encontrar um outro continente era algo difícil de ser contestado. (WOORTMANN, 1996).

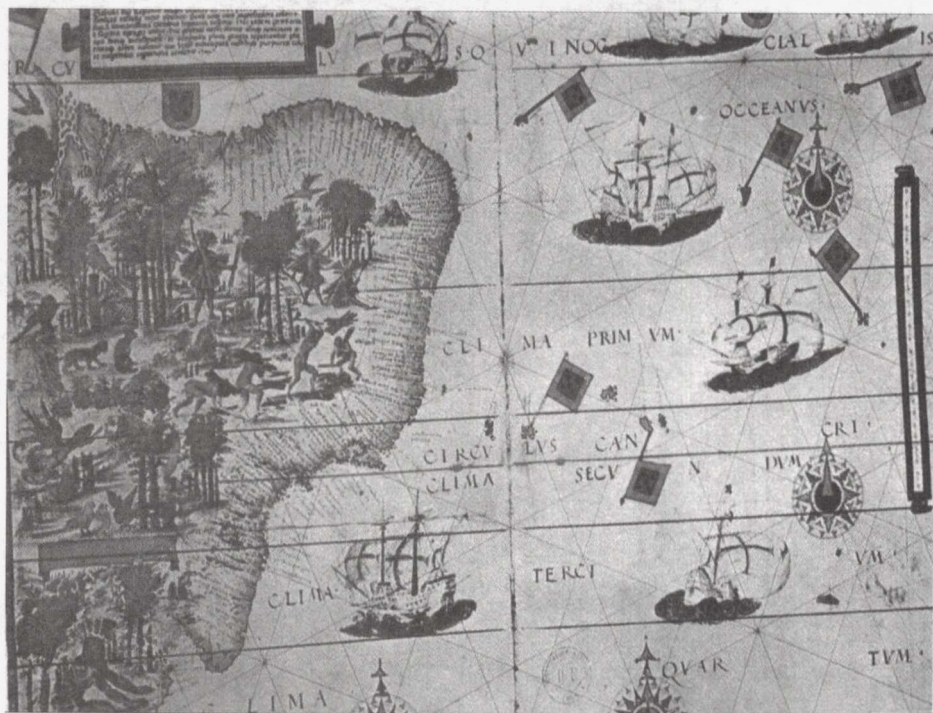
Nesse sentido, a revolução geográfica de Colombo pôs em dúvida a terra representada pelo *Orbis Terrarum* (Figura 1), na perspectiva medieval “TO”, onde o T correspondia à divisão do mundo em três partes e O correspondia ao Oceano, Jerusalém ficava no centro do mapa, que por sua vez, era também o centro do mundo. Noronha (2005) chama a atenção para o fato das descobertas geográficas, fruto das cruzadas do século XII, não estarem representadas, o que indica que a corografia medieval não tinha o objetivo de cartografar a terra, mas sim de ensinar os fiéis.

Figura 1: Orbis Terrarum – Mapa de Psalter (1250). Fonte: Noronha (2005)



Destacamos a Orbis Terrarum do período medieval para ilustrar que as novas descobertas foram determinantes para a construção dos mapas sobre o Novo Mundo, e demonstram que a revolução geográfica Pós-Colombo fez surgir pela primeira vez a representação de continentes e de um oceano não estranho à natureza humana. A ideia de monstros e criaturas abomináveis que girava em torno do desconhecido começou a desaparecer a partir da experiência concreta das grandes navegações. (Figura 2).

Figura 2: Terra Brasilis de Lopo Homem – 1519. Fonte: Mapas Históricos Brasileiros. Prancha 7. São Paulo: Abril Cultural, 1969. Fac símile, Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro;



Woortmann (1996, p. 69) relata ainda que na tentativa de compreender esse Novo Mundo e enquadrá-lo no interesse europeu, ocorreu o que Harley (1992 apud WOORTMANN, 1996, p. 70) denominou de “cartografia antecipatória”, que teve como consequência, “entre outras coisas, invisibilizar a geografia indígena e expropriar os ameríndios, colocando-os em espaços vazios”. Surgiu então na representação cartográfica “Nova Inglaterra”, “Nova França”, “Nova Espanha”, mesmo antes da delimitação das fronteiras serem estabelecidas. Dessa forma, o mapa precedeu o território.

A imagem de um povo em estado primitivo e carente de conversão estimulou a prática de dizimação da cultura local e forjou a necessidade de exploração da terra intocada, fazendo prevalecer uma visão mercantilista respaldada pela religião.

Os Descobrimentos foram menos a percepção de uma coisa nova que uma nova percepção das coisas, uma nova cosmografia onde tanto a América quanto o mundo que contém essa nova entidade podiam ser construídos. O importante não foi o fato de que a América tivesse sido descoberta, mas que tal descoberta tivesse permitido uma "reinvenção do mundo", a formulação, junto com a astronomia, de um novo sistema de ideias, não apenas relativo ao mundo físico, mas também ao mundo humano. (WOORTMANN, 1996, p. 33).

A reinvenção desse novo mundo ocorreu a custa de muitos conflitos, o Litoral Sul Paraibano representa um desses lugares de grande disputa territorial e de acordo com Almeida (1966, p. 3), até 1680, foi onde se desenrolou a história da Paraíba. Segundo esse autor, do Litoral Sul até parte de Olinda, existiu o contato entre os povos potiguaras, tabajaras e cahetés de Pernambuco.

As disputas territoriais na costa brasileira ocorreram também entre as nações europeias, entre Portugal, que defendia o *mare clausum*, ou seja, o mar fechado, e os países como Inglaterra, França e Holanda, que defendiam o *mare librum*, o mar livre.

A tentativa de estabelecer o controle da colônia, a partir da divisão em Capitânicas Hereditárias, não atingiu o objetivo esperado pelos portugueses, como prova a presença francesa na então Capitania de Itamaracá, que englobava boa parte da Paraíba. Os franceses se beneficiaram de um plano donatorial pouco consequente e de uma frágil relação entre portugueses e potiguaras, nativos que ocupavam toda a faixa litorânea da Paraíba.

No centro dessas disputas territoriais encontra-se um dos mais antigos conflitos que envolveram nativos da região estudada, o massacre de Tracunhaém, em 1574, desencadeado pelo rapto de uma índia por um jovem mestiço, sob a proteção portuguesa do senhor de engenho Diogo Dias, que segundo a historiografia também se interessou pela jovem índia. Infilamados pelos franceses, os potiguaras cercaram o engenho Tracunhaém e exterminaram 600 pessoas moradoras do engenho, além de Diogo Dias e toda a sua família, exceto dois filhos que estavam viajando. Esse episódio alertou a coroa portuguesa para o risco de perder essa porção do território, o que levou Dom Sebastião a desmembrar a Paraíba de Itamaracá, criando a Capitania da Paraíba. (ALMEIDA, 1966).

A sede por vingança demonstrada pelos povos potiguaras revela não apenas uma luta em razão da defesa dos valores culturais, mas também a insurgência contra a violência e a submissão a que esses povos vinham sendo submetidos, marcando um longo e doloroso histórico de luta pela terra. De acordo com Almeida (1966, p. 55):

No decorrer de onze anos quatro expedições foram feitas para a conquista da Paraíba. Em nenhuma o civilizado dominou a terra bravia. Só a quinta vingou, muito embora os reencontros continuassem encarniçados por mais quatorze anos.

Os potiguaras resistiram ao domínio dos portugueses no decorrer de todo o processo colonizador e passaram a contar com o apoio dos tabajaras durante as batalhas da terceira expedição, liderada pelo general Diogo Valdez, durante o governo Teles Barreto (ALMEIDA, 1966). Os tabajaras vieram das margens do São Francisco, entre as fronteiras da Bahia e Pernambuco, onde por causa de conflitos com os portugueses, retiraram-se em direção à Paraíba.

A aliança entre potiguaras e tabajaras durou até a quinta expedição, liderada por Martim Leitão, quando este, passando pelo aldeamento dos tabajaras tentou restabelecer a paz. Ele percorreu o antigo caminho⁶ entre Paraíba e Pernambuco, passando por Taquara (atualmente corresponde ao sul do município de Pitimbu) até chegar ao rio Tibiri, onde encontrou a taba de Piragibe, chefe tabajara que já havia fugido com cerca de três mil indígenas.

Apesar de não obter a aliança desejada, a desconfiança entre potiguaras e tabajaras foi selada e a pouca resistência tabajara frente às incursões portuguesas desencadeou o conflito entre tabajaras e potiguaras. Na quinta expedição portuguesa, a partir das negociações de João Tavares foi firmado o acordo de paz com Piragibe, acontecimento que corroborou para a consolidação do domínio português no território paraibano.

É importante frisar, nesse momento da história da Paraíba, que esse acordo entre tabajaras e portugueses é um dos marcos na formação territorial da

⁶ “O caminho antigo que ia de Pernambuco à Paraíba, depois de passar por Goiana, que ainda não existia, cruzava a Popoca, e ganhava Campinas e os matagais de Taquara, Alhanda, Copissura e Jacoca, atravessava o Gramame, na junção desse rio com o Mambuaba, e partindo daí saía nas marés, onde se bifurcava”. (ALMEIDA, 1966, p. 77, grifo nosso).

área em estudo, pois como sinal de recompensa pela aliança firmada e para consolidar o apoio tabajara, a coroa portuguesa doou o que foi a sétima sesmaria da Capitania da Paraíba, conforme verificamos no seguinte documento:

Nº7 em 19 de Dezembro de 1614 – Os índios da aldeia Jacoca situada nesta capitania em virtude de um despacho do governador passado a instancia deles supplicantes lhes foi limitado pelos officiais da Camara desta cidade para suas lavouras toda a terra que se continha da barra do Gramame da banda do sul correndo para cima do rio Jacoca até dar no caminho que hia da dita Aldeia para Tibiri e dahi correndo rumo direto ao Sabauna e dahi a barra do rio Abiai, ficando-lhe toda a dita terra por costa e sertão da barra e porque a queiram ter por carta, para isso não terem mais differença com os brancos e conservarem sua Aldeia pediam que visto o despacho do Sr. Governador e deligencia que de sua parte se fizera pelos ditos officiaes da Camara desta cidade, lhes desse de sesmaria, mandando passar-lhe carta e que se lhes desse sua posse por devolutas e desaproveitadas attento que foram os conquistadores della nos tempos das guerras com os petiguaras, ajudando sempre os brancos a conquista e povoação desta capitania e avendo alguns brancos que nellas de pouco tempo a esta parte estivessem com pretensão de posse e adquirido direito despejassem visto o muito e serviço que era de S.M. e bem desta capitania, visto, outro sim, não serem terras capazes de engenho e só servirem para mantimentos e conservação da dita Aldeia. Foi feita a concessão no Governo de João Rabello de Lima. (TAVARES, 1966, p. 36).

Esse documento é bastante rico para a leitura da formação territorial de Pitimbu, visto que essa sesmaria englobou boa parte do que atualmente denominamos de Microrregião do Litoral Sul.⁷

Percebemos que a limitação da terra para o cultivo de cana-de-açúcar foi descrita para justificar a sua doação aos nativos, uma vez que esses apenas cultivavam lavouras para alimentação. Além disso, a terra imprópria para cana-de-açúcar atesta que no início do século XVII o desflorestamento já havia causado estrago ao solo, carente de cobertura vegetal necessária para a sua nutrição, e

⁷ Os potiguaras, por sua vez, foram empurrados para o Litoral Norte, onde até hoje resistem, encurralados em uma pequena porção do município de Marcação. Sobre a resistência dos povos potiguaras ver Marques (2006).

ainda que essa cultura não foi presença homogênea e predominante em todo o Litoral Sul Paraibano.

Contudo, a posse dessas terras pelos tabajaras ficou em situação de paz por curto tempo, visto que, na década de 1630, quando ocorreu a invasão holandesa, que contou com o apoio dos potiguaras, eles foram expulsos por serem aliados aos portugueses, uma vez que:

A repercussão da invasão Holandesa foi grande também no litoral da Paraíba. Os índios da Jacoca abandonaram as ditas aldeias, de ordem do governo, sendo algum tempo aproveitados como soldados e depois foi-lhes designado para nova aldeia, um lugar que ficava a um quarto de hora ao sul da cidade, que foi chamado de Costverlorem. (HERCKMANS, 1639, p. 213 apud VANDEZANDE, 1975, p. 36).

No domínio holandês, durante a passagem do Conde Maurício de Nassau na Paraíba, no ano de 1638, com o objetivo de organizar as províncias, cidades e aldeias, e prover os acampamentos de fortificações, soldados e armas, Gaspar Barléu descreveu alguns aspectos da Paraíba Colonial, destacando que:

As regiões próximas do rio são planas; as mais distantes entrecortadas de montes e de vales são notáveis pela sua completa amenidade. Aquelas produzem cana-de-açúcar; estas, mandioca. Constitui o açúcar uma das delícias para o estrangeiro, e a mandioca é um alimento para os naturais. Das raízes desta fabricam uma farinha, assim como os mais ricos se alimentam de trigo e de pão. Os portugueses chamam “roça” aos campos que dão, e os agricultores designam com o nome de “lavradores” e de “roceiros”. Os menos abastados alimentam-se com esta farinha, assim como os mais ricos se alimentam de trigo, que costuma importar-se de Portugal e de outras partes (BARLÉU, 2005, p. 92).

A divisão do tipo de cultura através dos aspectos naturais exemplificada pelo autor, possibilita-nos compreender a configuração de uma estrutura fundiária surgente, delimitada pela terra dos senhores de engenho e pela terra dos lavradores, subordinados à concessão de uso pelos senhores de engenho,

que possuíam a maior parte delas. Esse percurso feito por Barléu (2005, p. 92) quando atravessou o extremo leste da Paraíba, chamado por ele de Capitania Setentrional, perpassando a área estudada. Nessa região o autor destacou variados tipos de cultivos além da cana-de-açúcar e da mandioca, relatando que:

Produz também a região outros frutos: milho, batata-doce, abacaxis, cocos, melões, melancias, laranjas, limões, bananas, pacobas, maracujás, pepinos, tudo isto para a utilidade ou dos homens ou dos animais. Os cajus são pêras silvestres, succulentas e inocentes, que se comem avidamente durante o calor. No interior da pêra cresce uma castanha, de casca muito amargosa, de miolo muito doce, quando se assa. A pêra refresca e a castanha esquenta. Mas, a todo o gênero de frutas levam a palma aquelas a que chamam abacaxis. A planta é de pouco talhe, e em seus ramos ficam suspensas pinhas muito tenras. Cortando-se estas em talhadas na sazão própria, são um alimento gratíssimo ao mesmo tempo pelo cheiro e pelo sabor, podendo-se comer imediatamente ou conservar no açúcar por largo tempo. Além disso são de ver muitas árvores frutíferas, que fora longo enumerar, peixes, aves de cores variadas e muitas espécies de quadrúpedes, em geral bravas, em parte por nós conhecidas, em parte desconhecidas. Nelas sempre aparece em quão admiráveis e diversos modos se desdobra a sabedoria divina pela vastidão da terra.

Percebemos que havia uma produção bastante diversa de culturas alimentares, indicando a presença do uso da terra também para o abastecimento interno da população da colônia. A divisão de classes pelo tipo de comida aparece bem marcada, o que indica que a produção de uma parte dos alimentos era voltada para o abastecimento de populações indígenas, escravas e dos homens pobres livres.

Todavia, a área destinada à parcela menos abastada da população paraibana para a produção de sua alimentação foi sendo cada vez mais reduzida. Mesmo após a reconquista portuguesa do território sob domínio holandês, as terras pertencentes aos pobres continuaram sofrendo um grande esfacelamento. A Sesmaria dos índios da Jacoca foi sendo doada a outros e estes limitados a porções territoriais menores.

Os homens pobres livres, por sua vez, para continuarem na terra, submetiam-se a diferentes tipos de relação de trabalho, como os sistemas de

parceria ou de arrendamento, onde tinham o seu trabalho expropriado, em produto, ou em dinheiro.

De acordo com Vandezande (1975, p. 39) o que se verificou foram as terras “progressivamente serem divididas e vendidas durante o século XVIII”. Ou seja, além de terras que já haviam sido cedidas como sesmaria passarem a serem novamente cedidas a outros, como demonstrado na Sesmaria N° 144, concedida em terras de Taquara, existia ainda a venda de terras que estavam sob o regime das sesmarias.

N.º 144 em 18 de junho de 1717: D. Rosa Ferreira de Oliveira, filha do capitão Francisco Ferreira Ferro, moradores de Taquara, capitania de Goyanna, diz que tem suas criações de gados e não tem terras próprias em que criar, e porque tem notícia de que entre o rio Sabahuma e o rio Jaguarema há terras devolutas e nunca dadas, pegando donde se juntam os dois rios, ficando o rio Sarapé em meio até contestar com a estrada, qua vae desta cidade para Pernambuco pelo poente; e pelo nascente com as terras do Abiahy a que se achar pelo comprido e largura, que se achar entre os dois rios nomeados, Sabahuma e Jaguarema, que cinfina com a parte do norte de terras do Padre Domingos Velho e do Sul com as do Tenente André Leitão. O Provedor da Fazenda Real, depois de ouvido o Procurador da Coroa opinou que as terras pedidas já tinham sido dadas antes da invasão hollandeza, mas quem as teve não usou dellas e estavam devolutas, pelo que se podia dar as terras pedidas até tres leguas de comprido e uma de largo. Foi feita a concessão no governo de João Maria da Gama. (TAVARES, 1966, p. 102).

A partir dos limites geográficos descritos no documento sesmarial, percebemos que Taquara, região que séculos mais tarde irá corresponder à parte sul do município de Pitimbu, estava na porção pertencente à capitania de Pernambuco, cuja divisão com a capitania da Paraíba dava-se pelo rio Abiaí, atual limite sudoeste do Assentamento APASA. Compreendemos ainda que, a região onde hoje encontramos o Assentamento foi uma área de fronteira de grande disputa territorial de uma nação ainda em formação, desde nativos, muitas vezes lutando em lados opostos, como os potiguaras, os tabajaras e os caetés, passando

pelos portugueses, franceses e holandeses, até escravos africanos e homens pobres livres.

Vejam os trechos de documento referente ao limite territorial da capitania da Paraíba, intitulado “Breve notícia da capitania da Parahyba”, no ano de 1774, que indica o rio Abiaí como sendo o limite sul dessa capitania:

Sete graos e seis minutos de latitude e tresentos e quarenta e oito de longitude, em que o rio Abiahi, que o Regime dos Pilotos chama porto dos franceses, que lhe faz extrema com a capitania de Pernambuco. Tem mais de cento e cincoenta legoas de comprido, e mais de cem de largo, confina mais de cento e sessenta com a capitania de Pernambuco, principiando no referido Abiahi pelo Sul, e parte do poente com a do Ceará pelo rio do Peixe ao poente (PINTO, 1977, p. 318).

Dessa forma, podemos dizer que essa terra fronteiriça fez de Pitimbu um lugar de luta secular pela terra, e essa disputa teve significados diferenciados, de acordo com o período e com quem a reivindicava. De forma mais resumida, podemos demarcar dois grandes grupos de interesses distintos, formados por aqueles que queriam a terra para garantir uma condição de existência, numa ligação direta com a terra, e por aqueles que queriam a terra como fonte de riquezas ou simplesmente poder político, conforme descreve Nascimento⁸ (2006, p. 27):

Cada um desses agentes era guiado por um leitmotiv, que orientava suas estratégias de produção do espaço. Assim, para os quilombolas e a

⁸ É interessante ressaltar que o autor destaca que os senhores de engenho da Paraíba nem sempre possuíam uma situação econômica confortável, afirmando que “para cada senhor de engenho realmente poderoso como Amaro Gomes Coutinho, que possuía dinheiro suficiente para comprar doze escravos de uma só vez, destinados a trabalhar no seu engenho do Meio; Manoel da Costa Lima, português estabelecido em Pilar, dono do engenho Santa Anna ou ainda Afonso de Albuquerque Maranhão, senhor do engenho Santo André e do Engenho Espírito Santo, havia uma dezena de outros senhores da várzea que lutavam para pagar os empréstimos tomados a recém dissolvida, mais ainda atuante Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba que durante vinte anos financiou as safras dos descapitalizados senhores de engenho da Capitania”. (NASCIMENTO, 2006, p. 31).

população livre e pobre, a sobrevivência era o imperativo que os fazia, no extremo, invasores e posseiros de terras alheias; o mesmo ocorria com os indígenas. No entanto, a postura destes últimos era defensiva; a sobrevivência dos aldeamentos transformados em Vila dependia da capacidade que a comunidade de indígenas possuía de impedir a ocupação ilegal de suas terras, por parte, tanto de poderosos senhores de engenho, quanto da numerosa população livre e pobre.

Dessa reconfiguração territorial, destacamos a sesmaria doada no Litoral Sul no início do século XIX, que corresponde ao que provavelmente delimitou a origem da estrutura fundiária do Assentamento estudado, doada a Leonardo Bezerra Cavalcante, segundo o descrito na seguinte Carta Sesmarial:

Nº 1080 em 22 de Agosto de 1809 – Leonardo Bezerra Cavalcante, morador do engenho Abiahy, termo da villa Alhandra diz que não muito longe da mesma ha um taboleiro, chamado – Sacco do Jundiá -, unicamente próprio para criação e pastagem de gados, por não haver em toda sua extensão terra lavradia, o qual o taboleiro contesta pela parte norte com a villa do Conde, e pela do sul com terras do mesmo engenho Abiahy, pela do nascente de um cordão de mattas, proximas a costa do mar pertencentes á mesma villa e engenho e pela do poente com o rio Sabaúma; e porque tem necessidade do mesmo taboleiro para pastagem do seo gado, de que muito necessita para o manejo do mesmo engenho de que é consenhor e elle se acha devoluto requeria sesmaria do mesmo taboleiro que terá uma legoa de comprido e outra ou menos de latitude. Ouvida a camara municipal de Alhandra annuo, a qual entretanto declarou que a villa do Conde oppunha-se assim como seos índios. Fez-se a concessão com a clausula de não exceder a taxa legal e de firmar cercas nativas pela parte que contesta com os índios da villa do Conde afim de que os gados não offendão suas lavouras, no governo de Amaro Joaquim Raposo de Albuquerque. (TAVARES, 1966, p. 505).

O engenho Abiaí, de acordo com Pinto (1977, p. 337) pertencia no início do século XIX a Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, natural de Pernambuco. Os registros sobre esse engenho são antigos, um dos primeiros relatos sobre o local foi realizado por Henry Koster, que em sua “Viagem ao Nordeste do Brasil”

deixou registrada a sua estada na região do Abiaí, quando regressava para Goiana, no ano de 1810:

A terra, além do rochedo saliente, era baixa, arenosa e inculca. Ao escurecer chegamos às ribanceiras de um grande rio. A pouca claridade que nos restava já não permitia divulgar a margem oposta. Chamamos, repetidas vezes, o barqueiro, que não apareceu. E a noite caiu. Propus dormirmos sob a árvore que nos abrigava, mas o meu companheiro não aceitou e perguntou a distância para Abia, a mais próxima propriedade açucareira. O guia respondeu que três léguas. Ficaríamos ali ou então era marchar para Abia. Tínhamos feito 16 léguas e o cavalo do senhor Joaquim, um belo animal mas um pouco gordo, estava fraquejando. O guia passou adiante e o seguimos, por um carreiro estreito e pouco transitado porque os galhos tocavam continuamente nas nossas roupas, durante toda a extensão. Encontramos em Abia residência vazia. O administrador fora da casa. Perdemos o desejo de entrar para uma choupana próxima ao prédio principal, quando notamos que já ali se encontrava um grupo numeroso e de mau aspecto. Tínhamos ainda outra meia légua para chegar ao senhor Leonardo, amigo do meu companheiro. O senhor Leonardo nos deu ótimo jantar, redes e cuidou dos animais. (KOSTER, 2002, p. 135).

Provavelmente o senhor Leonardo, mencionado por Koster, corresponde ao citado Leonardo Bezerra Cavalcante, que em 1809, um ano antes da passagem de Koster, havia recebido carta de doação de Sesmaria. Os Bezerra Cavalcante junto com os Carneiro da Cunha formavam a elite agrária possuidora das terras da região estudada.

Esse grupo oligárquico exerceu no século XIX não apenas o domínio territorial, mas também o domínio político, sobretudo a família Carneiro da Cunha, cujo proprietário do engenho Abiaí, participou amplamente das disputas pela independência do Brasil, chegando a fazer parte da Junta Provisória de 1822. Na Paraíba, durante o século XIX, vários membros da família Carneiro da Cunha tornaram-se presidentes da província, como Manoel Maria Carneiro da Cunha, em 1835, Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em 1860, e Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, em 1869. (ALMEIDA, 1978).

Registramos ainda a participação de Joaquim Manoel Carneiro da Cunha na Revolução de 1817, onde fez parte da junta que governaria a Paraíba, fato que lhe rendeu a cassação de todos os seus bens, sendo portanto, provável que as terras a ele pertencentes tenham ficado devolutas por algum tempo, com indícios de aquisição de terras a partir de grilagem, inclusive da oligarquia posterior, no caso, a família Lundgren.

Em meados do século XX, a família Lundgren foi a oligarquia que passou a exercer o domínio nas terras de Pitimbu. Os registros que encontramos em livros e documentações indicam que nesse momento uma significativa quantidade de terras da região encontrava-se sobre a propriedade dessa família, conforme demonstrado na Tabela 1 e no Quadro 1 com a estrutura fundiária do final da década de 1960 e os seus respectivos proprietários:

Área (ha)	Nº de propriedades
Menos de 1	1
1,01 – 2,00	2
2,01 – 3,00	2
3,01 – 4,00	3
4,01 – 5,01	1
5,01 – 10,00	5
10,01 – 15,00	3
15,01 – 20,00	2
20,02 – 30,00	6
30,01 – 50,00	3
50,01 – 100,00	7
100,01 – 200,00	4
200,01 – 400,00	-
400,01 – 600,00	1
600,01 – 1000,00	1
1000,01 – 2000,00	1
Mais de 2000,00	1

Tabela 1: Estrutura fundiária de Pitimbu – 1967. Fonte: CUNHA, 1967, p. 152.

Proprietário	Propriedade	Área (ha)
Benedito Lundgren	Andreza	2.200ha
Hercílio Lundgren	Abiaí	2.000ha
Francisco Leocardio Nogueira	Camocim	1000 ha
Herculano Lundgren	Mucatu	568 ha

Quadro: 1 Maiores proprietários de terra na década de 1960 em Pitimbu. Fonte: CUNHA, 1967, p. 151.

Nesse período, Pitimbu havia conseguido sua emancipação política, saindo da categoria de distrito de João Pessoa para município de Pitimbu, pela lei estadual nº 2.671, de 22 de dezembro de 1961⁹, com uma área territorial de 136 km². Ou seja, a família Lundgren oficialmente era detentora de mais de 30% da área municipal, valor não correspondente a real quantidade de terras, conforme atesta Cunha (1967, p. 14) quando afirma que “é ainda digno de nota o fato de ser a família Lundgren proprietária, direta ou indiretamente (através de prepostos ou aderentes), de mais da metade do município”.

Essa oligarquia originou-se do casamento do sueco Herman Theodor Lundgren, que chegou ao Brasil em 1855, com a dinamarquesa Ana Elizabeth Stolzenwald, ambos residentes em Recife, onde firmaram uma tradição familiar industrial, investindo na fabricação e comercialização de pólvora, sal, tecido dentre outras frentes de mercado iniciadas por Herman Lundgren. (GÓES, 1963).

Através das pesquisas, pudemos constatar que mesmo se destacando pelas riquezas obtidas a partir da indústria, o domínio da terra fez-se necessário para o controle e subordinação dos funcionários, como observamos a partir das ações de Frederico João Lundgren, um dos filhos do casal, que se destacou na atuação nos negócios da família e assumiu os poderes da Companhia de Tecidos Paulista, em Pernambuco, quando seu pai faleceu.

No exercício de sua direção, Frederico Lundgren enfrentou ampla oposição dos funcionários, que não acatavam as ordens por ele proferidas. O conflito girava em torno de questões políticas e estava ligado a um antigo diretor da Companhia de Tecidos Paulista, o então senador Cornélio Padilha, proprietário de plantações de cana-de-açúcar, de casas e também de um barracão

⁹ IBGE. Documento Territorial do Brasil. (2007).

de gêneros alimentícios, cujos inquilinos e fregueses eram funcionários da Companhia.

De acordo com Góes (1963, p. 70), Frederico Lundgren atentou para o poder das terras no controle político da região, e passou a exercê-lo, conforme explicitado no trecho a seguir:

Em face disso, uma idéia ocorreu a Frederico, de comum acordo com o seu irmão Arthur: comprar os canaviais, os casebres e o barracão do senador Padilha. O velho político aceitou a proposta, mas pediu, em cima da bucha, como diz o vulgo, a elevada quantia para época de duzentos e cinquenta contos de réis.

Essa compra fez surgir comentários de que o empresário “fizera uma asneira, pagando tanto por tão pouco”, mas na avaliação de Góes (1963, p. 70), era uma atitude de pessoas que “Não sendo políticos profissionais, pouco entendiam das sutilezas, dos ardis e das inúmeras formas de pressão e politicagem dominante”.

Frederico Lundgren passou a exercer então o domínio das terras, e assim, podia subordinar os seus funcionários, mantendo-os sob total controle. Esse modelo industrial foi aperfeiçoado por ele na construção da Fábrica de Tecidos de Rio Tinto, município paraibano do Litoral Norte que passou a pertencer em significativa proporção a essa oligarquia.

Como vimos, o Litoral Sul também deve ter obedecido a essa lógica, onde destacamos as terras de Hercílio Alves Ferreira Lundgren, filho de Frederico Lundgren, que herdou as terras da Fazenda Abiaí.

Essa oligarquia dominou boa parte da Zona da Mata Paraibana durante o século XX, todavia esse domínio não ocorreu de forma hegemônica, além das disputas com outros grupos oligárquicos, a resistência da população menos abastada pelo território de vida sempre existiu. Esse território, mesmo que não tenha trazido um vínculo com um lugar específico, se constituiu na medida em que se tornava necessário para a sobrevivência da família.

1.1 Novas territorialidades no Litoral Sul: a luta camponesa pela terra e a constituição do Assentamento APASA

A luta pela terra no Litoral Sul Paraibano ocorreu de diversas formas, transformando-se em uma luta de classes. De um lado, grandes proprietários, que respaldados pelo poder político e econômico, consideravam-se os donos da terra, do outro, a população pobre, formada por uma numerosa massa de excluídos, distintas entre si, mas que, para obter o acesso à terra de sobrevivência, subordinava-se às relações de poder, que expressavam a subserviência e a dominação.

Essa massa excluída e heterogênea deu origem ao campesinato do Brasil, representada pela parcela da população que ao longo do processo de formação territorial do país teve negado o acesso a condições mínimas de sobrevivência. Ao longo desse percurso, várias foram as formas de insurgência que deram vazão à revolta dessa classe, mas foi em meados do século XX, que a luta ganhou uma dimensão nacional, através do movimento que ficou conhecido como Ligas Camponesas.

A origem das Ligas Camponesas tem seus antecedentes históricos ligados às ações do Partido Comunista Brasileiro, após a redemocratização de 1945. O PCB tinha a intenção de ampliar as suas bases políticas através da aliança com os camponeses. De acordo com Azevêdo (1982, p. 56):

As Ligas seriam, por excelência, os instrumentos de organização e mobilização das massas rurais pelo Partido Comunista, que atua não só com os assalariados da grande propriedade comercial, mas encampa também reivindicações específicas do campesinato, do pequeno produtor ou arrendatário, dos parceiros e posseiros.

A incorporação dos camponeses na base social do PCB fez parte das diretrizes presentes no Manifesto de Agosto, publicado em 1950. De acordo com Martins (1986, p. 82):

O “Manifesto de Agosto”, de 1950, definia uma base social de ação política do Partido Comunista composta estritamente de operários, camponeses e camadas médias, estas constituídas pelo funcionalismo pobre civil e militar,

pelos pequenos comerciantes e industriais e pelos intelectuais. O problema da sociedade brasileira estava na estrutura arcaica da economia, marcada pelos restos feudais e pelo monopólio da terra, que impediam a ampliação do mercado interno e do desenvolvimento da indústria nacional.

Algum tempo depois, nos fins de 1954, ocorreu o IV Congresso do Partido Comunista do Brasil, ocasião em que foi declarado que a burguesia brasileira não seria alvo de confisco. Essa afirmação marcou uma nova concepção do PCB, através da política de uma frente única antiimperialista e antifeudal, onde foram admitidos, além das categorias ocupacionais mencionadas, “os sacerdotes ligados ao povo, soldados e oficiais, artesãos, médios industriais e comerciantes, parte dos grandes industriais e comerciantes que sentem a concorrência americana e sofrem os efeitos da política econômica financeira do governo”. (MARTINS, 1986, p. 84).

A aliança do PCB com a burguesia através da frente única demonstrava que para o PCB, a burguesia nacional estava interessada no desenvolvimento nacional, e, portanto, poderia se unir ao Partido para combater o imperialismo americano, nesse contexto, alianças com outros imperialismos passaram a ser justificáveis, mediante a argumentação da existência de um inimigo comum. Todavia, para as Ligas “não havia contradição essencial entre o latifúndio e a burguesia, como entendia o PCB”. (MARTINS, 1986, p. 89).

Em 1960, durante o V Congresso do Partido Comunista, o discurso muda de ênfase novamente, pois os trabalhadores rurais passaram a receber mais atenção do que os camponeses. Essa postura decorreu da compreensão pelo PCB de que a penetração capitalista no campo aumentou o número de assalariados rurais, camponeses proletarizados e camponeses ricos e ainda da concepção que a Reforma Agrária deveria ocorrer através de medidas parciais. De acordo com Martins (1986, p. 87) “Essa mudança clara, em que o assalariado passa para o primeiro plano e o camponês para o segundo, norteou o afastamento do PCB em relação às Ligas”.

A utilização da palavra camponês para denominar uma quantidade diversa de agricultores e a sua difusão por meio de um partido político gerou um amplo debate intelectual acerca das acepções desse termo no quadro agrário brasileiro. Segundo Azevêdo (1982, p. 19):

Poderíamos afirmar que parte das dificuldades reside na tentativa de posicionar o lugar que ocupa a economia camponesa na reprodução capitalista, questão essa que se desdobra numa discussão em torno do caráter de classe ou não do campesinato ou da sua existência (leia-se sobrevivência), apenas como expressão de um modo de produção em vias de superação, ou de relações de trabalho atrasadas e não-capitalistas, cujo destino seria o da dissolução histórica, na medida em que o capital, ao “penetrar” na agricultura, conduziria inexoravelmente à separação do produtor direto da terra e dos frutos de trabalho, transformando-se, assim, num simples assalariado rural.

Todavia, ao contrário dos rumos previstos por essas correntes teóricas, a existência do campesinato mostrou-se presente ao longo da história e a sua permanência até a atualidade deu origem a uma corrente que a analisou do ponto de vista de sua resistência, considerando-a possível e até necessária dentro do modo capitalista de produção em sua fase mais avançada¹⁰.

Nesse trabalho, a relevância desse embasamento conceitual se dá no âmbito das conceituações dadas aos “beneficiários da reforma agrária” ou “assentados rurais”, pois compreendê-los como camponeses, possibilita-nos enxergar o embate ideológico inerente às acepções dessas várias denominações. Sabemos que não se trata de uma questão semântica, mas sim teórico-conceitual, ideológica e política e ainda que “o debate em torno da compreensão dos papéis do campesinato na contemporaneidade, na sociedade brasileira, tanto em sua defesa quanto em sua negação é polêmico e povoado de matizes ideológicas”. (THOMAZ, 2006, p. 147).

Sobre a importância da análise do campesinato no quadro agrário brasileiro da atualidade, Rodrigues (2005, p. 12678) analisa que:

A palavra camponês confere identidade ao homem do campo, não apenas como aquele que habita os lugares distantes dos centros urbanos mas, de forma especial, qualificando seu papel social nas relações de produção e

¹⁰ Nesse sentido, compreender o campesinato a partir de sua resistência e recriação possibilita-nos entender a realidade do Assentamento APASA através das contradições resultantes do modo capitalista de produção e das relações não capitalistas de produção, recriadas como formas contrárias, mas ao mesmo tempo integradas à manutenção do modo de produção capitalista. Martins (1986); Oliveira (1996).

revelando seu lugar espacial, a sua territorialidade ou mesmo sua desterritorialização. Designa, também, e traz à tona, sobretudo, o destino deste sujeito histórico que contribuiu, embora no anonimato, com sangue e suor para o desenvolvimento sócio-econômico do país.

Dessa forma, sabemos que os assentamentos rurais representam a resistência camponesa pela posse da terra, marco presente em todo o processo de formação territorial, numa luta travada entre o direito à terra de trabalho e à terra de exploração. Nos dizeres de Martins (1986, p. 16) “é das contradições desse direito, que serve as duas formas de propriedade privada – a familiar e a capitalista – que nascem as interpretações distintas sobre terra camponesa e terra capitalista, terra de trabalho e terra de negócio”.

Até conseguirem transformar a propriedade privada capitalista em assentamento rural, os camponeses do APASA percorreram uma longa trajetória de luta, que como vimos, tem seus antecedentes na formação territorial da área. Nessa trajetória, podemos destacar como uma luta de maior projeção, a participação de seus antepassados nas Ligas Camponesas, que tinham sido violentamente abafadas, após a cassação do registro do PCB em 1947 e que surgem no Nordeste com uma outra dimensão, mas que passam a ser assim denominadas pela imprensa conservadora do Estado, que tinha como objetivo vincular esse movimento ao comunismo.

No trabalho de campo, camponeses relataram a participação de familiares nas Ligas Camponesas, geralmente lembrada com maior detalhe pelos mais velhos, e até mesmo os mais jovens recordam-se de histórias contadas pelos pais e pelos avós.

A dimensão inicial da luta das Ligas Camponesas no Nordeste estava mais voltada para reivindicações de direitos trabalhistas, como contra o aumento do foro (renda da terra em forma de aluguel anual). Na origem dessas Ligas Camponesas na década de 1950, estava a organização da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco – SAPPP, formada pelos foreiros do engenho Galiléia, que ficou conhecida como Liga Camponesa da Galiléia. (ANDRADE, 2000). A estrutura orgânica nacional das Ligas Camponesas tomou por base o modelo de estatuto da SAPPP, que de acordo com Francisco Julião caracterizavam-se:

[...] pela forma centralizada de atuação. Tratando-se de uma associação, o nome pouco importa, ela organiza delegacias em qualquer lugar onde haja camponeses. A sede central deve ficar na capital do Estado ou na maior cidade da região onde se funde. Porque aí estão a classe operária, os estudantes, os intelectuais revolucionários, a pequena burguesia, uma justiça mais avançada ou menos reacionária do que aquela que se deixa sufocar, numa cidadezinha do interior, sob o peso do latifúndio. Tendo jurisdição para o Estado, a organização pode fundar, como consta o Estado, as suas delegacias ou núcleos em qualquer cidade, distrito, povoado, Fazenda, serra ou córrego. Preferimos dar a cada núcleo o nome de delegacia. É uma maneira de fazer o camponês perder o medo da outra delegacia – a da polícia. Desse modo, o soldado tem a sua delegacia, e o camponês tem a dele. (JULIÃO, 1962 apud AZEVÊDO, 1982, p. 75).

Na Paraíba, as Ligas Camponesas tiveram início com a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, em 1958, conhecida como Liga Camponesa de Sapé. Essa organização surgiu com o objetivo inicial de prestar assistência social aos arrendatários, assalariados e pequenos proprietários agrícolas.

Todavia, o objetivo inicial da Liga começou a mudar. Sob a liderança de João Pedro Teixeira, camponês morador do sítio das Antas, no município de Sapé, os camponeses associados às Ligas Camponesas em várias partes da Paraíba passaram a reivindicar melhores condições de trabalho, a contestar a exploração crescente a que vinham sendo submetidos e a lutar pela Reforma Agrária.

A repressão não tardou, e uma oligarquia paraibana, formada pelas famílias Ribeiro Coutinho e Veloso Borges, conhecida como Grupo da Várzea, atuou de forma extremamente sanguinária, silenciando os camponeses com o assassinato de lideranças e atos de violência, como espancamentos e incêndios criminosos. A onda de violência encabeçada pelo Grupo da Várzea foi reproduzida por outros grupos oligárquicos da Paraíba, numa tentativa de dissipar o movimento e impedir a luta camponesa. De acordo com Benevides (1985, p. 90) “Antes da tragédia de Miriri¹¹, camponeses com dezenas de anos de

¹¹ A tragédia de Miriri refere-se ao conflito ocorrido no engenho Miriri, localizado entre os municípios de Sapé e Mamanguape, entre camponeses e proprietários de terra, que resultou na morte de Alfredo Nascimento, associado e fundador da Liga de Miriri e João Pedro Teixeira, líder da Liga de Sapé. (BENEVIDES, 1985).

trabalho na propriedade Lundgren foram impedidos de trabalhar pelos vigias armados das milícias privadas dos latifundiários de Rio Tinto e Mamanguape”.

A represália do grupo oligárquico da família Lundgren ocorreu também no Litoral Sul e geralmente é lembrada pelos mais antigos moradores do Assentamento APASA, que recordam da participação dos pais nesse movimento, como registramos a partir dos relatos do Seu Alfredo Simplício do Nascimento, morador do Assentamento Sede Velha do Abiaí, sendo também o camponês mais idoso que integra a Feira Agroecológica do Bessa. Ele é indicado pelos outros camponeses como uma memória da luta pela terra, pois conhece as histórias mais antigas, do tempo em que ainda não existiam assentamentos rurais.

Mapa 2: Divisão Municipal da Paraíba – 1960. Anexo na página

Seu Alfredo nasceu no município do Conde, na época Distrito de João Pessoa, onde seus pais arrendavam 1 ha de terra. Seu Alfredo diz que “eles moravam na terra dos outros” e pagavam ao proprietário em dinheiro todo final de ano. Em 1956, quando tinha 20 anos de idade, seu Alfredo junto com sua família foi morar no “Abiaí”, onde residia uma prima de seu pai. O “Abiaí”, como chama seu Alfredo, corresponde a região do Abiaí, localizada no então distrito de Pitimbu, também pertencente a João Pessoa¹², que englobava a região leste da atual microrregião do Litoral Sul, conforme demonstrado no Mapa 2, anexo na página 189.

Seu Alfredo passou a trabalhar nas terras da Fazenda Abiaí, então sob a posse de Hercílio Alves Ferreira Lundgren, como afirmamos anteriormente, filho de Frederico Lundgren, representante de uma das maiores oligarquias da Zona da Mata Paraibana e Pernambucana, a oligarquia da família Lundgren.

Nesse período a Fazenda Abiaí detinha quase 4000 ha de terras indivisas, presentes na memória de Seu Alfredo: “O Abiaí é grande e agora tá dividido, mas antigamente era uma propriedade só, era tudo de Seu Hercílio”. (Relato de Seu Alfredo).

¹² De acordo com os dados da Divisão Territorial do Brasil - IBGE -1954, o município de João Pessoa era formado por quatro Distritos, Alhandra, Pitimbu, Vila do Conde e Cabedelo. Fonte: BRASIL - IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Secretaria Geral – Diretoria de Documentação e Divulgação. Divisão Territorial do Brasil. Municípios e Distritos Instalados em 31 - XII - 1953. Rio de Janeiro, maio de 1954.

Havia no momento 150 famílias moradoras da Fazenda, que para poderem permanecer na terra pagavam o cambão, ou seja, um dia de serviço na semana. Apenas uma pessoa da família ia trabalhar, não importando o número de pessoas da família. Em cada um dos cinco dias da semana em que se exigia a diária, 30 trabalhadores cuidavam dos roçados, dos coqueiros e das cercas de Seu Hercílio. Para a família de Seu Alfredo, era a sexta-feira o dia destinado para o serviço gratuito.

O cambão foi uma das causas que impulsionou fortemente a revolta camponesa, pois, além de pagar a renda da terra, no Nordeste conhecida como foro, o camponês via-se obrigado a trabalhar de graça para o dono da terra, o que correspondia a uma dupla exploração. De acordo com Bastos (1984, p. 54):

A luta contra o cambão representa a luta contra o latifúndio [...]. O papel que a luta contra o cambão assume no movimento das Ligas Camponesas indica uma particular visão sobre o campesinato, do papel que o mesmo pode assumir face às transformações históricas e o destino de sua luta.

A Fazenda Abiaí era pouco aproveitada em relação a sua dimensão. Nesse período, havia na propriedade apenas uma criação de gado pertencente ao dono, e uma plantação de coqueiros. Os serviços destinados à criação do gado, como conserto de cercado e plantação de pastagem, dentre outras atividades, eram desempenhados pelos moradores durante o dia de serviço prestado gratuitamente ao proprietário.

A pequena produção agrícola da Fazenda pertencia aos moradores, que cultivavam para a subsistência da família. De acordo com o relato de Seu Alfredo: “Naquele tempo o pessoal trabalhava pouco ali, tinha muito mato, a maior parte era mato da APASA para o Nova Vida, *purculá* 1º de março, por ali, tudo era mato, Seu Hercílio não trabalhava muito com agricultura não, ele queria era fazer mais os cercado, ele criava muito boi”.

Como forma de resistência à exploração a que vinham sendo submetidos, esses moradores aderiram ao movimento das Ligas Camponesas, contudo, foram reprimidos com muita violência, conforme relato de Seu Alfredo:

Naquele tempo teve as Ligas Camponesas. Naquele tempo o pessoal foi embora quase tudo. Depois das Ligas Camponesas Seu Hercílio botava fogo nas casas do povo, mandava os capanga expulsar os povo pra fora e meter o

cacete. Naquele tempo o pessoal não tinha bem esclarecimento das coisas, as coisas vêm pra prejudicar eles e eles pensava que era boa. Meu pai mesmo participou, ele tirou a carteira dele, mas só que ele é o proprietário lá... o gerente, o gerente deu conselho a ele, e ele entregou a carteira, desistiu. Aí os outros que continuavam, aí viviam se esconde no mato, isso em 64. Aí tinha mais pouca gente nesse tempo, porque muita gente tinha ido embora. Agora o que ficava com o proprietário, aí ele não bulia com ele não, que nem meu pai mesmo, meu pai entregou a carteirinha dele e ficou do lado dele. (Relato de Seu Alfredo).

A carteirinha a que se refere Seu Alfredo diz respeito à carteira de filiação das Ligas Camponesas, um documento que identificava quais os lavradores que faziam parte das Ligas. Dessa forma, a entrega da carteira significava desistir da luta e voltar a trabalhar para o proprietário.

Dona Marluce, moradora do APASA, que na época residia em Camocim, recorda vagamente do tempo das Ligas Camponesas, embora lembre que seu pai fez parte desse Movimento. “Ele se escondia por dentro dos matos, eu não me lembro muito não porque eu era pequena, mas ele contava muito as histórias, eu era bem pequenininha nesse tempo”, relata a camponesa.

As Ligas Camponesas foram violentamente abafadas com o Golpe Militar de 1964, sendo inclusive uma das causas que o desencadeou, pois a luta pela terra estava ganhando cada vez maiores proporções. De acordo com Bandeira (1983, p. 54):

As invasões de terra se sucederam e se alastraram pelos Estados do Maranhão, Paraíba, Goiás, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, enfim, em todo o país, como conseqüência também da expansão capitalista, que desintegrava a economia rural, acentuando o desemprego e a fome nos campos.

A Reforma Agrária se fazia necessária, todavia a burguesia rural, fortemente representada no Congresso Federal, não abria mão do Art. 141 da Constituição Federal, que autoriza a desapropriação apenas com prévia indenização em dinheiro, o que tornava a Reforma Agrária inviável. Em contrapartida, o presidente João Goulart, que tinha como uma de suas principais

metas de governo a Reforma Agrária, foi amplamente combatido pelo Congresso, sendo deposto em abril de 1964.

O período militar foi marcado por uma forte repressão, silenciando qualquer oposição através de prisões, espancamentos, tortura, extradição e morte. Dessa forma, o movimento camponês no Litoral Sul da Paraíba também foi silenciado, mas não por muito tempo.

O processo de distensão da Ditadura Militar iniciado lentamente no governo do general Ernesto Geisel (1974 – 1979) e continuado pelo governo João Batista de Figueiredo (1979 – 1985) abriu uma pequena brecha para o levante de milhares de camponeses em todo o Brasil.

Um dos principais marcos na transição para uma nova forma de sistema político foi a irrupção do movimento grevista do ABC paulista, que envolveu milhares de trabalhadores, de acordo com Sader (1988, p. 26):

A novidade eclodida em 1978 foi primeiramente enunciada sob a forma de imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos. O impacto dos movimentos sociais em 1978 levou a uma revalorização de práticas sociais presentes no cotidiano popular, ofuscadas pelas modalidades dominantes de sua representação. Foram assim redescobertos movimentos sociais desde sua gestação no curso da década de 70.

O 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em maio de 1979, desencadeou uma série de encontros regionais e estaduais, onde se discutiu a necessidade de uma maior mobilização camponesa, a intensificação das lutas e a abertura de novas frentes de massa. De acordo com os registros da CONTAG (1981), cerca de um milhão e 500 mil camponeses entraram em greve em todo o Brasil.

Dentro desse movimento nacional, mais uma vez os camponeses do Litoral Sul Paraibano se fizeram presentes e foi nesse momento que se registrou mais uma luta pela terra em Pitimbu, pela primeira vez sob o lábaro da Reforma Agrária. Tratava-se de um conflito ocorrido na então Fazenda Camucim Grande, onde 70 famílias de arrendatários viviam da pesca e pagavam o foro. Os problemas iniciaram-se com a compra dessa Fazenda pela Agro-Indústria Tabu Ltda. Os camponeses passaram a ter as suas terras invadidas pelos tratores da

Destilaria Tabu, que os pressionava para que deixassem as terras. (CONTAG, 1981, p. 60).

A situação se agravou quando a Destilaria começou a despejar a calda no rio Camucim, inviabilizando a pesca, principal fonte de alimentação e renda para os camponeses de Camucim. Esse fato fez com que o movimento sindical solicitasse em 1979 a desapropriação da área para fins de Reforma Agrária. A relação que os camponeses tinham com a natureza, e com aquele *território de vida*, foi mais uma vez desrespeitada e eles se viram sem a possibilidade de retirar o sustento das suas famílias.

Todavia, as retaliações oriundas da Destilaria não tardaram, conforme demonstrado pela CONTAG:

Em maio, a CONTAG denunciou que às 70 famílias de Camucim foram acrescentadas mais trezentas famílias da localidade de Taquara, sendo que, destas, 59 estão sendo notificadas para serem despejadas posteriormente, todas pela Destilaria Tabu. Em junho, a CONTAG voltou a denunciar que, apesar de 30 trabalhadores possuírem liminar favorável da justiça, estavam sendo notificados pela Usina para desocuparem suas terras até setembro. (CONTAG, 1981, p. 60).

As ações da Destilaria passaram a ser cada vez mais violentas. De acordo com denúncias realizadas pela CONTAG, descobriu-se que representantes da Tabu se faziam passar por funcionários do INCRA ou da Polícia Federal para pressionarem a expulsão dos camponeses, como não obtiverem sucesso, partiram para atos mais violentos e iniciaram a destruição dos roçados. De acordo com a CONTAG (1981, p. 60):

Novos expedientes denunciaram que a Destilaria Tabu ameaçou os posseiros de Camocim, destruiu lavouras, fechou passagens públicas e manteve vigias e pistoleiros armados na propriedade; conseguiu da Secretaria de Segurança Pública prisões incabíveis e efetuadas à base de violências por parte dos policiais; poluiu o Rio Camocim e praticou, enfim, toda sorte de arbitrariedade para forçar os moradores a desistirem de suas posses.

A CONTAG registrou ainda as seguintes reivindicações para desapropriação da área:

1. O Secretário de Segurança visitou a Fazenda Comocim e verificou “in loco” as violências praticadas pelos prepostos da Destilaria, o que levou a autoridade a considerar de “suma gravidade o estado de tensão na área”;
2. No dia seguinte dessa visita, prepostos da Tabu arrancaram roça madura e fruteiras de Flausine da Silva e José Francisco de Araújo;
3. Em entendimento à solicitação do advogado dos trabalhadores, o juiz da Comarca requereu força pública para assegurar as posses tuteladas pela justiça;
4. Os trabalhadores arrancaram a cana e plantaram feijão em suas roças, fato que comunicaram a Secretaria de Segurança;
5. Empregados da Tabu arrancaram, protegidos por vigias, todo feijão e plantaram novamente cana;
6. Há na justiça três processos criminais, fruto de queixas da Tabu com o objetivo claro de intimidar os posseiros e os dirigentes sindicais. Existem ainda duas ameaças de morte ao advogado dos trabalhadores pelo Superintendente da Tabu, Antonio Amaral, ameaças que podem ser testemunhadas;
7. Os posseiros que ainda não entraram com a ação na Justiça foram ameaçados de terem todas as benfeitorias arrancadas por trator;
8. A produção de subsistência da região está terminando, sendo substituída pela monocultura da cana-de-açúcar. (CONTAG, 1981, p. 61).

A desapropriação da Fazenda Camucim Grande ocorreu no ano de 1992, totalizando uma área de 277 ha, distribuída entre 37 famílias¹³.

A vitória dos camponeses de Camucim representou um grande impacto na região, fazendo renascer a resistência e o sonho de uma vida mais digna, alastrando o espírito da luta por diversas áreas na Paraíba, resultando em um momento em que a luta pela terra ganhou bastante expressividade.

Depois dessa vitória, a luta pela Reforma Agrária no município de Pitimbu teve seqüência na Fazenda Corvoada, cujo proprietário era o já citado Hercílio Alves Ferreira Lundgren, falecido no ano de 1988.

A Fazenda Corvoada corresponde ao que hoje é o Assentamento Sede Velha. A nomenclatura dada aos lugares nesse período não correspondia aos

¹³ Em pesquisa realizada no Assentamento Camucim, no ano de 2005, constatamos que havia 37 famílias titulares e mais 48 famílias agregadas, num total de 85 famílias, todavia, não houve aumento de área e as 85 famílias dividem os 277 ha da área desapropriada.

nomes que atualmente intitulam essas áreas. De acordo com os moradores, o Assentamento Teixeira chama-se Barra de Cima, o 1º de Março se chamava Macaquinho e a todo esse espaço chamava-se Abiaí, sendo comum que ainda hoje eles se refiram ao APASA como APASA do Abiaí.

Esses nomes possuem um significado ligado à trajetória de vida de alguns camponeses do Assentamento, e representam a memória de um lugar muito conhecido, onde sob a nomenclatura de uma determinada Fazenda, resistiram os aspectos do cotidiano permeado de costumes e culturas próprias do lugar. Assim, os elementos da natureza ganharam terminologias como a “ladeira do trepa e desce”, “lá pras bandas de Farias”, ou perto do “Cria Menino”, que se traduzem numa linguagem muito própria da região e também bastante decodificada por eles, sobretudo pelos mais velhos, guardiões dessa memória contada para os mais jovens, a qual se insere na memória coletiva do lugar, pois de acordo com Halbwachs (1990, p. 143):

Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças.

Esse autor aborda três concepções de espaço, o jurídico, o econômico e o religioso. Para nós, é a dimensão do lugar que mais interessa para compreendermos esse espaço como a sede de resistência camponesa, não se tratando de uma questão de tamanho, mas sim de significado.

Nesse sentido, o conjunto desses seis Assentamentos Rurais (APASA, Nova Vida, Sede Velha, Teixeira, Subaúma e 1º de Março) está extremamente interligado em suas histórias de luta. Mesmo possuindo tempos diferenciados de desapropriação e até mesmo distintos movimentos sociais envolvidos, a proximidade dos lugares permitiu uma movimentação desses camponeses, que

se conheciam e criaram entre si laços de solidariedade, numa horizontalidade de relações com tradições e costumes comuns.

Thompson (1998) registra que o costume se fundamenta no uso comum e no tempo imemorial, caracterizado pela práxis, e é raramente regulamentado, sendo asseverado através da prática e da tradição oral.

A lembrança de uma data é mais difícil de ser apreendida do que as lembranças dos lugares, uma vez que a memória não obedece rigidamente aos regimes de tempo impostos pela sociedade, como os dias, meses e anos, sobretudo quando os sujeitos que estão resgatando essas memórias são camponeses, pois o tempo camponês é regido, sobretudo, pelo tempo de trabalho, pelas estações do ano, pelas festas religiosas ou profanas e pela trajetória de exclusão e busca pela terra.

Percebemos em nossas entrevistas a dificuldade dos camponeses em precisar o ano específico que se iniciou a luta pela terra, ou mesmo a duração dessa luta. Quando procurávamos saber um período exato, comumente os camponeses paravam por alguns instantes, tentando resgatar na lembrança essa informação e respondiam alguma data ou período, mas ratificavam sempre a incerteza da informação.

Todavia, mesmo que nem todos tenham conseguido recordar uma data específica, aqueles que vivenciaram o momento da luta se recordam dos fatos mais marcantes e também de várias situações do período. Essas memórias individuais acabam por representar uma memória coletiva do lugar e de acordo com Halbwachs (1990, p. 128):

Na realidade se aproximando várias consciências individuais, podemos reposicionar seus pensamentos ou seus acontecimentos em um ou vários tempos comuns, é porque a duração interior se decompõe em várias correntes de pensamentos que têm sua origem nos próprios grupos. A consciência individual é apenas o lugar de passagens dessas correntes, o ponto de encontro dos tempos coletivos.

Foi esse tempo coletivo que buscamos compreender na análise da construção dessas novas territorialidades, e mesmo com algumas respostas como “há... durou muito tempo, nem sei dizer”, ou “alguns anos”, “acho que dois anos”, “o tempo certo não sei dizer não”, “quem sabe dizer é Seu Alfredo”, procuramos

reunir aquilo que coletivamente aparecia na memória dos vários camponeses entrevistados.

Recorremos também, para recompor essa trajetória, aos processos administrativos do INCRA-PB, uma vez que a escrita é capaz de registrar aquilo que a memória não consegue resgatar, e ainda revelar informações desconhecidas dos aspectos que permeiam o processo de desapropriação.

Através da análise dos processos administrativos do INCRA, constatamos que a Fazenda Abiaí, pertencente no século XIX a Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, passou no século XX a pertencer a Frederico João Lundgren, filho de Hermam Lundgren, e ainda, que essa Fazenda possuía mais de 9.000 ha, atestando a elevada concentração de terras, visto que sozinha essa propriedade cunhava quase 70% da área atual do município de Pitimbu, que é de 136 km². Todavia, sua extensão se dava mais no sentido leste-oeste, demonstrando que parte das terras situava-se no que é atualmente o município de Alhandra.

Essa concentração de terras e a existência de uma grande quantidade de agricultores sem títulos de propriedade confirmam que, para permanecer na terra, esses camponeses tiveram que se submeter a diversas formas de exploração e subordinação.

De acordo com os relatos ouvidos, essa região era conhecida como “o Grande Abiaí”, onde, mesmo sem títulos de propriedade, os camponeses sobreviviam da terra, plantando as culturas de subsistência como mandioca, inhame, milho e feijão, culturas plantadas desde muito tempo, como registrado por Barléu (2005) no início do século XVII, cuja tradição é ainda mais antiga e remete-nos às culturas negra e indígena.

Na região do Abiaí, as relações de trabalho eram desenvolvidas através de acordos entre aqueles que detinham o poder político e econômico e aqueles que dependiam da terra para sobreviver. Assim, geralmente ocorriam conflitos quando um acordo era rompido ou novas regras eram estabelecidas por qualquer um desses grupos.

Além disso, a mobilidade camponesa pelo “Grande Abiaí” colaborou com a formação de laços de solidariedade entre eles, e deu suporte para que essa luta se tornasse uma luta coletiva, sendo necessário compreendê-la dentro dessa dinâmica, revelando os significados presentes na conquista da Reforma Agrária.

A Fazenda Abiaí, que como vimos já chegou a ter mais de 9.000 ha, a partir da morte de Frederico João Lundgren, em fevereiro de 1946, foi dividida

entre sete herdeiros. Dentre eles, Hercílio Alves Ferreira Lundgren herdou 1/7 da parte dessas terras e comprou a parte de sua irmã, Elza Elizabeth Lundgren Ek, e de seu irmão, Walmir Alves Ferreira Lundgren, em 1956, somando 3/7 da propriedade, ficando com uma área de 3.736,89 ha, cujo imóvel continuou a ser denominado de Fazenda Abiaí.

Em junho de 1967, o proprietário criou a empresa denominada Agropecuária Abiaí – SA – APASA, e no ano de 1968 “vendeu” uma área de 2.446,89 ha dessa Fazenda para sua própria empresa, numa clara demonstração de falso desmembramento de terra.

No ano de 1979, a empresa APASA vendeu para a AGROTEC – Serviços Geológicos e Agrotécnicos LTDA, na ocasião representada pelos sócios Marcelo Pinto de Abreu e Múcio Bezerra Bandeira de Melo, uma área de 1.258,30 ha das 2.466,84 ha a ela pertencente, passando o imóvel da AGROTEC a ser denominado de Fazenda Alhandra.

Tendo em vista ainda um maior desmembramento das terras, Hercílio Alves Ferreira Lundgren, em 1979, repartiu os 1.289 ha que estavam em seu nome, em outras três propriedades, sendo que dessas, uma delas ainda foi desmembrada em outras duas, conforme podemos verificar no organograma em anexo.

Organograma 1. Desmembramento da terra. Fonte: Processos administrativos INCRA/PB / Organização: Aline B. de Lima. Ver anexo na página 196.

No caso do desmembramento da Fazenda Barra do Abiaí, em 1979, Hercílio Alves Ferreira Lundgren objetivou mudar o cadastro da propriedade, classificada como latifúndio por exploração no INCRA, dividindo-a em quatro partes e cadastrando-as como empresa rural. De acordo com a Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra), empresa rural corresponde a:

Empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico da região em que se situe e que explore área mínima agricultável do imóvel segundo padrões fixados, pública e previamente, pelo Poder Executivo.

Com essas ações, a família Lundgren conseguiu impedir que as terras da Fazenda Abiaí fossem alvos prioritários de desapropriação por interesse social, que de acordo com o Art. 20 do Estatuto da Terra são:

- I- Os minifúndios e Latifúndios;
- II- As áreas já beneficiadas ou a serem por obras públicas de vulto;
- III- As áreas cujos proprietários desenvolvem atividades predatórias, recusando-se a pôr em prática normas de conservação de recursos naturais;
- IV- As áreas destinadas a empreendimentos de colonização, quando estes não tiverem logrado atingir seus objetivos.
- V- As áreas que apresentam elevada incidência de arrendatários, parceiros e posseiros;
- VI- As terras cujo uso atual, estudos levados a efeito pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária comprovem não ser o de uso adequado a sua vocação econômica.

Percebemos, através dessa legislação, que antes do desmembramento e expulsão dos posseiros, a Fazenda Barra do Abiaí enquadrava-se automaticamente em uma área prioritária para desapropriação, demonstrando o conhecimento jurídico dos proprietários das terras, necessário para escamotear o direito dos camponeses.

Os conflitos tiveram início quando a família Lundgren resolveu expulsar os camponeses das Fazendas, com o argumento que plantaria cana-de-açúcar. Das 150 famílias posseiras, apenas três resistiram às ameaças, pressões e violências para abandonarem a terra, além de algumas poucas famílias de arrendatários e moradores.

Assim, para conseguirem permanecer na terra frente a tantos impedimentos, os camponeses se organizaram fortemente e deram início a um longo confronto. Sobre esse período, Dona Marluce da Silva, nascida em Camocim, onde viveu até os 16 anos, conta-nos que nesse tempo morava em Papoca, descrevendo que:

Papoca faz extremo com Árvore Alta, do lado de lá era Papoca e passando para o lado de cá era Árvore Alta, eu fugi de Camocim para Árvore Alta (fugiu para casar), passei uma faixa de uns cinco anos morando em Árvore Alta, morava em terreno de fazendeiro... Aí às vezes a gente tinha vontade

de comer uma batata, mas não podia plantar porque a gente morava dentro de um cercado de Fazenda, muita gente vendendo batata e eu tinha vontade comprar 1 kg de batata mas eu tinha muita vergonha, “mas cé um povo preguiçoso, mora dentro do mato e num planta né?” Mas mesmo assim eu falava pra comprar, aí eles podiam... davam. (Relato de Dona Marluce, grifo nosso).

Toda essa região descrita por ela fazia parte de uma área de grande tensão social, formada por Subaúma, Árvore Alta, Mucatú e Camucim. Cansada dessa situação, Dona Marluce relata que conversou com seu esposo para buscar uma vida melhor:

Aí eu disse, oh Toinho, a gente morando aqui é ruim demais, pra morar na casa tinha que pagar ao fazendeiro, pagava arrancando mato dentro do sítio, uma conta por semana, toda semana. Aí depois a gente saiu e fomos morar na terra de um cunhado dele, e o cunhado dele foi embora e eu fui e comprei essa parcela. Nessa parcela que eu comprei ao meu cunhado eu passei nove anos, foi lá onde eu criei meus filhos, tinha duas hectares de terra. (Relato de Dona Marluce).

Todavia, dois hectares de terra eram demasiadamente insuficientes para uma família que crescia a cada ano, o que motivou Dona Marluce a se engajar na luta pela Reforma Agrária e conseguir o seu pedaço de chão. Ela relatou que:

No tempo dos despejos que aconteceu, eu não vivia fixo dentro do Assentamento morando, porque era perto né, eu ia pra casa, quando era de cinco horas da manhã eu retornava na terra, começava a trabalhar, aí pronto, quando era negócio de 5 horas da tarde nós voltava pra casa, mas quando, qualquer coisa que... Quando soltava os fogos, podia ser a hora que fosse, todo mundo ia, quando era pra fazer multirão em Capim de Cheiro, barrado pelos carros dos capanga, com Doze em cima da gente, mas a gente enfrentou, tiramos os trator, isso tudo eu participando de dentro, tinha mulher que não ia não.

Quando indagamos se ela não temia pela sua vida nesses momentos de confronto, Dona Marluce respondeu da seguinte forma: “Tinha não, a gente tá pra lutar, a gente tá pra tudo”.

Desses camponeses destemidos, formou-se a amálgama para resistir e lutar. Apoiados pela CPT - Comissão Pastoral da Terra, eles se reuniam em mutirões para arrancar a cana-de-açúcar ou para barrar tratores que vinham destruir os seus roçados. Como Dona Marluce elucidou, mesmo aqueles que não estavam morando na área de conflito, quando ouviam a sinalização, geralmente a explosão de fogos de artifício, rapidamente se reuniam de diversos lugares e formavam a massa camponesa necessária para enfrentar o latifúndio.

Assim, frente a essa resistência, e ao crescente número de camponeses que começavam a se reunir nas Fazendas em questão, vindos de municípios adjacentes, apoiados pela Comissão Pastoral da Terra e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, os proprietários resolveram apelar para a venda da área ao INCRA, através do decreto nº 433¹⁴, que determina que, “As aquisições de imóveis rurais previstas neste Decreto ocorrerão preferencialmente em áreas de manifesta tensão social para o Assentamento de trabalhadores rurais, visando atender a função social da terra”.

A partir desse decreto a desapropriação só pode ocorrer mediante oferta do proprietário, o qual se encontra livre para recusar a oferta do INCRA caso não a considerasse justa, como também pode barganhar o preço de benfeitorias e o prazo de recebimento. Ou seja, provavelmente, a família Lundgren previu o que estava por vir com a flexibilização da Ditadura Militar, pois como citado anteriormente, Hercílio Alves Ferreira Lundgren, antes do Golpe de 1964, havia abafado violentamente os levantes das Ligas Camponesas em sua propriedade, dessa forma, tinha plena consciência da revolta amargada durante quase vinte anos daqueles camponeses.

Percebemos assim, que a organização camponesa para reivindicar a terra possuiu também um componente de estratégia e informação, fundamental para que eles conseguissem resistir e pressionar o Estado, para que esse promovesse a desapropriação. Cabe ressaltar ainda a importância que a Comissão Pastoral da Terra teve em apoiar e liderar várias ações desses camponeses, conforme relata Seu Alfredo:

¹⁴ Dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais para fins de Reforma Agrária por meio de compra e venda. Fonte: BRASIL. Decreto nº 433 – 24 de janeiro de 1992. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/D0433.html>>. Acesso em: 3 fev. 2005.

Nós morava na APASA, nesse tempo, tinha pouca gente em Sede Velha, por pressão do homem só tinha ficado aquelas onze famílias, aí Anastácio disse, “olhe, pra ser desapropriado mais ligeiro o pessoal daqui do APASA, passa tudo pra Sede Velha, nós passou tudo pra lá, pra reforçar a luta de lá, e lá vai, ficou ficando na APASA e lá, e lá vai, lá vai, sei que lá foi desapropriada, aí disseram, vocês não podem abandonar cá não, pra cá ser desapropriado também, no APASA, até que foi desapropriado tudo, e agora tudo é do povo. Tinha 18 famílias no APASA e lá tinha 13. Não fazia força nenhuma pra o proprietário, 18 num canto e 13 noutro, aí ficava muito mole a luta.

A partir dessa luta camponesa, foram criados os Assentamentos Sede Velha, Teixeira e 1º de Março, o que serviu de grande estímulo para os camponeses da área vizinha, na Fazenda Alhandra, pertencente à empresa AGROTEC.

O sócio da AGROTEC que mais aparece nos relatos dos camponeses, chama-se Múcio Bezerra Bandeira de Melo, que mantinha em sua propriedade famílias de camponeses que trabalhavam no regime de arrendamento, cuja renovação se dava no início de cada ano. O pagamento da renda era em serviço, ficando os camponeses obrigados a trabalharem nos coqueiros da propriedade o ano inteiro.

Mediante as desapropriações já ocorridas em Pitimbu, e também a crescente mobilização camponesa, que indicava um iminente levante camponês nas terras sob o domínio da empresa AGROTEC, Múcio passou a não querer renovar os contratos dos rendeiros, dando início a mais uma série de conflitos na região.

Esse período aparece marcado nas lembranças da jovem Etiene Ferreira Nascimento Candido, que nasceu em 1982, numa maternidade em João Pessoa, embora sua família morasse em Pitimbu. Ela relatou que:

Quando entrou em conflito em Sede Velha, onde eu morava, eu era bebê, então quem guerreou foi meus pais, aí quando estava próximo do meu casamento foi que começou esse conflito com APASA e os acampados. Eu só via porque eu passava por lá para ir para o sítio da minha avó, aí eu via o acampamento, com aquelas cabaninhas de palha, e muitas vezes os capangas do dono da terra, que era Múcio e também os policiais, muitas vezes.

Os camponeses acampados na Fazenda Alhandra sofreram nesse período constantes ameaças. As cabanas de palha onde moravam foram queimadas e o risco de despejo deixava-os numa situação de grande tensão, onde em diversos momentos suas vidas estiveram em risco.

Mesmo vivendo essa realidade, a coletividade da luta deu suporte para que eles não perdessem força, e se algumas famílias desistiram e foram embora, a todo o momento chegavam camponeses dispostos a lutar por um pedaço de terra, conforme relata a camponesa Iolanda Maria de Albuquerque, “Enquanto era a Fazenda Abiaí as pessoas que moravam lá eram só trabalhador dele, moravam ali, trabalhavam arrendado, quando o pessoal resolveram que iriam entrar na terra para ficar, aí saíram convidando as pessoas, e foram vindo outras pessoas de outros municípios”.

Dessa forma, a única saída para o proprietário foi oferecer a terra para a desapropriação, uma vez que as terras não poderiam ser desapropriadas como latifúndio de exploração, pois como vimos, elas tinham sido esfaceladas e cadastradas como várias empresas rurais, restando, portanto, o decreto 433.

Se por um lado a empresa rural impossibilitava a desapropriação por interesse social, por outro, tornava o decreto 433 desvantajoso para o proprietário no quesito benfeitorias, pois na desapropriação dos imóveis cadastrados como latifúndios improdutivos, as benfeitorias são pagas em dinheiro, enquanto que pelo decreto 433 parte do valor pode ser pago em títulos da dívida agrária.

Dessa forma, os proprietários tentaram retirar o máximo de vantagens possíveis, e depois de várias vistorias e negociações, acordaram o valor da terra num total de R\$ 10.263.194,10, sendo R\$ 1.656.706,07 na terra nua e R\$ 8.606.488,03 em benfeitorias, dessas, R\$ 500.000,00 em dinheiro e o restante em títulos da dívida agrária, pagas em até cinco anos.

Todavia, esse valor não pôde ser pago em cinco anos por ferir a legislação vigente, que estipulava dez anos para o pagamento dos títulos. Assim, o processo de compra da terra foi barrado e os proprietários entraram com uma ação para solicitar a reintegração de posse, que foi dada como favorável.

Cerca de cento e cinquenta famílias estavam acampadas na área em questão e já haviam plantado culturas permanentes e temporárias, o que motivou ainda mais os proprietários a afirmarem que iam dar sequência ao processo de

reintegração de posse e utilizar força policial para expulsar os camponeses, no caso do INCRA rapidamente não realizar uma proposta mais vantajosa para eles.

Frente a essas questões, e prevendo o massacre que ocorreria com o respaldo do judiciário, além da forte pressão dos camponeses, que chegaram a ocupar a sede do INCRA, chegou-se a um novo acordo, em que, ao invés de R\$ 500.000,00 em dinheiro eles receberiam R\$ 1.000.000,00, e o restante em títulos da dívida agrária em até dez anos.

Após esse longo percurso, foram criados então, em 1995, o Assentamento APASA e o Assentamento Nova Vida, que juntos aos Assentamentos Mucatu, Camucim, Sede Velha, Teixeira e 1º de Março, configuraram uma grande área reformada, inaugurando na história do Litoral Sul uma nova territorialidade, traduzida na fala da camponesa Iolanda, refletindo que "O Abiaí ele é tão grande que depois de dividido aí ficaram o Assentamento APASA, Nova Vida, Sede Velha, Teixeira e 1º de Março, seis Assentamentos em uma só localidade, porque ele era muito grande".

1.2 A luta pela permanência na terra e a construção de novas territorialidades

As desapropriações que deram origem aos assentamentos rurais de Pitimbu inauguraram uma nova etapa no processo de construção territorial. Como vimos, até conseguirem criar essas novas territorialidades, os camponeses enfrentaram um longo processo de luta e resistência, por sua vez interligado a séculos de conjunturas semelhantes, marcadas invariavelmente pelo confronto dos usos desse território. Dessa forma, os assentamentos rurais enquanto novas territorialidades apresentam-se através de aspectos tanto materiais, quanto simbólicos, permeados por relações de poder, sob diferentes escalas de atuação.

Sendo assim, a luta para permanecer na terra é um movimento que marca o estabelecimento desses espaços enquanto *locus* de reprodução de uma vida mais digna para esses camponeses, diante do qual se erguem inúmeras problemáticas, advindas de características sociais, econômicas, políticas, ambientais e culturais diversas.

A maneira como cada uma dessas áreas se configura diante das diferentes problemáticas resulta de complexos fatores, que vão desde a trajetória

pessoal de cada um dos envolvidos, até a organicidade criada pela construção coletiva dos camponeses e movimentos sociais que acompanham e apoiam a luta¹⁵.

Nos assentamentos rurais de Pitimbu, através dos trabalhos de campo, percebemos que, apesar do processo de luta ter sido extremamente interligado, os momentos posteriores à desapropriação conduziram a organizações diferenciadas, em relação a cada limite específico de assentamento, fazendo com que esses apresentem atualmente diferentes graus de desenvolvimento e organização.

No caso específico do Assentamento APASA, cabe destacar o papel da CPT, pois a mesma atuou junto aos camponeses em diferentes momentos da luta e também após a desapropriação. Dessa forma, a CPT possui bastante representatividade para os camponeses do APASA, que esboçam significativa confiança nessa pastoral.

Após o processo de desapropriação ocorrido em 1995, as famílias beneficiadas começaram o processo de organização no assentamento rural. Cada decisão tomada pelos camponeses foi resultado das reuniões com o INCRA e com a CPT, onde se definiu forma do assentamento, adesão a empréstimos, projetos de financiamento e infraestrutura.

A área pertencente ao Assentamento APASA foi dividida em 150 parcelas mais a Agrovila¹⁶ e áreas de reserva florestal, conforme demonstra o mapa 3, em anexo. O sistema de Agrovila foi preferido em cinco, do total de seis Assentamentos Rurais de Pitimbu. O motivo destacado pelos camponeses para essa escolha foi o fato desse modelo diminuir o custo e o tempo com a instalação de equipamentos, como rede elétrica e sistema de abastecimento de água. Foi escolhido ainda por diminuir o isolamento característico do campo, dada à distância maior entre as casas, quando estas são construídas na própria parcela de cultivo. Ver mapa 3, anexo na página 192.

Todavia, passado o primeiro momento pós conquista da terra, os problemas decorrentes da agrovila começaram a surgir. Dentre eles, podemos destacar as grandes distâncias percorridas pelo camponês até chegar a sua parcela

¹⁵ Nos assentamentos rurais de Pitimbu, atuaram a CPT e o MST.

¹⁶ O modelo de Assentamento rural em forma de agrovila corresponde a uma área central, onde são construídas as habitações e os prédios de uso coletivo, como igrejas e escolas, circulada pelas parcelas destinadas ao cultivo agrícola.

de cultivo, podendo chegar a mais de uma hora de caminhada, além da taxa de energia elétrica, que é cobrada como sendo área urbana, onerando bastante as despesas dos camponeses.

Para amenizar esse problema, geralmente os camponeses constroem uma outra casa mais simples na sua parcela de cultivo, geralmente de taipa, ou simplesmente de estacas de madeira cobertas por palhas de coqueiro. O casebre serve de apoio durante o dia, ou mesmo para a dormida do pai, filhos e genros, com o intuito destes ficarem mais próximos da sua plantação, podendo assim cuidá-la melhor, visto que “a roça” exige cuidados diários. Outra dificuldade decorrente da distância é a facilidade de roubo das áreas de cultivo, gerando desfalques nas plantações e dificultando a criação de pequenos animais.

A pobreza decorrente da expropriação a que foram submetidos ao longo da trajetória de suas vidas é um fator agravante para a sobrevivência no Assentamento Rural, pois, como relatam alguns entrevistados, muitos chegaram para a luta apenas com “o facão e a roupa do corpo”. A seguir apresentamos alguns dados obtidos no Assentamento APASA, a partir de trabalhos de campo realizados no ano de 2005¹⁷, onde aplicamos um total de 97 questionários.

Gráfico 1: Perfil Socioeconômico dos camponeses do Assentamento APASA – 2005. Ver anexo na página 193 e 194.

Analisando os dados acima e correlacionando com os dados qualitativos registrados nos trabalhos de campo, através de anotações em caderneta, podemos tecer algumas considerações sobre a organização e o desenvolvimento do Assentamento APASA, observando assim as principais dificuldades encontradas na luta pela permanência na terra.

No tocante ao grau de escolaridade, constatamos que mais da metade dos camponeses entrevistados possui no máximo o ensino fundamental (59 entrevistados), na maioria das vezes, incompleto, além disso, há um número elevado de analfabetos (29 entrevistados). Essa realidade contribui para que tenham dificuldades em adquirir informações a respeito das políticas que lhes

¹⁷ Esse trabalho de campo foi realizado durante a pesquisa monográfica no curso de Geografia da UFPB, resultando no estudo: LIMA, Aline Barboza de. Assentamentos APASA –PB: estratégias de resistência e desenvolvimento rural. João Pessoa, julho de 2005. Monografia de Graduação. 114 p.

assistem e discerni melhor sobre a aquisição de determinados projetos de investimento e de custeio.

Podemos perceber ainda que a atividade agrícola é a principal força motriz do Assentamento, declarada por 90 entrevistados como sendo o trabalho central familiar. Desse total, apenas 17 afirmou desenvolver trabalho complementar, como o artesanato e os pequenos comércios instalados no próprio Assentamento, geralmente mercadinhos e botecos. Os sete entrevistados que declararam não trabalhar na agricultura, em geral, exercem funções administrativas no lugar, são agentes de saúde, funcionários da escola do Assentamento, dentre outras profissões.

A estimativa da renda mensal é dificilmente declarada pelos assentados, isso porque, como não possuem uma renda em dinheiro mensal estável, e têm por hábito não contabilizar o consumo advindo de suas lavouras, acham complexo estabelecer um valor gasto mensalmente pela família, o que os leva a declararem rendas muito baixas, que às vezes não condizem totalmente com a realidade.

Através dos dados obtidos, dividimos os camponeses em dois grupos, aqueles que recebem menos de um salário mínimo mensal, e os que recebem mais de um salário mínimo mensal (encontramos no máximo 5 salários mínimos mensais). Entre os que recebem menos de um salário mínimo (58 entrevistados), não há aposentados na família. Entre os 39 entrevistados que recebem mais de um salário mínimo, correlacionamos os seguintes dados: 17 entrevistados possuem aposentados na família e 22 entrevistados, apesar de não possuírem aposentados na família, têm irrigação ou não vendem a produção ao atravessador.

Observamos que o uso de irrigação aparece como fator de aumento da renda, pois dessa forma, a produção agrícola não depende apenas das condições climáticas naturais, o que favorece a sua oferta a um maior valor no mercado nos períodos de entressafra. Todavia, apenas 17 entrevistados declararam utilizar sistema de irrigação, enquanto 80 entrevistados afirmaram não possuir condições financeiras para adquirir o kit de irrigação ou para manter o sistema funcionando através da compra de óleo para alimentação do motor, ou do pagamento da energia, no caso de bombas elétricas.

Verificamos que mesmo com uma renda mensal baixa, apenas uma família declarou não possuir nenhum eletrodoméstico. Os aparelhos mais citados foram respectivamente: fogão (90), televisão (68) e geladeira (55). Nenhum dos

entrevistados declarou possuir telefone residencial, microondas, aparelho de DVD e computador.

Outra questão, que constatamos em relação às dificuldades enfrentadas para permanecer na terra, relaciona-se ao crédito agrícola e à assistência técnica, alvos de grandes reclamações por parte dos camponeses. A partir dos dados obtidos com o trabalho de campo, constatamos que 81, dos 97 entrevistados, já utilizaram algum tipo de crédito agrícola. Quando indagados sobre o resultado obtido com esse empréstimo, 67 responderam que não tiveram êxito e encontravam-se endividados, 14 relataram ter tido êxito com o empréstimo e 16 nunca obtiveram empréstimos agrícolas. Entre aqueles que obtiveram êxito, 9 dos entrevistados não pagaram a dívida, mas afirmaram ter tido êxito pelo fato de terem conseguido renegociá-la e apenas 5 pessoas declararam tere conseguido quitar a dívida. Entre esses entrevistados, encontram-se pessoas que possuem irrigação ou pequeno comércio, o que pode ter colaborado com o pagamento do empréstimo.

Dentre as políticas públicas acessadas pelos camponeses, destacamos o Programa Nacional de Combate a Pobreza Rural – PRONAF¹⁸, como a política que recebeu a maior parte das declarações de insatisfação.

Das complexas e variadas causas que permeiam essa problemática, algumas se mostraram mais latentes em nossas pesquisas, por exemplo, os projetos de custeio ou de infraestrutura, que, como constatamos, foram realizados do topo para base, ou seja, do Governo para os camponeses, desconsiderando as necessidades e os desejos de determinada comunidade ou família rural. Esse modelo de desenvolvimento levou a uma série de projetos que terminaram por fracassar, aliados a uma carência de acompanhamento técnico e atrasos na liberação de recursos.

Um exemplo marcante em nosso trabalho de campo foi o projeto realizado pelo PRONAF para o cultivo de mamão nos assentamentos do

¹⁸ O PRONAF foi instituído em 28 de julho de 1996, pelo decreto presidencial nº1946, tendo sido incorporado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a partir de 1999, com a finalidade de promover o desenvolvimento rural, propiciando aos agricultores familiares o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e melhoria da renda. A criação do PRONAF resultou de reivindicações dos trabalhadores rurais, à margem de uma política que beneficiava setores mais capitalizados da agricultura brasileira até 1994, quando foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP) que, após dois anos, passou a se denominar PRONAF. (LIMA, 2004).

município de Pitimbu, que foi declarado por vários agricultores como projeto em que a maioria deles teve perda total do cultivo, associada desde às pragas até à falta de irrigação.

Este descompasso que se coloca para o campesinato ao lidar com os agentes financeiros e com os órgãos de assistência técnica revela particularidades inerentes a essa classe social, o que nos leva a concordar com Rodrigues (1994, p. 168) quando afirma que:

É importante salientar que os valores e representações de um grupo social, especialmente no que concerne ao tempo, não são rompidos de imediato pela mera introdução de novas tecnologias. Contudo, essa realidade sugere a necessidade de se repensar a reprodução do campesinato no Brasil. É preciso que os empréstimos voltados para a melhoria da produção façam-se acompanhar de uma ampla discussão sobre as demandas locais e sobre a forma de gestão dos recursos já adotadas.

Dessa forma, percebemos que a luta para permanecer na terra é dificultada pelas próprias políticas que deveriam ajudar a fixação do camponês a sua terra, fato decorrente de um modelo de política pública baseado em parâmetros mercadológicos, que não consideram a realidade camponesa, possuindo forte vinculação com interesses provenientes do grande capital.

A partir dos dados registrados, percebemos que após a desapropriação da terra e a demarcação dos limites do assentamento rural, inicia-se uma nova fase de luta, onde diversos fatores dificultam a permanência do camponês na terra conquistada, bem como o estabelecimento de uma vida mais digna. Nesse sentido, a territorialização camponesa defronta-se com a territorialização do capital, capaz de explorar e empobrecer as famílias camponesas através da apropriação de sua renda.

A apropriação da renda da terra na agricultura camponesa pela territorialização do capital acontece na medida em que esses trabalhadores não encontram outra saída, senão vender seus produtos a preços baixíssimos para abastecer o mercado interno. Realidade encontrada no Assentamento APASA, onde grande parte da produção comercializada é vendida no Assentamento a preço bem abaixo do que é comercializado nos mercados das cidades próximas. Sobre este traço de subordinação da agricultura camponesa, Martins (1975, p. 5) afirma que:

Na verdade só existe o problema agrário na medida em que o mundo urbano está na dependência do mundo rural, seja quanto às necessidades crescentes de mercado, seja quanto às necessidades de preços baixos no item alimentação.

Em contrapartida, segundo Woortmann (1990, p. 40), para o camponês, “o negócio é um dos meios de se chegar a terra, isto é, ao patrimônio, condição de realização do pai como sujeito trabalhador e transmissor da terra”, o que o leva muitas vezes a vender os seus produtos a preços baixos, que não compensam o esforço do trabalho familiar.

Nesse sentido, os atravessadores representam um grande entrave ao desenvolvimento do assentado estudado, onde verificamos que dos 97 entrevistados, 89 vendem a produção aos atravessadores, sendo que desses, 62 vendem apenas aos atravessadores, ou seja, nenhuma parte da sua produção é comercializada diretamente. Quando comparamos os preços dos produtos vendidos aos atravessadores com os preços dos produtos vendidos diretamente ao consumidor, encontramos uma diferença muito grande de valores. Podemos citar como exemplo, o coco verde, que é vendido entre 10 e 15 centavos aos atravessadores e chega a ser vendido entre R\$ 0,70 e R\$ 1,00 em João Pessoa.

A saída encontrada por um grupo de camponeses do assentamento APASA, desde 2002, foi desenvolver uma forma de agricultura diferenciada, pautada na agroecologia, para tanto, iniciaram junto a outros camponeses de vários assentamentos da Paraíba o projeto da "Feira Agroecológica Paraibana", que atualmente ocorre em todo o Estado. Esse projeto foi iniciado em 2001, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT e da Cáritas Arquidiocesana da Paraíba, que concederam um empréstimo no valor de R\$ 5.700,00. Com esse recurso os camponeses compraram bancas, balanças, uniformes, dentre outros materiais necessários para colocar em funcionamento o projeto, que resultou na criação de quatro Feiras Agroecológicas em bairros da cidade de João Pessoa. Com isso, resolveram dois dos principais problemas que estavam enfrentando, o do uso do agrotóxico e o da expropriação da renda na comercialização de seus produtos aos atravessadores. Desde que foi iniciada, a Feira Agroecológica acumula uma série de resultados muito positivos, como aumento da renda familiar, melhoria da saúde dos camponeses e das pessoas que compram os produtos agroecológicos, e ainda novas relações estabelecidas com os moradores da cidade.

Através da realização da Feira Agroecológica, os camponeses conseguiram suprimir a figura do atravessador e vender os seus produtos a preços mais justos. Nas produções de inhame e macaxeira, principais culturas do Assentamento junto com o feijão verde, a diferença de valores é expressiva, como exemplo, temos uma arroba¹⁹ de inhame vendida aos atravessadores por R\$ 10,00, quando comercializada na Feira Agroecológica Paraibana, chega a ser vendida ao valor de R\$ 30,00, ou seja, R\$ 2,00 o quilo do inhame, uma diferença de 200%. Um outro exemplo é a venda da acerola. Uma caixa²⁰ de acerola é vendida no Assentamento entre R\$ 10,00 e R\$ 12,00 e na Feira Agroecológica chega a ser vendida a R\$ 23,00.

Além da supressão do atravessador, a não utilização de agrotóxicos também se constitui numa melhoria expressiva na vida desses camponeses, por não precisarem se submeter mais a práticas agrícolas danosas. O relato da camponesa Hiolanda Maria Albuquerque da Silva elucida bem essa questão nos momentos iniciais da Feira:

Eu sou uma das fundadoras, e fiz parte desde as primeiras reuniões, com o Arnaldo, o pessoal da CPT, e a gente viu a necessidade de fazer uma feira, porque aqui existiam muitos atravessadores, a gente vendia os produtos da gente mal vendidos, não lucrava, não dava para nada. Então a gente teve a ideia de fundar uma feira. Aí veio as questões da reunião, juntamos as mulheres, um grupo de mulheres, que não foram só os homens. A maior questão que a gente debateu desde o início foi para não usar o veneno, tanto para quem ia trabalhar na feira como um incentivo para comunidade. (Relato da camponesa Hiolanda).

Hiolanda destaca ainda que as discussões sobre a não utilização do agrotóxico ocorriam também nas assembleias gerais do assentamento APASA, onde técnicos do Inkra e da CPT esclareciam sobre os riscos advindos da utilização desses produtos, influenciando assim vários agricultores do assentamento, conforme relato a seguir:

¹⁹ - aproximadamente 15 kg.

²⁰ - uma caixa com 20 kg de acerola.

Ninguém nunca teve esses cuidados, depois da feira, com o acompanhamento técnico, eles começaram a discutir nas reuniões, tanto das feiras, como nas assembleias, sempre conscientizando o povo, que não é fácil conscientizar todo mundo, mais aí boa parte, que esteja na feira ou não, já tem consciência que não é para utilizar o agrotóxico, já têm muitas pessoas que não trabalham na feira que não querem, porque já tem conhecimento do perigo. (Relato da camponesa Hiolanda).

Mesmo com muitos camponeses no assentamento APASA conscientes dos riscos da utilização de agrotóxico (54, dos 97 entrevistados declararam não utilizar agrotóxico), a adesão à Feira Agroecológica ocorreu apenas por um pequeno número de famílias. Analisamos que a baixa adesão ocorreu devido a uma série de fatores, tais como: resistência em diversificar a produção, dificuldade em obedecer a normas e diretrizes instituídas, descrédito no sucesso da iniciativa, dentre outras causas declaradas durante as entrevistas.

Dessa forma, apenas 20 famílias do assentamento APASA integram o projeto da Feira Agroecológica. Essa quantidade ao longo dos anos não obteve variações significativas, algumas famílias desistiram do projeto, outras aderiram, mas a maior parte dos integrantes participa desde a formação da Feira.

O número de famílias envolvidas indiretamente no Assentamento APASA duplica a participação dos camponeses na Feira, chegando a 40 famílias. As famílias envolvidas indiretamente correspondem a parentes das famílias efetivas²¹ (filhos, genros, cunhados), nesses casos, essas famílias escoam a sua produção para ser comercializada pelos integrantes efetivos. Ainda há aqueles que trabalham na parcela das famílias efetivas no regime de diária, onde, em geral, são amigos de vizinhança, ou compadres das famílias efetivas da Feira Agroecológica. Analisamos que existe um forte vínculo familiar entre os envolvidos na Feira Agroecológica, que influencia na integração efetiva ao projeto.

Atualmente, três Feiras Agroecológicas são realizadas na cidade de João Pessoa, nos seguintes bairros: Bessa, Valentina e Castelo Branco. Em cada uma dessas Feiras participam camponeses de diferentes assentamentos. Os camponeses do assentamento APASA participam da Feira Agroecológica realizada no bairro do Bessa, denominada de Feira Agroecológica do Bessa, apenas uma

²¹ Quando nos referimos as famílias efetivas, fazemos alusão as famílias diretamente envolvidas.

família dessa Feira não reside no assentamento APASA, mas sim no assentamento Sede Velha do Abiaí. No quadro 2 verificamos as Feiras Agroecológicas existentes na cidade de João Pessoa e os respectivos assentamentos.

Local de realização da Feira Agroecológica	Famílias envolvidas diretamente	Famílias envolvidas indiretamente	Assentamentos de origem	Município	Organização	Quantidade produtos comercializados toneladas	Produtos comercializados
Castelo Branco (UFPB)	39	80	D. Helena Rainha dos Anjos Boa Vista Padre Gino	Cruz do Espírito Santo e Sapé	ECOVARZEA	6 t/semana 2 caminhões	Hortaliças; Raízes; Cereais; Frutas; Carnes
Bessa	20	40	Sede Velha APASA	Pitimbu	ECOSUL	2 t/semana 1 caminhão	(caprinos, ovinos, aves); Camarão;
Valentina	30	20	Acampamento Ponta de Gramame	João Pessoa		1t/semana Carroças	Ovos; Comidas típicas; Remédios
SEBRAE*	15	15	Novo Salvador, Jacaraú e Acampamento Mata do Chocalho	Jacaraú		1 t/semana 1 caminhão 1 besta	Caseiros; Plantas medicinais; Artesanato; Polpa;
TOTAL	104	155				10 t/semana	80 produtos

* A Feira Agroecológica do SEBRAE atualmente não se encontra em funcionamento.

Quadro: 2 Dados da Feira Agroecológica Paraibana da Zona da Mata Paraibana. Organizado de: (SENA, 2004).

Depois da sua inauguração, em dezembro de 2002, a Feira Agroecológica do Bessa, entre os anos de 2003 e 2007 realizou um total de 260 feiras. Nesse período, a Feira Agroecológica do Bessa, chamada afetuosamente pelos camponeses e fregueses de “feirinha”, nunca deixou de ser realizada, faturando

anualmente entre R\$ 82.000,00 e R\$ 117.000,00, conforme verificamos no gráfico 2, anexo na página 193.

Gráfico 2: Receita anual da Feira Agroecológica do Bessa. Fonte: Organizado de Sena (2008). Ver anexo na página 195.

A Feira Agroecológica do Bessa é realizada regularmente aos sábados. Percebemos que no ano 2004 houve uma diminuição no rendimento anual da feirinha. Essa diminuição, de acordo com as nossas análises advém de alguns fatores, dentre eles, a mudança de localização da feira²², os problemas em manter a quantidade de produção, adaptação de família camponesa à construção agroecológica, dentre outros. Em contrapartida, os anos de 2006 e 2007 apresentaram um aumento significativo no rendimento anual, quando constamos como fatores relacionados a esse acréscimo, o estabelecimento de um ponto fixo bem localizado, melhor nível de organização, aumento dos colaboradores, dentre outros. Destacamos também, que durante cada ano observamos uma variação mensal nos valores alcançados, conforme verificamos no gráfico 3.

Gráfico 3: Receita Anual da Feira Agroecológica do Bessa – valor mensal (2003 – 2007). Fonte: Organizado de Sena (2008). Ver anexo na página 196.

De forma geral, podemos avaliar que há significativa variação mensal durante o ano. Diversos fatores influenciam nessa variação, conforme explicitamos em relação à mudança no local da Feira, onde percebemos as curvas de 2004 e 2005 abaixo das demais em quase todos os meses.

Observamos que as estações do ano também interferem no rendimento da Feira. A área agrícola do assentamento APASA encontra-se sob regime climático Tropical Úmido, com duas estações bem definidas, uma chuvosa e outra seca. Durante a estação chuvosa (março – julho), verificamos uma diminuição no rendimento mensal concomitante ao aumento do índice pluviométrico, na ordem

²² A Feira Agroecológica do Bessa iniciou-se na Av. Nilo Peçanha, no bairro do Bessa, todavia, devido ao surgimento de outros vendedores no lugar, a organização da Feira foi prejudicada, e os camponeses resolveram procurar um novo lugar, e se instalaram na Av. Governador Argemiro de Figueiredo.

de 200 a 300 mm²³ mensais. Já nos meses secos, (setembro – fevereiro) verificamos um aumento no rendimento mensal concomitantemente à diminuição do índice pluviométrico, na ordem de 50 a 75 mm mensais. Cabe destacar ainda que, nos meses de prolongamento da estação seca, também verificamos uma diminuição no rendimento.

Sabemos que apenas o clima não pode ser individualmente fator responsável pela variação de rendimento mensal da feira, pois verificamos que um mesmo mês observado em anos diferentes apresenta alterações significativas. Essas diferenças relacionam-se a diversos outros fatores, como por exemplo, a organização da Feira.

Os valores apresentados correspondem ao rendimento bruto na Feira, contudo, são retirados de cada Feira realizada 5% do valor arrecado, para despesas com a manutenção, além do valor da locação do veículo para transporte das mercadorias, dividido entre todos os produtores agroecológicos.

Para estabelecer um processo organizativo, os camponeses criaram uma associação, denominada de Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicas do Litoral Sul Paraibano, regida por um estatuto denominado ECOSUL, onde constam os objetivos e diretrizes que devem ser seguidos pelos camponeses. Além do Estatuto, há também um Regimento Interno, que regulamenta a organização administrativa e institui diversas regras.

A partir da entrada na agroecologia os camponeses do assentamento APASA depararam-se com novos desafios, pois além da conquista da terra, encontraram a possibilidade de comercializar produtos saudáveis e também não depender de atravessadores. Essas características são de grande representatividade para compreendermos o campesinato estudado e os significados presentes na relação sociedade e natureza por ele estabelecida a partir da agroecologia.

Nesse sentido, salientamos que a realização desse projeto numa área de Assentamento Rural, coloca os camponeses estudados em contato direto com diferentes perspectivas, integradoras de uma complexa teia de relações sociais. Dessa forma, a motivação para a escolha da agroecologia, em detrimento a outras formas de agricultura, e os significados relacionados a essa escolha são elementos

²³ Fonte: Climatologia da Precipitação mensal acumulada. AESA. Disponível em: <http://site2.aesa.pb.gov.br/aesa/jsp/monitoramento/chuvas/climatologiasGraficos.jsp>. Acesso em: 10 de janeiro de 2008.

constituintes dessa teia, que apontam caminhos na compreensão da constituição das novas territorialidades camponesas.

CAPÍTULO II: Campesinato e agroecologia: perspectivas e abordagens

2.1 Agroecologia: origem, conceitos e perspectivas

Através da bibliografia levantada, encontramos a utilização mais antiga do termo agroecologia nos escritos do botânico brasileiro Augusto Ruschi, em 1978. Para esse cientista, o termo agroecologia refere-se à ecologia aplicada à agricultura e começou a ser praticada desde que o homem passou a domesticar as primeiras plantas e animais. Segundo Augusto Ruschi (1978, p.16):

A agroecologia trata, pois, do estudo ecológico das plantas agrícolas e dos agroecossistemas, que são constituídos de espécies botânicas de interesse para a economia humana, sejam elas para sua alimentação ou para a alimentação dos animais domésticos e para fins industriais, com aplicações as mais diversas nos ramos da medicina, da silvicultura, horticultura, fruticultura, paisagismo, urbanismo, etc.

A partir dessa conceituação e influenciado por outros autores, como Rudolph Steiner, que desenvolveu estudos sobre a biodinâmica e Albert Howard, considerado um precursor dos estudos no campo da agricultura biológica, Augusto Ruschi discorre sobre temas como a produção de alimentos, a agroecologia na Amazônia, os problemas decorrentes das práticas agrícolas, bem como sobre a escassez de alimentos no mundo, dentre outros assuntos correlacionados à agroecologia, utilizando-se geralmente do viés da Ecologia para analisar as características dos agroecossistemas.

Nesses estudos, Ruschi (1978) esforçou-se em compreender características específicas dos componentes dos agroecossistemas, analisando a fauna, a flora, o solo e a ação humana. Apesar de destacar alguns problemas sociais e ambientais, como a fome no mundo e a contaminação por uso de agrotóxicos, a análise dos problemas econômicos, políticos e sociais não é destacada pelo autor.

Além disso, apesar de pontuar os benefícios da biodinâmica e da agricultura orgânica, contradiz-se quando destaca a importância do aumento da produção agrícola através do uso de fertilizantes químicos e da derrubada de florestas para a ampliação da área de cultivo, afirmando ainda ser necessária para o aumento da produção agrícola a aplicação de Nitrogênio, Fósforo e Potássio.

Sua linha de pesquisa levou-o a concluir que existe uma grande necessidade da ampliação na produção de alimentos, em face da expansão demográfica, o que justificava a esquematização da agricultura em termos de industrialização. Essa tese tem muito da herança Malthusiana e foi largamente contestada através de análises como a de Josué de Castro (2003)²⁴, bem como as de René Dumont (1975), onde esses autores enfatizavam que o problema não estava na produção de alimentos, mas sim, na sua distribuição.

Desde os estudos desenvolvidos por Augusto Ruschi na década de 1970 até a atualidade, as pesquisas sobre agroecologia aumentaram significativamente, não apenas em termos quantitativos, mas, sobretudo, em termos qualitativos, pois as análises sobre essa temática passaram a englobar estudos sociais, políticos, econômicos e culturais, sob uma dimensão mais crítica. Destarte, as novas produções acerca da agroecologia vieram a superar a conceituação proposta por Augusto Ruschi, que apesar de valorizar aspectos da policultura e a não utilização de agrotóxicos, direcionou seus estudos para metodologias mais estatísticas e experimentais, desconsiderando aspectos mais amplos posteriormente abordados por outros autores, como Miguel Altieri (2004) e Ana Primavesi (1997).

Para avaliarmos o crescimento do número de publicações acerca da agroecologia, realizamos levantamentos em bibliotecas, livrarias, e em portais de busca na internet, através de palavras-chaves destacadas de referências bibliográficas, nacionais e internacionais, pesquisadas, entre teses, dissertações, livros e artigos, totalizando um acervo de 444 referências, conforme demonstrado no gráfico 4.

Gráfico 4: Número de Publicações com as expressões: agroecologia, agroecology, agroecologie (1978 – 2006). Ver anexo na página 197.

A partir desse levantamento, verificamos que o aumento no número de pesquisas que versam sobre agroecologia se acentuou a partir do final da década de 1990, e desde então, observa-se um aumento expressivo no número de

²⁴ Primeira edição em 1946.

publicações sobre a temática. É importante ressaltar que há significativas diferenças entre essas publicações, tanto na área de conhecimento, como nos métodos e práticas desenvolvidos. O gráfico 5 (em anexo) organiza as 444 publicações, separando-as por área de conhecimento. Para a realização dessa classificação consideramos o vínculo apontado pelo próprio estudo (geográfico, histórico, ecológico, agrônomo, etc) e nas publicações onde não foi possível determinar o campo de estudo (apenas 10 referências), classificamo-nas, tomando como base o título e o resumo do trabalho.

Gráfico 5: Número de publicações em agroecologia por área de conhecimento (1978 – 2006). Anexo página 196.

Podemos avaliar, a partir da análise do gráfico, que a agroecologia foi abordada por diferentes ciências, sobressaindo-se dentre elas os estudos da Agronomia, que sozinha concentra um total de 282 trabalhos na área. Além da Agronomia, os estudos nas áreas de Biologia, Geografia, Sociologia, Educação e Ecologia, também se apresentam em maior quantidade que os demais.

A agroecologia aparece de forma heterogênea nesses trabalhos, mesmo quando consideramos o mesmo campo do conhecimento, pois, um estudo da Agronomia pode se aproximar mais de um estudo da Sociologia, do que propriamente dos estudos da Agronomia. Essa característica revela o caráter multidisciplinar da agroecologia e suas possibilidades de abordagem.

Alguns estudos versam sobre as características sociopolíticas e econômicas da agroecologia, através de análises mais integradas das ciências humanas, outros se detêm mais a abordagens técnicas e experimentais, utilizando procedimentos estatísticos e matemáticos. Há também uma diversidade de compreensão sobre o que representa a agroecologia, existindo trabalhos que apenas citam superficialmente o tema, ou que desenvolvem pesquisas pouco relacionadas com os princípios da agroecologia. Podemos citar ainda o zoneamento agroecológico, que de acordo com Pinto (2001, p. 1326):

Define Zonas na base de combinações entre solos, relevo e demais características limitantes, priorizando parâmetros direcionados para as exigências climáticas e edáficas das culturas e nos sistemas de produção em que estão inseridas. Cada Zona tem uma combinação similar de potenciais e restrições para uso da terra e serve como referência para recomendações

com o fim de incrementar o seu uso presente, aumentando sua produção ou limitando sua degradação.

Através dessa conceituação percebemos que o zoneamento agroecológico se relaciona muito pouco com os demais estudos da agroecologia, pois se volta mais para classificação do uso do solo. Dentre as ciências que trabalham com o zoneamento agroecológico, destacamos a Agronomia, a Geografia e a Engenharia Civil.

No caso específico da Geografia, das 23 referências levantadas sobre o tema, apenas 3 abordavam a agroecologia a partir de zoneamentos, como apresentado nas pesquisas de Rosa (2006), Soares (1998) e Oliveira, S. (1998). Os demais estudos analisam a agroecologia geralmente a partir das discussões sobre sustentabilidade ou desenvolvimento rural, como nos trabalhos desenvolvidos por Silva (1999), Costa (2000), Elicher (2002), Cerveira (2003), Cardoso (2005) e Rocha (2006), dentre outros, desenvolvidos tanto no campo da Geografia Humana, como no campo da Geografia Física.

As pesquisas em Geografia que abordam a temática a partir da sustentabilidade também são heterogêneas, tanto nas discussões teóricas, como nos estudos de caso. Na pesquisa desenvolvida por Elicher (2002), a transição para o modelo de produção agroecológica de um grupo de famílias do município de Antônio Carlos, localizado no estado de Santa Catarina, foi incentivada por uma rede de supermercados, tendo em vista o atendimento do mercado consumidor de produtos orgânicos. Numa perspectiva semelhante, Costa (2000) analisa a agroecologia a partir da experiência da ACEVAM (Associação dos Colonos Ecologistas do Vale do Mampituba), em Santa Catarina, demonstrando diversos problemas enfrentados a partir desse modelo de produção agrícola, também implantado para o atendimento do mercado consumidor. No trabalho desenvolvido por Cerveira (2003), a agroecologia foi avaliada a partir do Grupo Curupira, que envolve agricultores de vários municípios do norte do Paraná. O grupo foi fundado em 1992, com uma produção centrada no cultivo da cana-de-açúcar (90% da área cultivada), destinada à produção de açúcar mascavo, demonstrando que o critério da policultura foi desconsiderado para a classificação do grupo como agroecológico.

Dessa forma, percebemos a complexidade e variedade de abordagens da agroecologia, que vem sendo tratada por diferentes áreas de conhecimento. Em comum e de forma geral, esses estudos destacam a importância de uma prática

agrícola pautada no respeito à natureza. Sua origem está ligada a concepções ecológicas desenvolvidas em associação a experimentos agrícolas, cujos resultados e teorias foram bastante diferenciados entre si.

Como bem destacou Augusto Ruschi (1978), desde a sedentariedade do homem, a partir da prática da agricultura, tiveram início as práticas agroecológicas, pois a agricultura se dava apenas para autossustentação e o homem mantinha uma relação mais respeitosa com a natureza, consciente de sua existência como parte dela. De acordo com Altieri (2004, p. 22):

Os sistemas agrícolas tradicionais surgiram no decorrer de séculos de evolução biológica e cultural. Eles representam as experiências acumuladas de agricultores interagindo com o meio ambiente sem acesso a insumos externos, capital ou conhecimento científico. Utilizando a autoconfiança criativa, o conhecimento empírico e os recursos locais disponíveis, os agricultores tradicionais frequentemente desenvolveram sistemas agrícolas com produtividades sustentáveis.

Nesse sentido, a agroecologia representa uma forma de resgatar conhecimentos complexos da coevolução do homem com a natureza, onde os aspectos locais sobressaem-se através da etnoecologia, que de acordo com Altieri (2004, p. 26) “é o estudo de grupos étnicos rurais indígenas sobre o mundo natural”.

A etnoecologia, através do elemento de composição grego “etno”, que significa raça, povo ou nação, mais ecologia, que estuda as inter-relações dos seres vivos entre si e com o meio ambiente cósmico, representa para a agroecologia a possibilidade de ultrapassar o sentido restrito de preservação da natureza, pois incorpora como necessidade precípua, a valorização do conhecimento camponês para alcançar a produção sustentável.

De acordo com Santos, M. (2004), quando analisa a relação homem-natureza, numa etapa caracterizada por ele de Meio Natural, que precede o Meio Técnico e o Meio Técnico-Científico-Informacional, as motivações do homem perante a natureza eram, sobretudo, locais, com tempos locais que possuíam limites de utilização.

A harmonia socioespacial assim estabelecida era, desse modo, respeitosa da natureza herdada, no processo de criação de uma nova natureza. Produzindo-a, a sociedade territorial produzia também, uma série de

comportamentos, cuja razão é a preservação e a continuidade do meio de vida. Exemplo disso são, entre outros, o pousio, a rotação de terras, a agricultura itinerante. (SANTOS, M. 2004, p. 236).

Dessa forma, as etapas posteriores ao Meio Natural, com a crescente separação homem-natureza mediante os avanços técnicos e informacionais, formaram objetos técnicos muito modificados, cuja natureza passou a ser obscurecida, ou seja, “os objetos técnicos juntam à razão natural sua própria razão, uma lógica instrumental que desafia as lógicas naturais”. (SANTOS, M. 2004, p. 237).

A agroecologia na atualidade passa então a tentar resgatar o sentido da relação sociedade-natureza na etapa do Meio Natural, sobretudo, no que se refere à consciência de pertencimento a essa natureza e a desmistificação da ideia de dominação. Cabendo então a agroecologia resgatar esses saberes, bem como incorporar os conhecimentos científicos modernos de maneira mais responsável e comprometida com a sociedade.

Nessa tentativa, vários teóricos deram importantes contribuições para o desenvolvimento de uma agricultura baseada em princípios ligados a uma maior preservação da natureza. Em diferentes lugares do mundo a investigação da agricultura e a sua tentativa de equilíbrio com os ecossistemas geraram uma diversidade de terminologias, como agricultura biológica, biodinâmica, agricultura natural, ecologia agrícola, dentre outras, que possuem diferentes significados, muito embora seja possível detectar semelhanças entre elas. No Quadro 3 apresentamos alguns desses teóricos do século XX, que deram importantes contribuições para o desenvolvimento da agroecologia.

Quadro: 3 Teóricos que contribuíram para o estudo da agroecologia. Fonte: (RODET, 2000; CHABOUSSOU, 2006; HOWARD, 2007; IANOMOTO, 2005; RUSCHI, 1978); Organização: Aline B. de Lima.

AUTOR	TERMINOLOGIA	CARACTERÍSTICA	DATA
Jean de Brun	Cultura sem lavoura	Método de cultura sem lavoura nem adubos.	1913
Fukuoka	Agricultura Natural	Método de interferência mínima, sem manejo, nem aplicação de qualquer tipo de adubo ou defensivo.	1913
Rudolf Steiner	Agricultura Biodinâmica	Vitalização de vegetais através de preparados; fundamentos baseados nas	1924

		influências cósmicas e nos elementos da natureza.	
K.H. Klages.	Ecologia dos Cultivos	Análise do desenvolvimento das espécies cultivadas em seus respectivos ecossistemas.	1928
Albert Howard	Agricultura Biológica	Método de fertilização do solo através do húmus / Processo Indore	1930
Pierre Delbet	Agricultura e Saúde	Influência da agricultura na saúde das pessoas	1934
Ehrenfried Pfeiffer	Agricultura Biodinâmica	Abordagem ambiental e princípios da biodinâmica.	1937
H. C. Hanson	Ecologia na Agricultura	Proposta de estudos que considerem a ecologia e a agricultura de uma forma interligada. Estabilização dos ecossistemas.	1939
G. Azzi	Ecologia Agrícola	Estudo do ambiente físico e sua influência no desenvolvimento das plantas.	1947
André Voisin	Oligo-elementos	Equilíbrio do sol.	1954
Raul Lemaire	Agricultura Biológica	Resgate das práticas camponesas.	1960
C.L. Kervran	Transmutação Biológica	Tudo pode se transformar desde que haja vida.	1962
H.H. Jazen	Agroecossistemas	Agroecossistemas tropicais.	1973
A. J. Jasen	Agro-ecossistemas	Alerta para a contaminação pelo uso de agrotóxicos.	1974
J. L. Haper	Ciência do Agro-ecossistema	Estabilização dos ecossistemas. Abordagem multidisciplinar.	1974
O.L. Loucks	Agroecossistemas	Novos modelos de análise de ecossistemas devido ao aumento da produtividade.	1976
Herandez Xolocotzi	Agroecossistemas	Agroecossistemas no México	1977
Augusto Ruschi	Agroecologia	Ecologia aplicada à agricultura.	1978
Francis Chaboussou	Agricultura Biológica	Teoria da Trofobiose.	1980

Montaldo	Agroecologia	Agroecologia nos trópicos	1982
Miguel Altieri	Agroecologia	Controle de pragas, diversidade em agroecossistemas, pequena produção, biotecnologia.	1983
S.R. Gliessman	Agroecologia	Aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis.	1990
Sevilla Guzmán	Agroecologia	Visão integrada entre Sociologia, Ecologia e Agricultura.	1991

Dentre esses autores, podemos destacar o pesquisador Albert Howard como um dos precursores dos fundamentos da agroecologia. Em 1930, esse estudioso identificou uma série de problemas que iriam ser desencadeados pela agricultura, num período em que o modelo de produção agrícola ocidental encontrava-se numa fase inicial de mecanização e utilização de insumos, como agrotóxicos e fertilizantes químicos. Com base em mais de quarenta anos de pesquisas sobre a agricultura, Howard (2007) escreveu o livro intitulado “Um testamento agrícola”, que se tornou um marco sobre a produção orgânica dos alimentos e, onde estão presentes muitos dos princípios atualmente difundidos pela agroecologia.

As experiências apresentadas se baseiam em pesquisas agrícolas desenvolvidas nas Antilhas, na Índia e na Grã-Bretanha, onde estudou a genética vegetal e suas implicações na fertilidade do solo. Possuidor de uma visão crítica, esse autor mostrou-se totalmente contrário à utilização de agrotóxicos e insumos na agricultura, afirmando que:

Os adubos artificiais estão sendo largamente utilizados. A característica da agricultura do Ocidente é o uso de fertilizantes artificiais. As indústrias ocupadas na fixação de nitrogênio atmosférico para a produção de explosivos, durante a I Guerra Mundial, tiveram que encontrar outros mercados; o uso de fertilizantes de nitrogênio na agricultura aumentou e, até hoje a maioria dos agricultores ocidentais baseia seus programas de adubação nas formas mais baratas de nitrogênio (N), fósforo (P), e potássio (K), disponíveis no mercado. Aquilo que poderíamos denominar de mentalidade NPK domina as propriedades rurais como também as estações

experimentais de pesquisa agropecuária. Interesses industriais criados em tempos de emergência nacional estabeleceram-se firmemente e não mais puderam ser desalojados. (HOWARD, 2007, p. 46).

Contrário a essa postura e ciente dos danos decorrentes desse sistema, Howard (2007) dedicou-se em demonstrar os principais benefícios de uma agricultura pautada em técnicas limpas de cultivo, mesmo tendo vivido em um período marcado pela predominância das concepções positivistas e racionalistas da ciência, pensamentos contrários existiam, muito embora não recebessem devida atenção por parte da comunidade científica da época.

A escolha por esses sistemas produtivos agrícolas baseados em modelos que priorizavam a produtividade em detrimento da preservação da natureza fez parte do avanço do modo capitalista de produção e também do respaldo dado pela ciência moderna, sobretudo através do discurso da neutralidade científica, pois permitia que pesquisas pudessem avançar sem levar em conta os riscos que poderiam gerar a sociedade.

Atinente a esses riscos, Howard (2007) procurou mostrar que a agricultura possuía uma ligação direta com os ecossistemas locais e que a escolha de determinada técnica de cultivo trazia não apenas implicações econômicas, mas, sobretudo, sociais, culturais e ambientais. Para tanto, pesquisou os métodos de manejo do solo oriundos de experiências com a própria natureza, da agricultura das civilizações desaparecidas e das práticas agrícolas do Oriente.

No tocante ao que o autor denomina de métodos da natureza, que ele chama de “agricultores supremos”, para designar as florestas virgens, as pradarias e os oceanos, destacou que a literatura agrícola não se dedicou em estudar essas áreas, afirmando que a base do conhecimento sobre a fertilidade dos solos deve se fundamentar no equilíbrio desses ecossistemas.

De acordo com Howard (2007, p. 27) a floresta fertiliza a si mesma, produz o seu próprio húmus, através de processos integrados entre vegetação, solo, animais e clima, e destaca que:

A natureza nunca julgou ser necessário o desenvolvimento de algo como uma máquina pulverizadora ou o uso de veneno para o controle de pragas e doenças. Na natureza não há nada parecido com soros e vacinas para a proteção dos animais. É verdade que se pode encontrar toda sorte de doenças entre animais e plantas das florestas, mas essas nunca assumem grandes proporções. A idéia é que tanto as plantas como os animais devem

proteger-se a si mesmos, ainda que cercados por parasitas encontrados em seu meio. Nesse caso, a Lei Natureza é viver e deixar viver.

Em relação às civilizações desaparecidas, Howard (2007) destaca a importância da civilização Inca e sua organização agrícola, descrevendo o sistema de cultivo desenvolvido em terraços com um avançado modelo de drenagem, onde a fertilidade do solo, assim como nas florestas virgens, era mantida. No tocante às práticas agrícolas do Oriente, esse autor também se interessou em compreender os mecanismos de manutenção da fertilidade do solo, destacando a tradição secular das técnicas e sua imutabilidade ao longo dos anos. Dessas análises, Howard (2007, p. 53) avaliou que:

A fertilidade do solo somente pode ser entendida se a considerarmos relacionada com a natureza como um todo. Neste tipo de estudo, devemos primeiramente, emancipar-nos da abordagem convencional dada aos problemas agrícolas, o que é feito através de ciências compartimentadas e, acima de tudo, abstermo-nos das considerações estatísticas realizadas nos experimentos usuais de campo. Em vez de dividirmos o problema em fragmentos e estudarmos a agricultura como se ela fosse uma colcha de retalhos, através de métodos analíticos, apropriados somente para a descoberta de novos fatos, devemos adotar uma abordagem sintética e olhar para a roda da vida como um grande conjunto e não como se ela fosse um conglomerado de coisas sem a mínima relação.

Com essa postura Howard (2007) coloca-se no lado oposto dos princípios centrais do método empregado pela ciência moderna, que teve como um dos seus principais precursores o filósofo Descartes (2004, p. 31), que afirmava ser necessário “dividir cada uma das dificuldades que devesse examinar em tantas partes quanto possível e necessário para resolvê-las”.

Essa compartimentação do conhecimento proposta por Descartes (2004), no século XVI, tornou-se um dos fundamentos da ciência moderna, atingindo sua plenitude no século XIX. De acordo Santos, B. (2004), numa referência ao domínio das teorias desenvolvidas até o século XIX e primeiras décadas do século XX, os pensadores desse quadrisséculo foram tão influentes, que o século XX pareceu ter terminado antes mesmo de começar.

Esse momento da ciência, cunhado por Santos, B. (2004) de “paradigma dominante”, foi a égide para o pensamento racionalista da ciência desenvolvida

pela civilização ocidental, lançando as bases de um modelo global, quando havia somente uma forma de conhecimento verdadeiro, alcançado através da objetividade e da neutralidade científica.

As consequências desse pensamento não se fizeram sem críticas desenvolvidas paralelamente ao caminhar científico, pois como afirma Gonçalves (2007, p. 403) ao mesmo tempo em que Descartes desenvolvia sua teoria, o fazia também Montaigne:

Essas duplas foram contemporâneas entre si e se um deles foi escolhido pela história em detrimento do outro, de outros, não foi porque eram melhores ou porque tinham A Razão. Mas, sobretudo, porque encarnavam nas suas ideias determinadas práticas sociais; assim, mais do que paradigmas, são também, práticas.

Friedrich Engels (s/d), em seu livro “Dialético da Natureza”, analisando a moderna investigação da natureza e seu desenvolvimento científico, avaliou que muito embora a ciência natural do século XVIII estivesse acima da Antiguidade Grega, em termos de classificação de materiais, estava abaixo dela no que concerne a uma concepção geral de natureza, atribuindo esse problema à divisão do trabalho e ainda a uma compreensão de natureza como sendo imutável e ossificada.

A divisão do trabalho levou também a uma ruptura entre ciência e natureza, campo e cidade, além de um afastamento do homem da própria natureza. Essa divisão separou também o entendimento mais completo e comprometido da realidade, negando os saberes oriundos da religião ou do senso comum. O conhecimento científico passou a ser a linguagem hegemônica da verdade, e o senso comum, por sua vez, incapaz de conduzir ao conhecimento mais profundo.

Essa mudança fez parte de uma nova concepção da relação homem e natureza, que de acordo com Gonçalves (2006) representou uma tentativa de demonstrar a superioridade humana perante a natureza, momento em que surgiu o que ele denominou de *Homo oeconomicus*, quando a dominação da natureza representou também a dominação do homem pelo homem através do trabalho.

De acordo com Santos, B. (2005, p. 65), a consciência filosófica da ciência moderna, que teve no racionalismo cartesiano e no empirismo de Bacon as primeiras formulações, condensou-se no positivismo oitocentista, em que apenas duas formas de conhecimento científico eram possíveis, “as disciplinas formais da lógica e da matemática e as ciências empíricas segundo o modelo mecanicista das ciências naturais”.

Refletindo também sobre Bacon, Diegues (2000, p. 6) assinala ainda que para esse autor:

O fim da ciência moderna era devolver o domínio do homem sobre a criação, que fora perdido com o pecado original. O animal domesticado era o símbolo da civilização ocidental, e se olhava com menosprezo para as filosofias orientais que pregavam uma relação harmoniosa com o mundo natural.

Nas ciências agrárias, de acordo com Anjos (et al, 2007), a influência do conhecimento construído pela ciência moderna deu suporte a pesquisas onde era possível detectar a resposta de uma planta incrementando o tamanho e o peso dos frutos mediante o uso de um determinado adubo sintético, mas se tornou irrelevante saber os efeitos que esse mesmo adubo acarretava na salinização dos solos e na degradação da microvida.

Concomitantemente aos avanços nas pesquisas das ciências agrárias e ao incremento de novas técnicas de cultivo, ocorreu uma gradativa substituição das práticas agrícolas camponesas pelas orientações dos técnicos agrícolas, possuidores do conhecimento dito verdadeiro desenvolvido pelos centros de pesquisa, cabendo aos camponeses apenas o papel de aprenderem com eles as melhores e mais eficazes técnicas de cultivo.

A desqualificação do conhecimento oriundo do senso comum ocasionou drásticas consequências para a natureza e para os camponeses, cujas práticas agrícolas passaram a ser consideradas atrasadas e inadequadas para o progresso da civilização. O conhecimento tradicional, passado de geração a geração, foi paulatinamente sendo visto como sinônimo de atraso e estagnação.

Sobre o papel do conhecimento científico na agricultura, Howard (2007, p. 269) relata que “a aplicação da ciência à agricultura é um fato relativamente

novo e iniciou-se em 1834, quando Boussingault lançou os fundamentos da química agrícola”, antes desse período os avanços agrícolas eram de responsabilidade das práticas agrícolas camponesas.

De acordo com Howard (2007), nesse período o paradigma da ciência moderna encontrava-se no auge de sua credibilidade, fazendo com que os procedimentos de verificação, aceitos pela maioria da sociedade, dessem suporte à teoria de Liebig²⁵, em 1840, que modificou a abordagem da química agrícola.

Segundo essa teoria, as cinzas das culturas forneciam importantes informações nutricionais para o desenvolvimento das plantas, e o húmus²⁶ fornecia pouco resíduo em água. Dessas descobertas, Liebig criou o postulado de que o solo e a solução do solo eram responsáveis pela nutrição das plantas, daí concluindo que o fato do húmus ser insolúvel em água o tornaria pouco eficaz na nutrição das plantas. As teorias desenvolvidas por esse autor levaram-no a concluir que a saída para obter grandes produções agrícolas era adicionar grande quantidade de sais ao solo.

Sobre essa teoria, Howard (2007, p. 270) fez importantes considerações, afirmando que “Liebig seguiu cuidadosamente a ciência de seu tempo. Quando lançou seu ataque à teoria do húmus, estava tão seguro de si que não procurou observar a natureza para certificar-se de suas conclusões”.

Todavia, assim como tantas outras teorias científicas, o postulado de Liebig não estava correto e posteriormente a importância do húmus foi novamente considerada como fundamental para o bom desenvolvimento das plantas. Posicionando-se em relação à postura adotada por Liebig, Howard (2007, p. 270) relatou que:

Ele também falhou ao desconsiderar a experiência prática que os cientistas agrícolas devem possuir, assim como a experiência acumulada durante séculos e séculos pelos camponeses. Ele estava tão somente qualificado para ocupar-se do lado científico de sua tarefa; não era um agricultor, como

²⁵ Cf. STENGERS, Isabelle. Para além da Grande Separação, tornarmo-nos civilizados? In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Editora Cortez, 2004, p. 131-149.

²⁶ Húmus: produto mais ou menos estável da decomposição da matéria orgânica, especialmente da fração lignosa, enriquecida com nitrogênio, fósforo e cálcio, somente solúvel em álcali, formando-se em solos com pH acima de 5,6. (PRIMAVESI, 2002, p. 539)

um pesquisador dos métodos agrícolas antigos, era apenas metade de um homem. Era incapaz de realizar uma abordagem dupla a respeito do problema, ou seja, a científica e a prática.

Contudo, como os modelos globais são assim denominados também por terem uma ampla abrangência e aceitação por parte da sociedade, a teoria de Liebig obteve em seu período um grande número de adeptos e discípulos, expandindo a sua influência pelos próximos cem anos.

Esses métodos agrícolas desenvolvidos pelo ocidente tornaram-se tão fundamentais que inclusive o agrônomo Dumont (1975, p. 35), considerado um precursor da corrente ecológica e radicalmente contrário ao modelo desenvolvimentista imposto pelo sistema capitalista, afirmou que o uso de adubos e pesticidas, apesar de perigoso, era útil, sendo uma das saídas para o progresso na agricultura e a solução para aumentar a produção de alimentos, afirmando que “O agente mais importante do progresso agrícola ainda é o emprego dos adubos químicos: potássicos, ou melhor ainda, fosfatados, e principalmente azotados; e mais alguns outros elementos como o cobalto, o cobre ou o zinco, em quantidades muito pequenas”.

Dumont (1975) frisou alguns malefícios oriundos desse modelo agrícola, denunciando nos Estados Unidos a poluição dos rios pelo despejo de material fecal ou estrume de gado para diminuir os custos com o transporte desses dejetos, e ainda a utilização indiscriminada de adubos e pesticidas, colocando em risco iminente de contaminação os alimentos e toda a população que deles se alimentava, relatando que “o emprego de fertilizantes azotados cresceu com uma rapidez vertiginosa de 326.000 toneladas em 1940 para 1.900.000 em 1965 e mais de 7 milhões de toneladas em 1969.” (DUMONT, 1975, p. 35).

Mesmo apontando esses dados alarmantes e ciente do potencial de contaminação dos rios e dos solos através desses produtos, bem como da manutenção da distribuição irregular dos alimentos e da fome nos países pobres, Dumont (1975) afirmou que não estava convencido que a produção orgânica fosse capaz de suprir a demanda por alimentos no mundo.

A argumentação desenvolvida por Dumont (1975) esclarece-nos que o modelo agrícola baseado na alta mecanização, no uso intensivo de adubos e de pesticidas tornou-se a maneira cientificamente eficaz de praticar a agricultura e que o acesso a esse modelo pelos países pobres traria consequências benéficas

para a população, uma vez que com sistemas agrícolas mais eficazes e um significativo aumento da produção, o conseqüente barateamento dos alimentos colaboraria para a diminuição da situação de fome em que se encontravam milhares de pessoas em todo mundo.

A Geografia não passou incólume aos pressupostos do paradigma dominante elaborado pelos cânones da ciência moderna, ao contrário disso, tem na base de sua sistematização enquanto conhecimento científico os principais pressupostos desse período. Para Santos, B. (2004), a Geografia, assim como a Antropologia e a Psicologia, condensaram as contradições da separação entre ciências naturais/ciências sociais.

No âmbito da Geografia Agrária, como subárea da Geografia, também verificamos essa herança, pois as pesquisas do período trazem uma forte divisão entre Geografia Física e Geografia Humana. De acordo com Ferreira (2000), até a década de 1940, os trabalhos em Geografia Agrária eram caracterizados pela expressiva divisão entre Geografia Física e Humana e quando tratados sob a ótica desta última, priorizavam os aspectos descritivos das técnicas e caracterização da produção em detrimento de suas relações sociais. Na década de 1950, predominou a elaboração de sínteses explicativas de paisagens humanas, através dos estudos regionais, valorizando as condições naturais e a relação homem/meio.

Esse modelo científico desenvolvido pelas Ciências Agrárias e pela Geografia, assim como por diversas outras ciências, acarretou implicações reais para a sociedade. O caráter sexista da ciência moderna gerou diversos binômios, como cultura/natureza, abstrato/concreto, espírito/corpo, ideal/real, como também a separação entre sujeito e objeto, que de acordo com Santos, B. (2005, p.83), “foi crucial para consolidar uma concepção do conhecimento instrumental e regulatória, cuja forma de saber era a conquista do caos pela ordem”.

O modelo ocidental de agricultura, formado pelas bases teóricas elencadas, foi utilizado no decorrer do processo de industrialização do campo, tendo como suporte uma série de programas, planos e políticas governamentais. Segundo Anjos (et al, 2007), no período compreendido entre as décadas de 1930 e 1950 existiu uma grande quantidade de estações experimentais, concentrada nos estados do Sudeste e Sul do Brasil, que em sua maioria dedicava-se a gerar novos cultivares e raças, adaptando tecnologias importadas dos países centrais. De acordo com Anjos (et al, 2007, p. 8):

Paralelamente, vão sendo estruturados os serviços de extensão rural cuja vocação precípua era a de fazer chegar as inovações tecnológicas aos agricultores, estabelecendo-se as bases do que se passou a denominar de etapa difusionista do processo de modernização da agricultura. Essa fase é marcada pelo surgimento das primeiras universidades e dos primeiros cursos de pós-graduação (década de 1960), cuja criação dá-se sob a égide de acordos de cooperação firmados com instituições norte-americanas e fundações internacionais.

As décadas de 1960 e 1970 compreendem um período que ficou conhecido em todo o mundo como “revolução verde”, caracterizado pelo incentivo à grande produção agrícola, via subsídios financeiros do Governo e pelo estímulo ao uso de maquinários e insumos artificiais, como fertilizantes químicos e agrotóxicos.

Sob a pretensão de garantir alimentos para todo o mundo, a revolução verde baseou-se em tecnologias desenvolvidas durante a Segunda Guerra Mundial através de uma concepção de desenvolvimento pautada no uso de tecnologias capital-intensivas, que poupavam os custos com mão-de-obra.

Primavesi (2003, p. 69) avalia que “a tecnologia em uso foi desenvolvida para os solos de clima temperado, mesmo assim foi diretamente transferida para os trópicos, sem consideração ao ecossistema completamente diferente”. Anjos (et al, 2007, p. 9) destaca ainda que:

São anos marcados também pela volta do exterior de muitos pesquisadores que, em seu retorno, são responsáveis pela criação de um grande número de cursos de Pós Graduação em Ciências Agrárias. Em terras brasileiras tratam de reproduzir não apenas o mesmo padrão de produção tecnocientífica dos países onde realizaram seus cursos, mas também toda uma concepção de desenvolvimento calcada, entre outros aspectos, no uso ilimitado dos recursos naturais e no mito da ciência salvadora que aplacaria de vez a fome no planeta por conta dos aumentos sucessivos de produtividade na agricultura. Há, por suposto, um incremento notável na oferta de alimentos per capita, mas o grande desafio recai na distribuição desses produtos a amplos setores da população mundial. Surgida em 1973,

a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) é guindada à condição de principal agência de investigação agrária, sob o império de grandes inversões de recursos públicos e recrutamento de jovens pesquisadores egressos das universidades norte-americanas.

Na Paraíba, sobretudo a partir da década de 1970, os efeitos da revolução verde e da modernização conservadora também se fizeram presentes, mesmo que não tão acentuadamente como nos estados localizados no Centro-Sul do país. Camponeses que cultivavam há tempos distantes sem a utilização de tantos aparatos industriais passaram a abandonar seus métodos “atrasados” de plantio sob a orientação de técnicos agrícolas, e o saber do camponês foi sendo desconsiderado, colocado à margem dos progressos científicos.

Todavia, esses pacotes tecnológicos não foram implantados de forma homogênea, pois as políticas de desenvolvimento eram destinadas prioritariamente aos grandes proprietários, que passaram a aumentar a mecanização no campo, o que conseqüentemente reduziu a necessidade de mão-de-obra. Além disso, o incentivo a monoculturas de exportação, sobretudo à cana-de-açúcar, aumentou o índice de concentração da terra.

Em Pitimbu não houve um aumento de produção significativo desencadeado pela revolução verde. De maneira geral, podemos avaliar que essa característica resultou da alta concentração de terras improdutivas no município, uma vez que a cultura de maior expressão em 1964 era o coco, cujas plantações, de acordo com Cunha (1967, p. 17), eram “feitas sem nenhuma adubação e usualmente sem preocupações com detalhes de ordem técnica, limitando-se os proprietários a providenciar operações de limpa e de colheita”.

De acordo com Vandezande (1975), o município de Pitimbu na década de 1970 apresentava uma situação de estagnação na agricultura, pois os projetos agropecuários não atingiam os agricultores do Litoral Sul da Paraíba. Esse autor, numa referência aos projetos desenvolvidos pela SUDENE²⁷, destacou que de todos os projetos aprovados por esse órgão, apenas cinco foram destinados ao Litoral Sul, sendo duas fábricas e três projetos agropecuários, dos quais um era destinado à criação bovina na fazenda Abiaí.

²⁷ Cf. MAIMON, Dália; WERNER, Baer; GEIGER, Pedro Pinchas. O Impacto Regional das Políticas Econômicas no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 39; v. 3. p. 3-53.

Em entrevista que realizamos com Dorival Fernandes, integrante da CPT e pertencente à comunidade quilombola de Guruji, situada no Litoral Sul, onde ele participou de várias lutas pela Reforma Agrária, registramos o depoimento a seguir:

O que esses proprietários faziam? Eles pegavam o financiamento da Sudene, que era muito dinheiro, aplicavam 10% daquele financiamento, e aí, por exemplo, um projeto de coqueiro, e desviavam o resto do recurso para outras atividades. Olha como funcionava, eles usavam os moradores que trabalhavam um dia de graça para esses proprietários, por exemplo, em Guruji, os coqueiros que tem lá, foi o próprio povo que morava, que tinha que trabalhar de graça um dia por semana, que plantava o coqueiro, então eles gastavam pouco dinheiro, eles pegavam esse montão de dinheiro. Por exemplo, o Walmir Correia tinha avião, que dizer [...] investiam em outro ramo da economia. (Entrevista com Dorival Fernandes).

Além disso, os financiamentos concedidos a esses proprietários, via de regra, não eram pagos, nem tampouco o Imposto Territorial Rural, conforme descrito no processo de desapropriação da Fazenda Corvoada, onde se lê:

Incide sobre o referido imóvel uma inscrição hipotecária feita com o Banco do Brasil S/A, débito para com o Imposto Territorial Rural – ITR, dos exercícios de 1987, 1988, 1989, 1991 e 1992, e ainda, uma penhora resultante da Reclamação Trabalhista nº 627/90, tramitando na 3ª JCJ de João Pessoa/PB. (ANDRADE, 1998, p.130)

Vandezande (1975, p.24) analisa ainda que os projetos aprovados não poderiam melhorar a vida da população local, pois as fábricas beneficiariam trabalhadores de João Pessoa e os projetos agropecuários eram destinados, como vimos, aos abastados proprietários de terra.

A ausência de políticas que proporcionassem uma melhor qualidade de vida aos pequenos agricultores, a concentração das terras e a exploração crescente da força de trabalho dos camponeses resultaram num levante de resistência camponesa, gerando um intenso momento de luta pela terra. Segundo Souza (1998, p. 52), “O período entre 1966 a 1973 caracterizou-se pelo surgimento de vários conflitos pela posse da terra, não obstante toda a repressão do aparelho militar. No Nordeste, principalmente na Zona da Mata Paraibana,

foram assassinadas várias lideranças rurais, tendo sido registrados 64 conflitos no campo”.

Atinente a esse pensamento, o conhecimento científico pautado na neutralidade e na objetividade forjou um pesquisador que declarava não ter responsabilidade sobre o uso de suas descobertas, pois a ciência deveria ocupar-se em avançar no conhecimento, não sendo portanto responsável pela sua práxis.

Todavia, o que na realidade essa postura ratificou foi a articulação entre ciência e capitalismo, e o proclamado discurso da neutralidade científica serviu de fato, para eximir o cientista pelas tragédias resultantes de um conhecimento descompromissado com a sociedade.

A crise do paradigma dominante e conseqüentemente do modelo agrícola do ocidente foi resultado dessa postura, que deu respaldo ao crescimento desenfreado do uso da natureza enquanto recurso, através de técnicas cada vez mais aperfeiçoadas de exploração.

Essa realidade resultou num modelo agrícola que não levou em consideração os aspectos dos ecossistemas locais, nem a necessidade do uso racional da natureza, fazendo com que ela fosse destruída aceleradamente. O aumento dos riscos para a sociedade, oriundo dessa devastação, gradativamente foi ganhando espaço no âmbito das discussões científicas.

As certezas desenvolvidas pelo conhecimento científico passaram então a ser questionadas, desde os métodos empregados, até os conhecimentos mais aceitos pela comunidade científica. Dentre as principais teorias que contribuíram para apontar novas descobertas, Santos, B. (2005) destaca a teoria da relatividade desenvolvida por Einstein, isso porque essa teoria foi capaz de demonstrar o caráter arbitrário do sistema de medição, o que desencadeou na superação da teoria newtoniana de tempo e espaço absolutos.

Além disso, no campo político e ideológico, a prática científica passou a ser cada vez mais discutida. Gonçalves (2006) afirma que existe uma história da humanidade antes de Hiroshima e uma depois de Hiroshima, assim como uma antes e depois de Cristo, pois pela primeira vez os progressos técnicos científicos ameaçaram destruir a terra. Em vez de libertar-se dos riscos da natureza, o homem, na sua tentativa de dominação, passou cada vez mais a se colocar em situação de risco, o que Giddens e Beck (1991 apud SANTOS, B. 2005) denominaram de “sociedade de risco”. No seio dessa sociedade emergiu um

ambientalismo contraditório e polissêmico, onde se encontram inseridas as discussões da agroecologia e do movimento ecológico.

O movimento ecológico surgido na década de 1960 constituiu-se de grupos autônomos, congregando desde as minorias étnicas, as mulheres e os jovens, até organizações não governamentais, que passaram a criticar o modo capitalista de pensar. De acordo com Gonçalves (2006, p. 12):

Sob a chancela do movimento ecológico, veremos o desenvolvimento de lutas em torno de questões as mais diversas: extinção das espécies, desmatamento, uso de agrotóxicos, urbanização desenfreada, explosão demográfica, poluição do ar e da água, contaminação de alimentos, erosão dos solos, diminuição das terras agricultáveis pela construção de grandes barragens, ameaça nuclear, guerra bacteriológica, corrida armamentista, tecnologias que afirmam a concentração do poder, entre outras. Não há, praticamente, setor do agir humano que o movimento ecológico não seja capaz de incorporar.

Essa característica atuação do movimento ecológico não o empobrece, ao contrário, permite que o mesmo possa congregiar diferentes frentes de luta, o que lhe dá um amplo poder de atuação. Para Gonçalves (2006, p. 21), “Ao propugnar uma outra relação dos homens (sociedade) com a natureza, aqueles que constituem o movimento ecológico estão, na verdade, propondo um outro modo de vida, uma outra cultura”.

Todavia, essa bandeira aparentemente nova que converge em modo de vida pautado no respeito à natureza se traduz para o campesinato numa velha bandeira e, sobretudo em estratégias de resistências revalorizadas pelos movimentos sociais. Nesse caso, estamos nos referindo às minorias étnicas e a classe camponesa, que em diversos momentos lutaram em defesa da conservação de sua relação com a natureza, como atesta o próprio Gonçalves (2006, p. 13), quando analisa que: “a ecologia tem interessado aos mais diferentes segmentos da sociedade, apesar de nem todos partirem da mesma motivação política e ideológica”.

Dessa forma, no Brasil, lutas como a dos sem teto, dos sem terra, dos atingidos por barragens, das comunidades pesqueiras ou ribeirinhas podem em determinado contexto, terem essa interface de luta em comum, geralmente decorrente, como discutimos no capítulo primeiro, de um processo de formação territorial marcado pelo uso da natureza por uma determinada classe social como

mercadoria, defrontando-se diretamente com outras classes que necessitavam dela de forma direta para sobreviver.

A agroecologia representa nesse sentido não só uma nova maneira do homem lidar com a natureza, mas, sobretudo, um resgate de práticas tradicionais de lidar com a terra, num período anterior a modernidade, e a todo aparato técnico que foi sendo adquirido a partir da modernização do campo. O termo agroecologia passa a ser então reincorporado a um movimento antigo de resistência e de tentativa de sobrevivência, que é o movimento camponês.

Dessa forma, a maneira como cada camponês cultiva sua parcela, o tipo de cultura que decide plantar, o período do ano em que cultiva, a forma de dispor as mudas, como poda, como cuida, faz parte de um conjunto de lembranças que o agricultor junto com a sua família retoma, rememora e reincorpora a novos saberes adquiridos. Por essa razão, a agroecologia não se resume apenas em utilizar ou não utilizar agrotóxico, a questão se prolonga em todo um conjunto de práticas e tradições construídas, destruídas e reconstruídas ao longo do tempo.

Nesse contexto, a agroecologia é um campo do saber que visa à utilização de práticas agrícolas que respeitam os agroecossistemas, através de um manejo equilibrado e biodiverso das plantas com o objetivo de desenvolver estratégias de resistência locais. Nos dizeres de Guzmán (2001, p. 36), a agroecologia:

[...] se baseia no descobrimento e na sistematização, análise e potencialização dos elementos de resistência locais frente ao processo de modernização, para, através deles, desenhar, de forma participativa, estratégias de desenvolvimento definidas a partir da própria identidade local do etnoecossistema concreto em que se inserem.

A agroecologia tem como suporte de sua proposta teórica e metodológica o desenvolvimento das potencialidades locais e das estratégias bem sucedidas nas comunidades, através de um processo endógeno de construção do saber, baseado na troca de experiências e também no respeito mútuo.

Visa ainda valorizar práticas, costumes e tradições, preteridos pelo modelo agrícola ocidental, ratificando a importância deles para o conhecimento dos ecossistemas e das melhores formas de manejá-los, almejando com isso, o desenvolvimento de uma vida mais digna, tanto no campo, como na cidade.

A agroecologia não desconsidera o conhecimento desenvolvido a partir do arcabouço científico, ao invés disso, ela analisa os conhecimentos advindos da ciência e tenta otimizá-los a partir dos processos locais, considerando as diversas interações advindas dessa introdução e suas consequências para os ecossistemas.

Dessa forma, a agroecologia passa então a integrar os saberes advindos da ciência e do senso comum, colocando-os para dialogar e verificando em que medida esse diálogo contribui para o desenvolvimento de determinado grupo social, sempre considerando a qualidade de vida e a dignidade como condições precípuas de sua atuação.

Nesse sentido, não consiste num objetivo da agroecologia maximizar lucros, aumentar a produtividade e acumular riquezas, pois em sua base existe o respeito a todas as formas de vida, a equidade social e a soberania alimentar. Para Alimonda (2006, p. 249):

Al mismo tiempo, la agroecología puede iluminar y acompañar de cerca los procesos de investigación de la historia ambiental, sugiriendo perspectivas, resolviendo “impases” y ayudando a formular nuevas preguntas. Este fortalecimiento mutuo no tendrá solamente implicaciones en términos de la producción de conocimientos en cada campo específico de saber. Un encuentro transdisciplinario para una recuperación de la experiencia latinoamericana de fusión “(agri)cultural” tiene también una importante dimensión política.

A dimensão política da agroecologia reside na possibilidade que ela traz de resgatar conjecturas históricas da relação sociedade e natureza, através de campos diversos do conhecimento, que congregam aspectos filosóficos, culturais e ideológicos das sociedades, podendo assim fomentar reflexões mais profundas das práticas agrícolas em suas relações com a natureza.

A agroecologia possui ainda uma característica integradora, pois, mesmo que seu fundamento seja a prática de uma agricultura que interaja de maneira equilibrada com os ecossistemas, ela também integra outras estratégias, que podem potencializar determinados recursos existentes na comunidade.

Na perspectiva agroecológica, os grupos sociais não são considerados necessariamente como agentes destruidores da natureza, pois a partir de seu manejo podem contribuir para o restabelecimento do equilíbrio e harmonia dos ecossistemas, tentando consorciar o seu desenvolvimento com a conservação da

natureza. Isso é possível porque a agroecologia contém uma perspectiva estrutural, que considera a percepção dos sujeitos sociais que intervêm nesses ambientes, onde através de um processo de discussão podem gerar informações qualitativas, com um sentido sociocultural proveniente das suas realidades.

De acordo com Guzmán (2002, p. 25):

A perspectiva estrutural da Agroecologia permite preparar o terreno para o desenvolvimento de uma agricultura participativa, fazendo emergir, assim, uma dimensão global de busca de melhorias no nível de vida das comunidades rurais envolvidas, definindo este nível desde elas mesmas.

A partir da reflexão gerada pelas discussões sobre a agroecologia, os grupos sociais que a desenvolvem constroem entre si laços de solidariedade e passam a respeitar a natureza e os seus limites, trocando entre si práticas e conhecimentos sobre a agricultura nos respectivos ecossistemas em que estão inseridos, fazendo com que a produção agrícola seja também uma forma de preservar identidades culturais e de criar redes de interação entre diferentes grupos sociais.

Esse processo não é simples e exige dos grupos sociais envolvidos um esforço constante em avaliar suas práticas cotidianas e suas escolhas, sendo um processo tanto individual, como também coletivo. Individual na medida em que cada integrante em particular é quem decide mudar suas práticas agrícolas, resgatando saberes adormecidos, mas ao mesmo tempo coletivo, no sentido de ser a coletividade, através das discussões, capaz de trocar experiências e apontar saídas para os problemas encontrados.

A coletividade faz parte também de uma ação fiscalizadora da agroecologia, sendo, portanto, os integrantes cobrados uns pelos outros de suas práticas, num policiamento constante, onde a crítica é realizada desde as práticas agrícolas individuais até as práticas e posturas políticas da própria coletividade.

Essas concepções elencadas sobre agroecologia fazem parte de uma leitura que considera em suas análises o papel de diferentes grupos sociais nas práticas agrícolas mais sustentáveis, no caso aqui discutido, a agroecologia. Esses grupos, via de regra, são formados por populações tradicionais camponesas, como comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

Em comum eles trazem a característica de possuírem um caráter de exclusão social profundamente marcado por sua separação com a natureza, e por

essa razão, a agroecologia, nesse âmbito, é permeada de dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais muito peculiares, o que lhe confere em certa medida, uma propriedade de movimento social, pela força que possui em unir esses grupos em torno de objetivos comuns.

2.2 Os camponeses do APASA e a agroecologia: desafios de um processo de construção

A agroecologia em seu percurso teórico-metodológico abrigou diferentes perspectivas, por essa razão, para compreendermos o seu significado no universo camponês, devemos analisar cada experiência particularmente, considerando os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais que a ela se relacionam. Dessa forma, acreditamos que a análise processual da experiência agroecológica no assentamento APASA permiti-nos visualizar essas diferentes dimensões em suas inter-relações.

Nesse contexto, podemos afirmar que existem dois pontos fundamentais a serem observados, o primeiro diz respeito às raízes culturais das famílias camponesas, que possuem na sua trajetória a herança de práticas agrícolas milenares, o outro se refere ao resgate de algumas dessas práticas na contemporaneidade, a partir de projetos de vida calcados na agroecologia.

Cabe ressaltar, que a trajetória de exclusão protagonizada pela classe social estudada é fundamental para o entendimento da agroecologia a partir da ótica campesina, visto que esse fato é determinante na reestruturação social, política econômica e cultural que ela vivencia.

Em relação à expressão agroecologia, frisamos que essa nomenclatura íntegra, de maneira mais evidente, o cotidiano camponês no assentamento APASA a partir do surgimento da Feira Agroecológica Paraibana. Esse projeto possuiu como significado precípua a possibilidade de resgatar o sentido da coletividade presente na luta pela Reforma Agrária, pois após a conquista e o parcelamento da terra, comumente o desenvolvimento familiar torna-se mais individualizado, e a força política da luta tende a perder expressão, dificultando o desenvolvimento do assentamento.

A agroecologia, nesse contexto, passa a representar uma forma do camponês trabalhar novamente em um projeto coletivo no assentamento rural,

ampliando o sentido restrito dado à agroecologia como apenas uma maneira de produzir alimentos limpos, pois esta passa a incorporar outras dimensões²⁸.

Nesse sentido, a agroecologia possibilita ao camponês uma inserção em discussões políticas e econômicas que envolvem a produção de alimentos na atualidade, gerando um processo de construção onde são resgatados saberes relegados ao longo da trajetória de exclusão camponesa.

Apesar das práticas agroecológicas possibilitarem o resgate de antigas tradições relegadas ao longo do tempo, também impõem o abandono de outras práticas adquiridas e que se incorporaram ao cotidiano camponês. Nesse sentido, a inserção do camponês num projeto de agroecologia faz com que ele retome determinadas práticas, ao mesmo tempo que exige que ele descarte outras, incorporadas ao seu cotidiano, o que se traduz numa tarefa de grande complexidade, visto que as práticas cotidianas são enraizadas aos processos culturais e determinam comportamentos específicos traduzidos em *habitus*.

De acordo com Bourdieu (1983, p. 65) *habitus* pode ser entendido “como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como matriz de percepções, de apreciações e de ações”.

Essas ações traduzidas em práticas cotidianas são frutos de *habitus* que foram produzidos no passado, de acordo com uma regularidade e conjuntura específica, sendo, portanto, incorporados à história e de acordo com Bourdieu (1983, p. 65) são “esquecimentos da história que a própria história produz ao incorporar as estruturas objetivas que ela produz nessa quase natureza que são os *habitus*”.

Dessa forma, as práticas realizadas pelos camponeses do assentamento APASA são imbuídas de ações difíceis de serem objetivadas, percebidas ou decifradas, por tenderem a se naturalizar e não remeter a heranças culturais, apesar de a elas se vincularem. Compreender, por exemplo, aspectos dos hábitos alimentares, das relações sociais estabelecidas, ou das estruturas construídas, passa indubitavelmente, por essas análises.

Além disso, outra característica relevante na construção agroecológica no assentamento APASA, refere-se ao caráter autônomo da iniciativa dos camponeses, que não possuiu auxílio de órgãos governamentais, não

²⁸ Cf. CARVALHO, Horácio Martins. Desafios para o agroecologista como portador de uma nova matriz tecnológica para o campesinato. Curitiba, julho de 2007, mimeo.

governamentais, bancos ou agências de fomento. Esse fato é bastante significativo no contexto da produção agroecológica, visto que, numa etapa de transição, a vulnerabilidade dos agroecossistemas é alta, uma vez que se encontram desestabilizados por práticas agrícolas degradantes, aumentando o risco de prejuízo na mudança de modelo de produção agrícola.

No caso do cultivo de alimentos orgânicos em países europeus, por exemplo, os agricultores recebem vultosos subsídios do governo, garantindo uma transição menos arriscada para modelos agrícolas mais sustentáveis. De acordo com Firmino (2003, p. 329):

Os incentivos concedidos pela União Européia têm, sem dúvida, grande peso na decisão dos agricultores convencionais em adotar o modo de produção biológico, mesmo se alguns (ou mesmo muitos) desprezem as reais virtudes da agricultura biológica e a sua importância para um desenvolvimento sustentável, quedando-se por uma prática consonante, apenas com as exigências mínimas para garantirem o subsídio.

Dessa forma, percebemos que apenas o auxílio financeiro não é capaz de proporcionar uma transição agroecológica bem sucedida. Mesmo com a garantia de ressarcimento por eventuais perdas decorrentes de problemas na plantação, como por exemplo, a ocorrência de pragas, muitos agricultores europeus, que trabalham com a agricultura biológica, não avançaram em dimensões mais amplas presentes em formas agrícolas mais sustentáveis, como os aspectos sociais, culturais, políticos e ambientais da agricultura. Pois, “se um agricultor apenas encontra motivação no valor agregado e nos subsídios oferecidos pela Agricultura Biológica, sentir-se-á tentado a desrespeitar os regulamentos sempre que surja um problema”. (FIRMINO, 2003, p. 330).

Percebemos que diante da construção da agroecologia no assentamento ergue-se uma série de dificuldades, de diferentes ordens e significados. Todavia, ao mesmo tempo em que a produção agroecológica no assentamento APASA apresenta maiores dificuldades, contraditoriamente torna-se mais internalizada pelos camponeses, que praticam a agroecologia mesmo com tantas adversidades.

Nessa transição, o grupo de famílias que trabalha na feirinha arcou e vem arcando com todos os riscos, cientes do não ressarcimento pela perda da produção, realidade várias vezes relatada durante as entrevistas realizadas nos trabalhos de campo.

O camponês Manoel de Sousa Olegário, conhecido como Irmão Nequinho, membro da feirinha, relata que teve prejuízos com a sua plantação de graviola, cultivada sem a utilização de agrotóxicos nem adubos artificiais. Ele relata que durante o censo agropecuário 2006, realizado pelo IBGE, o agente de pesquisa calculou as suas perdas, relatando o seguinte:

No caso da graviola, da acerola, é uma lavoura muito cara, o IBGE veio fazer o cálculo, e perguntou quantos pés eu tinha cortado, eu cortei trezentos pés e vendi o motor, e eles calcularam que o meu prejuízo foi de vinte e cinco mil reais. A graviola dá muita doença, aí eu fui e cortei, eu tou com trinta pés somente. (Relato de Irmão Nequinho).

Um dos técnicos agrícolas da CPT que acompanha a área, Flavio Brito, sobre o cultivo agroecológico da graviola, explicou que:

Tem que ter cuidado com a broca que dá nela, que seca o caule, então essa é uma das piores pragas que tem a graviola. A do irmão Nequinho, ele teve que cortar todas pelo seguinte motivo, a broca estava muito, ela cria uma espécie de mofo no caule, ela faz uma linha ao redor do caule, se você raspar, no final dela você encontra a broca. O melhor trato é você encontrar ela, poda o galho que ela estava atacando, e passa cal e cinzas, faz a pasta dos dois e passa, para ela não vim mais.

Além da graviola, o feijão é também um cultivo bastante vulnerável ao desenvolvimento de pragas, através de larvas que destroem folhas e vagens. O camponês Edilson Barbosa Nascimento, conhecido por Dinho, integrante da feirinha, relatou que para combater as larvas, usa um preparado de água com um líquido proveniente da mandioca, denominado de manipueira. Durante o trabalho de campo ele mostrou algumas vagens do feijão plantado em sua parcela sendo atacadas pelas larvas.

Como vocês estão vendo, aqui é a lêmdea do feijão, como a gente não usa o veneno, então essa praga ainda existe, mas a gente combate ela com a manipueira da mandioca, que o pessoal faz a farinha, aí eu pego e junto à manipueira e trago, não combate cem por cento, mas oitenta por cento ela combate. (Relato de Dinho).

Além disso, culturas como o mamão, o maracujá, a acerola e a banana, devido às características físicas do assentamento APASA, necessitam de adubo e irrigação para obter um bom crescimento, todavia, a ausência de recursos para realizar esse tipo de investimento torna a fruticultura uma atividade de risco, sendo comumente prejudicada nos períodos de estiagem.

Dona Marluce relatou que para desenvolver a sua produção de cem pés de maracujá, que plantou no mês de setembro de 2007, precisou aguar manualmente cada pé, ela relatou que “para ele subir no arame foi com dificuldade, carregando água na cabeça, para ele chegar até onde ele está agora, e tem que continuar aguando, senão ele morre”.

Dona Marluce irriga uma parte da produção através da gravidade, mas não é suficiente para toda a parcela, referindo-se ao cultivo de mamão, ela conta que “eles estão fracos assim por falta de água, mas graças a Deus, ou muito ou pouco ainda comprei o adubo e as mangueiras, não dá para aguar tudo, mas um dia eu águo um, quando é com dois dias, três eu águo o outro, e assim eu vou levando”.

A falta de recursos para a instalação de equipamentos e manutenção da irrigação é um problema que afeta a maioria dos agricultores do assentamento APASA, que apesar de contar com rios e nascentes possui um baixo número de famílias que utilizam irrigação, das 97 famílias entrevistadas, apenas 17 declararam utilizar. Dessa forma, os camponeses que participam da feirinha comumente relatam problemas decorrentes da falta de irrigação, conforme demonstrado nos relatos a seguir:

Muito fraca mesmo a situação do mamão, muito mamãozinho, mas as folhas trocidas, a falta d'água, que inclusive eu tou aguando com uma patinha (regador). A planta somente para eu vender na Feira do Bessa, porque o mamão, ninguém garante que pode dizer assim “olhe eu não uso veneno não”, e não é bom que a gente chegue comprar para levar para usar de engano lá com os nossos fregueses. (Relato do Irmão Nequinho) (grifo nosso)

Você viu a diferença dessa área irrigada para minha área? Porque se eu estivesse irrigando, eu estava com laranja, limão, acerola, tudo isso aí tudo tinha lá, até melancia, porque minha área é muito boa para melancia, cadê?

E aí? Planta para tu perder... Quando Pelé tinha irrigação muitas vezes até o Incra ia para lá, era o cartão-postal daqui, vai agora, ele sem irrigação, para você queimar até o sapato lá. (Relato de Seu José)

O relato de Seu José demonstra o desejo de aumentar e diversificar a sua produção. Quando compara a sua parcela com uma outra que possui irrigação, Seu José está se referindo a um lote ocupado com uma produção de banana, pertencente a outro agricultor do assentamento que não faz parte da feirinha. Avaliamos que apesar de destacar a produtividade da área vizinha, esse camponês se detém mais ao desejo de diversificar a sua produção, do que apenas aumentar a produtividade, o que revela importantes significados em relação ao modelo agrícola escolhido.

O sistema de policultura é fundamental no modelo agrícola agroecológico, pois proporciona uma segurança alimentar ao camponês, que quanto mais diversifica sua produção, mais facilmente consegue retirar aquilo que necessita para sua própria alimentação, colaborando assim com a permanência da família na terra conquistada.

Além disso, o sistema de policultura ajuda a restabelecer os agroecossistemas, uma vez que colabora com o aumento da biodiversidade e de acordo com Altieri (2004, p. 24):

Nos agroecossistemas tradicionais, a predominância de sistemas de cultivo complexos e diversificados é de suma importância para os camponeses, na medida em que as interações entre plantas cultivadas, animais e árvores resultam em sinergismos benéficos que permitem aos agroecossistemas promover sua própria fertilidade de solo, controle de pragas e produtividade. Através do plantio intercalado, os agricultores beneficiam-se da capacidade dos sistemas de cultivo de reutilizar seus próprios estoques de nutrientes. A tendência de algumas culturas de exaurir o solo é contrabalançada através do cultivo intercalado.

Destarte, a região onde se encontra localizado o assentamento APASA possui uma história ligada a práticas seculares de destruição, desde a retirada do pau-brasil, para a prática de escambo, que desmatou grandes porções da Mata Atlântica, ou ainda pela compactação do solo pelo pisoteio do gado criado nos

latifúndios no século XX, até o envenenamento dos rios, dos solos e do ar pelo uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos na monocultura da cana-de-açúcar.

Essa combinação de problemas torna a prática agroecológica, bem como a permanência no assentamento APASA, um grande desafio para os camponeses, que precisam de muita perseverança para continuar no projeto. Além disso, numa perspectiva particular das famílias envolvidas, as questões que permeiam a construção da agroecologia tendem a se complexificar.

Sob essa ótica, as dificuldades apresentadas a partir de um prisma cultural são também de difícil análise e descrição, pois, ao procurar analisar um grupo do ponto de vista de suas práticas culturais é preciso muita cautela para não incorrer em discursos deterministas. Nesse sentido, é preciso considerar que a cultura é algo que se recria e se modifica ao longo do tempo, resgatando ou transformando costumes e tradições. De acordo com Bosi (1992, p. 16) podemos entender que cultura representa “o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos, e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social”.

Analisar a agroecologia e o campesinato do APASA do ponto de vista cultural permite-nos compreender o que de comum esses dois conceitos trazem na prática cotidiana do grupo social estudado, bem como, aquilo que os distancia. Nessa perspectiva cultural, a forma de produção e o tipo de produto escolhido para o plantio são exemplos capazes de revelar significados de grande representatividade para uma melhor compreensão da realidade estudada.

Nesse contexto, podemos tomar como exemplo a prática de queimadas nas áreas de cultivo, uma técnica de produção condenada por técnicos agrícolas e pesquisadores ambientalistas, por ser consenso entre esses estudiosos que as queimadas causam o empobrecimento do solo, o aumento da erosão, o assoreamento dos rios e liberação de gases do efeito estufa.

Todavia, como vimos no capítulo anterior, a prática de queimadas, conhecida como coivara, era a única forma que o nativo detinha para realizar a agricultura antes da chegada do ferro, e que, dada a grande concentração de nativos na região estudada, essa característica certamente foi herdada e reproduzida ao longo dos séculos.

Dessa forma, a prática de queimadas não é uma ação facilmente descartável do cotidiano camponês, essa mesmo sendo combatida pelos técnicos agrícolas, por vezes continua a ser realizada. Numa leitura apressada, poderíamos

afirmar que esses agricultores não possuem compromisso com a agroecologia, todavia, estaríamos desconsiderando as particularidades dos sujeitos sociais envolvidos no processo, bem como as diferenças existentes dentro do próprio grupo.

A agroecologia na dimensão específica desse agricultor que realiza a queimada está mais ligada ao sustento da família, a uma possibilidade de permanecer na terra. Mesmo que em certa medida esse camponês tenha consciência dos malefícios de algumas práticas agrícolas, não possui uma visão mais ampla desse processo, ausente de suas preocupações cotidianas.

Durante os trabalhos de campo, por exemplo, observamos várias áreas que haviam sido recentemente queimadas, inclusive em espaço de produção agroecológica dos camponeses da feirinha.

A queimada se alastrou em uma parcela pertencente a um integrante da feirinha, onde um camponês que não faz parte do projeto obteve consentimento para plantar, ou seja, esse camponês estava plantando em uma área cedida temporariamente por outro camponês do próprio assentamento.

Essa prática é comum no assentamento APASA, pois cada cultivo se adapta melhor em lugares diferentes, algumas plantas exigem um solo mais úmido, outras necessitam de um solo mais seco, dessa forma, nem sempre o camponês dispõe de condições favoráveis para um determinado cultivo em sua parcela, fazendo com que ele procure outras parcelas no assentamento. Esse hábito não pode ser denominado de arrendamento, pois geralmente não há acordo monetário para a cessão da terra, que é feita com base nas relações de vizinhança e proximidade, como constatamos no depoimento a seguir:

Muita terra sem eu poder trabalhar sozinho, aí ele disse, “Zé Baiano, me arrenda essa terra” aí eu disse “eu não arrendo não, porque eu não tenho terra aqui para arrendar, vá trabalhando lá, aí o senhor me ajuda e eu ajudo, eu dou a terra para o senhor trabalhar”. Faz dois anos que ele tá trabalhando, ele mora em Itambé, todo dia vem. Tem uma casinha em frente à parcela de Pelé, quando ele vem ele fica. (Relato de Zé Baiano).

Os camponeses da feirinha também costumam plantar em áreas diferentes, de acordo com a cultura que estão plantando, conforme depoimentos a seguir:

Eu produzo feijão, macaxeira, alguns pés de fruta que têm por aí, que tá começando botar agora, também plantei uns pés de mamão ali, continuo sempre plantando uns pés de hortaliça nos lugares mais molhados, que é para interar lá em cima, que lá em cima é pequeno. Eu tenho maracujá e inhame, mas não é aqui, é tudo perto da vila mesmo. É dos meninos lá, porque aqui sempre é uma área fria, para inhame. Quando chove muito ela alaga aí num dá, a gente procura mais plantar nos alto. Aqui a gente planta mais feijão, maniva. Eu planto mais a macaxeira, porque o processo que a mandioca eu não gosto muito não, porque o processo que a mandioca faz a macaxeira também faz. A mandioca da goma, da farinha, mas não pode comê-la cozinhada, e a macaxeira da goma, da farinha e eu posso comer ela cozinhada, posso levar para vender. (Relato de Zé Baiano).

Eu planto feijão, a macaxeira, a bananeira e maracujá, também não tá aqui mais tá situada em outro lugar. (Relato de Heleno).

A terra é cedida quando não está sendo utilizada pela família titular, e geralmente a família que recebeu a concessão recompensa a família titular da parcela através de uma parte da produção, uma quantia em dinheiro ou dias de serviço. Todavia, nas pesquisas de campo percebemos que geralmente isso não é acordado anteriormente, ou seja, a família que está cultivando a terra não é obrigada a pagar nada pelo uso, mas através das normas socialmente estabelecidas, o agricultor geralmente recompensa o titular da parcela, firmando assim laços de solidariedade entre as famílias envolvidas.

Dessa forma, existe uma série de costumes particulares das relações sociais camponesas no assentamento APASA, que colaboram para a compreensão de atitudes e decisões desempenhadas pelos membros da feirinha, que apesar de integrarem um grupo específico, também integram o conjunto maior das atividades cotidianas do assentamento, onde se relacionam com camponeses com diferentes concepções de agricultura.

No depoimento a seguir, um camponês da feirinha justifica o incêndio ocorrido na parcela de outro integrante da feirinha, e traduz, em certa medida, a dimensão dessa prática para esse agricultor.

Ele (camponês que recebeu concessão para utilizar a terra) beneficiando vagem aqui para plantar feijão, e inhame também, aí botou fogo aqui, eu

tava aqui, aí o fogo alastrou-se, subiu, aí eu fui ajudar o companheiro, já na hora do almoço, era onze horas, saí daqui era uma hora, apagando fogo, e não teve condições, soprou mesmo, foi bater em cima, na chã, às vezes acontece, ele não botou fogo porque quis, foi o que eu disse ao dono da parcela, abra mão para ele plantar porque ele não botou fogo na intenção de acabar com tudo isso, ele botou fogo porque houve necessidade de queimar esse mato aqui, então o fogo alastrou-se e então eu acho que dessa vez ele merece o perdão, e você deixa ele trabalhar na terra, ai ele disse, eu vou deixar porque já aconteceu comigo também, então quando a pessoa reconhece assim, não vai querer disciplinar ninguém... Assim pelo pé. (Relato de camponês integrante da feirinha, grifo nosso)

Concomitantemente, em outras áreas visitadas observamos que a queimada não é realizada e que as preocupações daquele determinado agricultor já englobam dimensões maiores, relacionadas com questões ligadas aos problemas ambientais e sociais, ou seja, a agroecologia é vista sob uma dimensão mais ampla.

As variações presentes no avanço da construção agroecológica no assentamento APASA relacionam-se à construção individual e da família camponesa envolvida no projeto, fato que demonstra significativas diferenças entre eles, relacionadas a fatores como inserção política em movimentos sociais e participação em eventos e capacitações, atividades que favorecem a formação dessas famílias camponesas dentro da agroecologia.

Nesse sentido, os camponeses que exercem função de liderança e que participam dos movimentos sociais ativamente possuem uma maior facilidade em incorporar práticas agroecológicas que não estão presentes em seus cotidianos.

Em relação à renda, algumas famílias possuem maiores dificuldades financeiras do que outras, característica que está relacionada a diferentes fatores. Um exemplo dessa diferença está no processo de luta pela terra, pois algumas famílias chegaram ao assentamento rural em condições mais precárias do que outras, e também obtiveram maior sucesso ou fracasso numa determinada produção, além das questões particulares que interferem na estabilidade econômica de cada família.

Dessa forma, a agroecologia possui um significado heterogêneo para os camponeses do APASA, congregando famílias com diferentes graus de politização e renda, que conjuntamente vão construindo, destruindo e reconstruindo

práticas, ratificando a agroecologia como uma construção coletiva, mas com diferenças entre os indivíduos que a praticam.

Destacamos também que algumas práticas são de recente incorporação, ou seja, não fazem parte de *habitus* incorporados por tempos imemoriais, como no caso das queimadas, mas mesmo assim foram incorporados pelo grupo e são de difícil modificação.

Um exemplo expressivo que denota essa questão, diz respeito à utilização pelos camponeses da feirinha de esterco de galinha para adubação, pois como vimos, o solo necessita da aplicação de fertilizantes para garantir um bom rendimento da produção. A utilização de adubos químicos não é permitida segundo as diretrizes da produção agroecológica, pois eles são hidrossolúveis, ou seja, se dissolvem na água da chuva e da irrigação, causando vários problemas, conforme descreve Fornari (2002, p. 14):

- Uma parte é rapidamente absorvida pelas raízes das plantas causando expansão celular (as membranas celulares ficam mais finas) e fazendo com que aumente muito seu teor de água. Isso as torna um “prato” para pragas e doenças, além de serem menos saborosas e terem o seu teor produtivo empobrecido.
- Outra parte é lixiviada, ou seja, é levada pelas águas das chuvas e irrigações, indo poluir rios, lagos e lençóis freáticos, acabando por causar, juntamente com os despejos de esgotos, a eutrofização – que é a morte de um rio ou lago por asfixia, pois os excessivos nutrientes, além de estimularem um grande crescimento das algas, roubam o oxigênio da água.
- Há ainda uma terceira parte que se evapora, como no caso dos adubos nitrogenados (por exemplo, sulfato de amônio), que sob a forma de óxido nítrico vai, assim como ocorre com os fluocarbonetos do aerossol, destruir a camada de ozônio da atmosfera.

Além disso, eles modificam a composição das plantas em vários elementos essenciais, acarretando o aumento de substâncias nocivas em determinadas plantas. Por essas razões, no tocante às práticas agroecológicas, para adubar o solo, é recomendado recorrer a procedimentos alternativos através de fertilizantes naturais, como explicitado no Quadro 4.

Fertilizantes Naturais	Variedades	Característica
Compostos	Fertilizante Bokashi; vermicompostagem; biofertilizantes; doméstico. lixo	Produtos resultantes da fermentação e decomposição de matéria orgânica por meios aeróbicos.
Adubação Verde	Micorrizas; grãos como fertilizantes.	Fixação de Nitrogênio por meio de leguminosas.
Esterco	Guanos; urina.	Dejeções sólidas e líquidas de animais domésticos.
Fertilizantes Minerais	Calcário; fosfato de rocha; rochas potássicas; salitre do Chile; Skril.	Naturalmente constituídos de rochas moídas ou processadas por meios que não agredam o meio ambiente em geral.
Cinzas	Cinzas; moinho de carvão.	Produto resultante de materiais queimados.
Vinhoto	Vinhoto	Subproduto da produção do álcool ou da aguardente.
Farinhas animais	Farinha de osso; farinha de peixe; farinha de cascos e chifres; farinha de sangue.	Produto resultante de materiais triturados.
Tortas	Torta de algodão; de mamoma; de soja; de amendoim.	Subprodutos da agroindústria que podem ser utilizados na agricultura.
Algas	Alga calcárea	Importante grupo de vegetais talófitos que vivem no fundo ou na superfície de águas salgadas e doces.
Turfas	Turfa de microflora; fibrosa; lenhosa.	Substância fóssil organo-mineral encontrada em terrenos alagadiços
Preparados Biodinâmicos	Preparado 500; 501; 502; 503; 504; 505; 506; 507.	Material vegetal (geralmente esterco de gado) elaborado dentro de técnicas complexas, que levam em consideração a energia do cosmo.

Quadro: 4 Tipos de fertilizantes naturais. Fonte: (FORNARI, 2002)

Dentre as várias opções possíveis, o grupo de camponeses da feirinha usa geralmente o esterco de galinha para melhorar a fertilidade das áreas de produção. A princípio não haveria problema nenhum, uma vez que o esterco é um fertilizante natural e como explica Fornari (2002, p. 51): “é o mais antigo e mais importante dos adubos. Vários povos, como os indianos e os chineses vêm utilizando há séculos o esterco como fertilizante, mantendo viva a fertilidade do solo”. Todavia, atualmente, a produção avícola tem sido feita através de larga utilização de antibióticos para fins terapêuticos e de crescimento, fazendo com que o esterco produzido nesses criatórios possua concentrações de substâncias que podem ser nocivas ao homem e a natureza.

A justificativa para a utilização do esterco de galinha, em detrimento, por exemplo, do esterco de gado, geralmente é relacionada à rapidez com que a planta responde à adubação. Realmente os componentes como Nitrogênio, Fósforo e Potássio são mais abundantes nesse tipo de esterco, conforme podemos verificar na Tabela 2:

Tabela 2: Quantidades de Nitrogênio, Fósforo e Potássio por adubo. Fonte: (FORNARI, 2002)

Tipo	Nitrogênio (N)	Fósforo (P)	Potássio (K)
Bovino (fezes + urina)	1,30	0,10	0,70
Bovino (curtido)	0,51	0,23	0,60
Galinha (com cama)	3,99	2,07	1,67
Galinha (sem cama)	3,48	0,87	0,87
Porco (fresco)	3,22	1,06	2,23
Porco (curtido, úmido)	0,45	0,19	0,60
Carneiro	0,83	0,23	0,67
Eqüino (fresco)	1,79	1,00	1,19
Eqüino (curtido, úmido)	0,54	0,23	0,54
Chorume de esterqueira	0,20	0,08	0,50

Durante os trabalhos de campo, várias foram as declarações em preferência ao esterco de galinha, como a de Josias José Candido, conhecido como irmão Nem, vereador do município de Pitimbu, morador do assentamento APASA e produtor da maior parte das hortaliças vendidas na feirinha. Ele destaca que apesar de mais caro que o esterco do gado, utiliza esterco de galinha pela carência do solo, conforme verificamos no relato a seguir:

Em Sapé, Alagoa Grande, aquela região ali, o solo é diferente do nosso solo, o solo é muito fraco, é frágil. O esterco de gado é mais barato, acredito que qualquer um de nós tem condição de colocar uma carrada de esterco de gado, não chega a quatrocentos reais, se você tiver o transporte até de graça você consegue, só que uma carrada de esterco de galinha hoje é mil reais, e se nós não tivermos o estrume de galinha, lá não dá, que a terra é fraca mesmo. (Relato de Josias José Candido).

Esse pensamento é comum no assentamento APASA, onde muitos camponeses, tanto os integrantes da feirinha, como os demais agricultores, utilizam com frequência o esterco da galinha para a adubação do solo. Durante o trabalho de campo várias vezes nos deparamos com áreas recentemente adubadas com esse tipo de esterco, ou com estoques do esterco separados para futuras adubações.

O esterco de galinha advém de rejeitos da avicultura, atualmente caracterizada pelo significativo aumento da produtividade, através do uso de antibióticos, dentre outros mecanismos para alcançar o rápido crescimento das aves. Por essa razão, a avicultura tem suscitado um aporte de produções científicas que estão identificando vários problemas decorrentes desse tipo de criação, conforme afirma Oliveira (2006, p. 122):

O uso indiscriminado de antibióticos como promotores de crescimento e na terapia veterinária tem exposto bactérias a uma substancial e constante pressão de seleção, uma vez que as aves frequentemente abrigam bactérias patogênicas ao homem em seu trato intestinal, como *Campylobacter*. Portanto o desenvolvimento de resistência deste microorganismo a vários antibióticos constitui um problema de saúde pública. Enquanto a resistência múltipla pode conduzir a falhas no tratamento, aumentando o índice de morbidade e mortalidade.

Como conseqüência, o esterco proveniente dessas aves possui uma alta probabilidade de apresentar resíduos advindos dessas substâncias e logo a sua utilização passa a não se enquadrar nas técnicas de fertilização próprias da agroecologia, uma vez que pode ser danosa para a natureza. Na tentativa de desenvolver uma outra possibilidade de adubação, o projeto de extensão universitária “Terra para que te quero”, implantou no assentamento um projeto piloto de fabricação de húmus, para tanto, foram construídos 5 minhocários em quintais de camponeses integrantes da feirinha.

De acordo com Primavesi (2002, p. 109) “A perda de húmus é a perda da bioestrutura do solo e, com isso, a perda de grande parcela de sua produtividade.” Afirma ainda que “Dos diversos tipos de substâncias orgânicas somente o húmus consegue influir nas propriedades químicas do solo”. (PRIMAVERSI, 2002, p.125).

Todavia, dos cinco minhocários que foram implantados, apenas um continua funcionando, o restante foi destruído ou abandonado. Quando indagamos sobre o motivo que levou os camponeses a não darem continuidade ao projeto, as respostas foram bastante semelhantes. Alguns camponeses destacaram a produção insuficiente de húmus para a quantidade da produção, outros destacaram a dificuldade em adquirir o esterco de gado, e ainda houve relatos relacionados com a dificuldade em desempenhar as etapas, consideradas de difícil realização por alguns, conforme explicitado nos relatos a seguir:

O húmus não faz tanto efeito não, o adubo é pouco demais, por exemplo, Pelé quando fez o minhocário dele ele tinha 700 pés de mamão, o minhocário que ele tinha muito mal dava para adubar 50 pés. (Relato de Irmão Nem)

Nós plantamos o inhame, a macaxeira e a batata então não tem outro adubo, tem que ser o esterco da galinha, porque esse adubo do minhocário ele é bom só para hortaliça, e até para hortaliça o que fizeram lá não atendeu. Ele vai gerar mais trabalho, não vai atender a necessidade, porque ele só serve mais para a hortaliça, a macaxeira, o inhame e a batata ele não atende. O esterco de gado seria melhor do que esse trabalho todinho, passar por aquela engenharia todinha do minhocário, porque vai dá mais trabalho e vai atender a mesma coisa. Então é esse o problema, pode

formar quantas vezes for, ou dar continuidade nesse que já está que ele não vai atender a essa equipe da feirinha. (Irmão Nequinho).

Essa experiência demonstrou diversas faces da construção agroecológica, como por exemplo, o fato dessa iniciativa não ter partido deles, ou seja, de não haver no grupo a vontade de realizar o projeto.

Através dos relatos, pudemos constatar que há desconfiança em torno de projetos advindos de instituições oficiais, como universidades, órgãos de assistência técnica do Governo e programas para liberação de créditos, que são vistos com receio pelos camponeses, mesmo quando estes aceitam participar de determinado projeto, pois não acreditam na possibilidade de sucesso do mesmo.

Essa característica revela o distanciamento vivenciado por eles do desenvolvimento da agricultura moderna, onde em geral, foram apenas executores de pacotes prontos de tecnologias desconhecidas, fazendo com que o conhecimento trazido pelos técnicos agrícolas fosse, a cada resultado negativo, aos poucos perdendo credibilidade, em detrimento do conhecimento empírico camponês.

De fato, o desenvolvimento agrícola e a prática da assistência técnica têm protagonizado, ao longo da história, vários episódios marcados pela degradação da natureza e malefícios na vida dos pequenos produtores. Como exemplo, temos a introdução de espécies danosas para determinados agroecossistemas, a implantação de projetos pouco adequados às realidades locais, a prescrição de agrotóxicos sem a devida orientação, dentre outros.

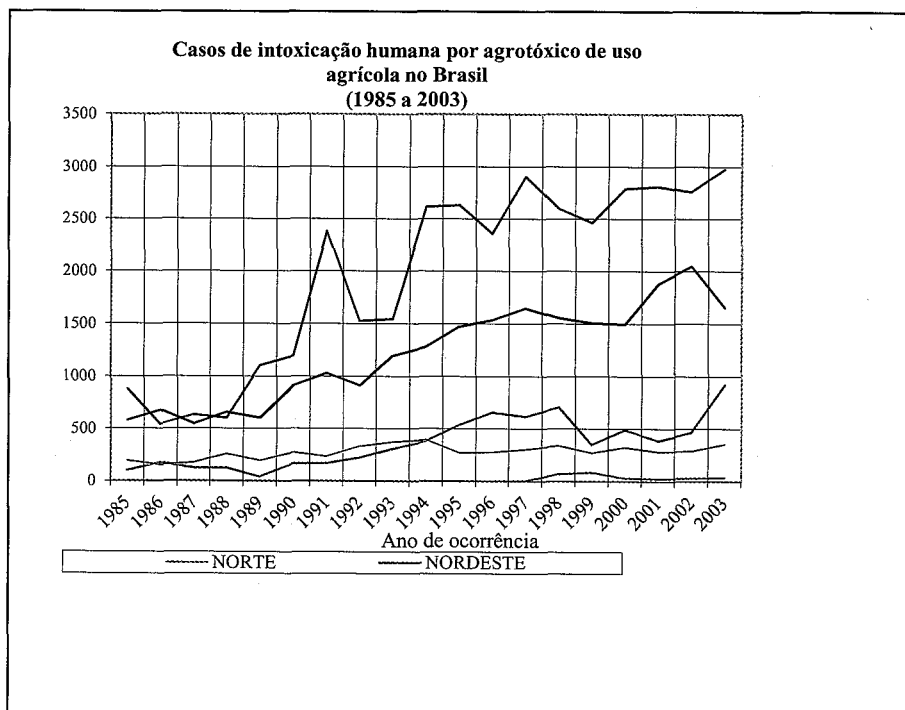
Os agrotóxicos, a mecanização agrícola, a introdução de espécies exóticas, os organismos geneticamente modificados, dentre outras tecnologias desenvolvidas para o aumento da produtividade seguiram a cartilha imposta pela linguagem hegemônica da ciência, e desencadearam um processo crescente de destruição. De acordo com Miranda (et al, 2007, p. 11):

A América Latina foi a região onde se observou um maior aumento no uso de agrotóxicos (aproximadamente 120%), muito em parte pela influência do Brasil, que consome cerca da metade do montante de toda a região. Entre 1964 e 1991, o consumo de agrotóxicos no país aumentou 276,2 %, frente a um aumento de 76% na área plantada. Já no período entre 1991 e 2000, observou-se um aumento de quase 400% no consumo destes agentes

químicos, frente a um aumento de 7,5% na área plantada. Somente em 1989, o país gastou US\$ 28,4 milhões na importação de agrotóxicos, aproximadamente cinco vezes mais do que em 1964 (US\$ 5,12 milhões), época em que estes produtos começaram a surgir no mercado nacional. No período de 1990 a 2000, os gastos com a importação de agrotóxicos aumentaram em 638%, de US\$ 41,6 milhões para US\$ 265,8 milhões, equivalente à metade do gasto de toda a América Latina.

Além disso, de acordo com Rosany Bochner (2006, p.74), através da análise dos dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas – SINITOX, os agrotóxicos representam no Brasil o terceiro principal agente de intoxicação humana, ficando atrás apenas para medicamentos e animais peçonhentos. Os agrotóxicos são categorizados entre: agrotóxico de uso agrícola, agrotóxico de uso doméstico, produtos veterinários e raticidas, sendo os de uso agrícola responsáveis pelo maior número de óbitos. A autora destaca a importância da análise separada dessas categorias, uma vez que o estudo conjugado desses diferentes tipos de agrotóxicos pode levar a distorções dos resultados analisados.

Gráfico 6: Casos de Intoxicação Humana por uso de agrotóxico no Brasil. Fonte: Bochner (2006). Organização: Aline B. de Lima.



Como podemos analisar a partir do gráfico 6, a quantidade de intoxicação humana no Brasil possui uma significativa variação de acordo com a região. No Sudeste do país encontramos o maior índice de intoxicação, resultado associado ao fato de ser essa a região que passou pelo processo mais intenso de mecanização do campo. Em segundo lugar no número de intoxicação está a região Sul, que chegou a ultrapassar em alguns anos a região Sudeste, em seguida a região Nordeste, e por fim a região Centro-Oeste e Norte. Verificamos que enquanto o Centro-Oeste manteve certa linearidade, a região Nordeste aumentou significativamente, sobretudo a partir da década de 1990.

Não apenas a saúde do camponês é colocada em risco através da utilização do agrotóxico na agricultura, pois esses produtos possuem um alto poder destrutivo, alastrando sua escala de destruição de maneira exponencial, conforme podemos verificar na tabela a seguir:

Problemas decorrentes do uso de agrotóxicos:	Características:
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento da resistência genética: 	Microrganismos desenvolvem resistência genética a qualquer substância tóxica através do processo de seleção natural.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A morte dos inimigos naturais e a conservação de pragas secundárias: 	Agrotóxicos matam não apenas os organismos considerados pragas, mas também os organismos predadores.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ O círculo vicioso dos agrotóxicos: 	Por causa da resistência genética as doses de agrotóxico são cada vez mais altas.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A mobilidade dos agrotóxicos no ambiente: 	Contaminação de águas subterrâneas, solos, e ar.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A amplificação biológica dos agrotóxicos: 	Amplificação biológica em milhares de vezes na cadeia alimentar.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ As ameaças à vida silvestre: 	Morte em larga escala da fauna e da microfauna.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ As ameaças de curto prazo 	Grande quantidade de trabalhadores

à saúde humana pelo uso de fabricação de agrotóxicos:	acometidos por graves doenças decorrentes da exposição a agrotóxicos.
▪ As ameaças de longo prazo à saúde humana:	Câncer decorrente de alimentação contaminada com resíduos de agrotóxicos.

Quadro 5: Problemas decorrentes do uso de agrotóxicos. Fonte: Alves Filho (2002).

No Assentamento APASA, diversos foram os relatos de camponeses que tiveram algum tipo de intoxicação, sendo inclusive um problema de saúde comum no lugar, todavia, percebemos que muitas vezes os camponeses intoxicados não recebem tratamento adequado e alguns nem sequer procuram o posto de saúde. Através da aplicação de questionários no assentamento APASA, constatamos que das 97 famílias entrevistadas, 32 famílias declararam problemas de saúde pelo uso de agrotóxico.

O uso de luvas, botas e máscaras, dentre outros equipamentos de segurança recomendados na aplicação do veneno, praticamente inexistem, o que acarreta um contato com o agrotóxico ainda mais direto, levando o agricultor a absorver altas doses desses produtos, que são expelidos na forma de suor, de vômito e nos excrementos fecais. Além disso, no tocante ao descarte da embalagem, cem por cento das famílias entrevistadas utilizam práticas inadequadas, vinte e quatro famílias declararam enterrar as embalagens, dezenove famílias incineram, vinte famílias jogam a céu aberto, uma família armazena em depósito, seis não responderam e vinte e sete não utilizam. Esse dado demonstra um alto potencial de contaminação de rios, solo, ar, vegetação e nascentes do assentamento.

Durante os trabalhos de campo, vários camponeses destacaram as consequências danosas nas suas vidas pelo uso de agrotóxicos, relatando uma série de doenças degenerativas acarretadas por esses produtos, conforme apresentamos a seguir:

Eu cortei duas horas de trator; e plantei o feijão, quando a gente planta o feijão, começa a sair um negocinho que tem que chama cochonilha, aí quando eu plantei o feijão, quando o feijão vai saindo ela já começa, aí o que é que a gente faz? Tome veneno, bota numa bomba de pulverizar, e começa aguando, eu fumava na época, aí eu começava a pulverizar de manhã, ao meio dia, toda hora, eu não podia ver uma praguinha no feijão

que eu já estava lá com a bomba, e eu fumava... Aí quando foi uma vez, chegou Arnaldo, “rapaz você é doido? Você não sabe nem o que está fazendo! Além de você está se envenenando aí, ainda mais com esse cigarro na boca? Não pode não! Resultado, quando foi com poucos dias começou com um problema, com uma dor no meu estomago, rapaz... Que problema foi esse? Era uma fraqueza nas pernas, nos braços, era aquele negócio ruim, aí eu pensei agora eu vou morrer... eu passei mais de dois meses doente, doente mesmo, saía só arroteava a barraca, ficava aquele molenengo véi, aí pronto, foi que eu fui para João Pessoa, eu disse logo ao doutor o que eu tava sentindo, o doutor passou um negócio lá para eu tomar, um negócio ruim da bexiga, aí eu comecei tomando e fiquei mais melhorzinho. Aí desse dia para cá, não consegui mais trabalhar com o veneno. (Relato de Nicácio).

Algumas esposas relataram que seus maridos abandonaram o uso de agrotóxico porque perceberam o processo de envenenamento, pois após a aplicação do veneno, até mesmo a respiração da pessoa da família que aplicava (geralmente o pai) ficava com o cheiro do produto, as fezes também demonstravam sinal de contaminação, pelo odor semelhante ao do produto aplicado.

Teve uma vez que ele chegou de noite, aí se acordou-se de noite e foi para o banheiro, aí ele ficou sem saber aonde era a porta. Aí eu me acordei e disse “O que é que tu tem?”, “Eu não sei aonde é a porta não”. Ele tava com uma coisa ruim, com uma vontade de vomitar, e desde essa época, de lá para cá, nem eu deixei ele trabalhar e nem tampouco a gente também aguava. (Relato de Dona Marluce falando de seu marido).

Uma das entrevistadas, que teve o marido falecido por causa do agrotóxico, nos contou que ele o utilizava sem nenhuma proteção. “Ele colocava a bomba nas costas e aquele veneno escorria por seus braços”. Com o passar do tempo ele perdeu os movimentos dos membros superiores e o processo degenerativo o levou ao falecimento. A causa da morte desse assentado não foi associada ao uso de agrotóxico no atestado de óbito, pois geralmente são descritas as patologias desencadeadas pela doença e não a doença em si, o que provavelmente diminui as estatísticas de morte pelo uso de agrotóxico.

Dentre as famílias que utilizam agrotóxicos e já tiveram complicações na saúde em decorrência do uso de venenos, mas mesmo assim não deixaram de

aplicá-los na sua lavoura, algumas declararam que às vezes pagam a pessoas de outras famílias para aplicarem o veneno, como demonstra o relato de uma senhora por nós entrevistada: “a gente paga um menino daqui pra botar o veneno, porque o marido da minha menina se sente bem não, quando aplica o veneno fica com tontura, aí ele não aplica não”.

Dessa forma, a não utilização do veneno quase sempre parte de uma decisão consciente da família de não querer mais sofrer as consequências danosas. Em geral, a decisão é tomada quando algum membro da família apresenta sintomas graves. Cientes dos riscos a que estão submetidos, decidem recorrer a outras formas de controle de pragas.

Nós deixou de botar veneno, nossa lavoura é tudo natural, toda boa, sem veneno, nem banana, nem no maracujá, é por isso que o maracujá é pequeno, porque ninguém agoua com veneno, mamão ta aí e ninguém agoua com veneno. (Relato de Seu Alfredo).

Através das pesquisas de campo, observamos várias técnicas de manejo e controle de pragas que seguem os princípios agroecológicos, como por exemplo, o cultivo do Nim, planta que é considerada um repelente natural e também pode ser empregado como cerca viva. Verificamos ainda a utilização da manipueira, líquido proveniente da mandioca que possui a capacidade de controlar fungos, formigas, lagartas e outros insetos. Além disso, também é utilizado um preparado de cal, sulfato de cobre e água, conhecido como calda bordalesa, e ainda a urina da vaca, dentre outras técnicas de controle e manejo.

Essas saídas encontradas são alternativas da construção agroecológica, que congregam reaproveitamento com criatividade, fazendo com que procedimentos simples e de baixo custo deem resultados positivos.

Dentre essas saídas, destacamos a realização do artesanato por um grupo de mulheres do assentamento APASA, denominado de “Traçados de Pitimbu”, pois, apesar de ser uma iniciativa anterior à Feira Agroecológica Paraibana, além de ser um grupo independente, que participa de outras atividades não relacionadas à feirinha, incorpora em sua execução uma série de princípios e práticas totalmente relacionadas à agroecologia.

Esse trabalho ganhou maior projeção no ano de 2002, quando o artesanato da mestra Zefinha, que fazia galinhas com a palha do coqueiro, foi

apresentado em Brasília e passou a ser apoiado pelo programa Artesanato Solidário. No início, vinte e quatro pessoas participavam do projeto na cidade de Pitimbu, porém a falta de um retorno financeiro regular impossibilitou a permanência da maior parte dos integrantes, chegando a restar apenas oito pessoas.

Através de anúncio em carro de som, foi realizado o convite para os assentados do APASA integrarem o projeto. Dezesete mulheres do APASA aceitaram o convite e passaram a compor os Traçados de Pitimbu, formando um grupo de vinte e cinco pessoas com as oito que já integravam o projeto.

As dificuldades começaram a surgir quando as artesãs da cidade de Pitimbu exigiram um aumento da produtividade das artesãs do APASA. Outro agravante foi a forma de locomoção, pois como as artesãs se deslocavam para a cidade de Pitimbu utilizando o transporte escolar, com o crescimento do número de estudantes, o espaço passou a ser insuficiente para transportar a todos.

Essas dificuldades levaram a separação das artesãs, que se dividiram em dois grupos, uma parte trabalha na cidade de Pitimbu e outra parte no assentamento.

Atualmente, dezesseis mulheres do APASA integram o artesanato “Traçados de Pitimbu”, coordenado pela assentada Maria das Neves da Cruz. Elas se reúnem uma vez por mês para discutir o projeto. Por cada encomenda é depositado 30% do valor recebido. Com esse dinheiro elas compram cola, arame, facão, verniz, pagam pela retirada do cangaço na entressafra e pagam despesas com viagens, cursos etc. As encomendas são divididas por valor, de forma que todas as integrantes recebem uma quantia semelhante pelas peças construídas. Dona Neves relatou como funciona o trabalho do grupo de mulheres do assentamento APASA, e também como é realizada a comercialização:

O trabalho é da fibra do coco, a gente tira essa fibra de dentro da folha do coqueiro, da parte mais grossa que a gente chama de cangaço, a gente pega uma tampinha da lata de leite, fura com a agulha de costurar, depois de passar, para tirar todas as camadas é que a gente começa a tecer. É um produto que tem muito valor no comércio, o pessoal gosta muito, compra muito, tem durabilidade, a gente tem vendido bastante né, agora mesmo a gente mandou cento e setenta peças para São Paulo, no mês de novembro, para Artesol, temos vendido em vários lugares, Brasília, tem Minas Gerais, e vendo também aqui em casa, a gente também vende em casa, pro

assentamento, para João Pessoa. Agora em janeiro nós fomos convidadas para o Jangada Clube, onde a gente vai expor lá, e tem nos dado uma renda para a família né? Trabalha aqui na minha casa eu e minhas quatro filhas, o rapaz agora que está começando a aprender, ele também já faz alguma peça. Já ganha algum dinheiro também da peça. Com essa fibra a gente faz abajur, flores, frutas, animais, guirlandas, anjos, sinos, brincos.

O trabalho realizado através dos “Trançados de Pitimbu” agrega características como baixo custo de produção, reaproveitamento de material, geração mínima de resíduos e melhoria da renda familiar. Colabora ainda com a socialização e organização das mulheres do assentamento que integram o projeto, tornando essa atividade um fator de destaque na produção agroecológica da feirinha.

Todavia, várias são as dificuldades relatadas pelas artesãs, como a precariedade da confecção da fibra, que é tratada com uma tampa de lata de leite, processo demorado e bastante cansativo. Além disso, até a comercialização final nos grandes centros urbanos, o valor da mercadoria sofre uma inflação significativa, cujo lucro auferido fica concentrado, sobretudo, nos comerciantes finais da mercadoria, cabendo as artesãs a menor parte no valor do produto.

As mulheres que integram a feirinha desenvolvem outras atividades para complementação de renda, como a confecção de bordados, crochês, fuxicos e pintura em tecidos, dentre outros, sendo os trançados da fibra do coqueiro, o artesanato de maior destaque e elevado grau de aperfeiçoamento.

A busca de alternativas que visam ao aumento da renda através do reaproveitamento e da criatividade está presente no cotidiano das mulheres que integram a feirinha, que, de forma geral, possuem uma participação efetiva nas diversas atividades do assentamento.

Dentre as alternativas desenvolvidas no decorrer da construção da agroecologia, duas receitas foram criadas e adaptadas para comercialização na feirinha, o doce de coco, e o beiju, duas receitas tradicionais que tiveram os ingredientes modificados para diminuir o desperdício na produção da farinha de mandioca e da tapioca, produtos que sempre são comercializados na feirinha.

No caso do doce de coco, a ideia partiu da camponesa Criseuda, que resolveu reaproveitar o material que utiliza para fazer o leite de coco, que costuma gerar uma espécie de bagaço, oriundo do coco moído. Criseuda deu o seguinte relato:

Eu queria fazer uma cocada com menos açúcar, porque às vezes as pessoas reclamam que está muito doce, aí eu errei o ponto e a cocada ficou mole, mas eu trouxe para vender assim mesmo, e o pessoal gostou, aí eu resolvi fazer do bagaço do coco, que sobra do leite para fazer a pamonha e de outras coisas, e eu coloquei menos açúcar, e ficou bom, eu achei interessante, porque nem o bagaço a gente perde mais. (Relato de Criseuda).

Outra camponesa da feirinha, Iolanda, decidiu reaproveitar a mandioca que sobra da fabricação da farinha para utilizar na produção da massa do beiju, comida típica da região Nordeste, vendida na feirinha como lanche. O bagaço da mandioca que anteriormente ia ser jogado no lixo, agora é a principal matéria prima na produção do beiju.

Seu Nequinho, para amadurecer a banana, ao invés de utilizar o carbureto²⁹, utiliza o maracujá, conforme descrito no relato a seguir:

Esse tambor aqui eu coloco cerca de dez maracujás e quinhentas bananas, então ele leva um tempo em torno de vinte e quatro horas para amadurecer essas quinhentas bananas, não pode passar disso, porque senão amadurece demais, então a banana vai chegar lá na feira, é para o consumidor toda caindo a palma, ela tem que ir para o consumidor toda firme na base. (Relato de Seu Nequinho).

Saídas como essas, encontradas por Criseuda, por Iolanda, e por Nequino, fazem parte do processo de construção agroecológica, como também da própria consolidação da família para permanecer na terra, aonde cotidianamente diferentes estratégias de sobrevivência vão sendo desenvolvidas, na perspectiva de garantir uma maior segurança à família camponesa.

A busca para permanecer na agroecologia, acontece também a partir da troca de saberes entre os camponeses da feirinha, que, em geral compartilham as experiências adquiridas e coletivamente tentam aperfeiçoar o processo produtivo.

A coletividade na construção agroecológica acontece em vários momentos, desde as atividades cotidianas ligadas à execução da feira, até aquelas

²⁹ Carbureto é qualquer composto binário de carbono e outro elemento; carbetto; carboneto. (FERREIRA, 2004)

que envolvem agricultores de outros municípios, Estados e países, através de encontros, congressos, treinamentos, dentre outras atividades que visam fortalecer o processo de construção agroecológica. A articulação entre essas várias instâncias em que a agroecologia é praticada, forma redes capazes de fortalecer territórios, construindo ricos espaços de troca de saberes.

CAPÍTULO III: AGROECOLOGIA E TERRITÓRIOS-REDE EM CONSTRUÇÃO

3.1 Saberes e sabores da agroecologia: informação e comunicação na construção das novas territorialidades

Ao longo desse trabalho, procuramos analisar o processo de formação de uma nova territorialidade, tendo como foco de análise as práticas agroecológicas como um elemento indispensável dessa construção territorial, onde averiguamos os diferentes problemas e as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos sujeitos sociais estudados e que exercem a territorialidade em destaque.

Nesse sentido, observamos que essa nova territorialidade, analisada sob o viés da agroecologia, corresponde a um processo que deflagra o caráter diverso e ao mesmo tempo complexo dessa construção, onde o território passa a se constituir de maneira a se relacionar com outros espaços, em movimentos que tendem tanto a territorializar, como a desterritorializar as bases econômicas, políticas, sociais e culturais do assentamento.

Da mesma forma que existem movimentos que colaboram para o fortalecimento e consolidação da agroecologia, como uma estratégia de construção territorial, existem movimentos que se opõem a esse avanço.

Para compreender essa dinâmica, utilizamos o conceito de territórios-rede, no sentido de elucidar os movimentos concretos e simbólicos que atuam na construção dessa nova territorialidade. Nesse sentido, a dinâmica principal que evidenciaremos nesse processo é a realização da Feira Agroecológica do Bessa, na perspectiva da relação campo-cidade³⁰ que se estabelece na concretização dessa atividade e das práticas coletivas da construção da agroecologia, efetivadas através de reuniões, eventos, intercâmbios e capacitações que fazem parte do universo camponês no aprendizado sobre a agroecologia.

³⁰ Cf. SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Através da análise de territórios-rede percebemos que o alcance das práticas agroecológicas realizadas no assentamento APASA não se restringe aos limites que demarcam a área desse assentamento rural, uma vez que, durante as reuniões (Encontros, capacitações, intercâmbios) e nas Feiras Agroecológicas esses limites são transpostos e ganham novos espaços.

A construção de redes pelos movimentos sociais, pela sociedade civil organizada e organizações não governamentais, representa um poderoso recurso para organizar, informar e fortalecer iniciativas, pois permite uma maior integração entre espaços que estão aparentemente desconectados. De acordo com Doimo (*et al*, 2007, p. 113):

As redes de participação podem ser definidas como mecanismos horizontais de interlocução e de articulação, cujos 'elos básicos', ou 'fios', se tecem com base no reconhecimento da interpessoalidade presente nas relações, isto é, na identificação com 'o outro' pelo senso de pertencimento a um mesmo campo de significações. Daí decorre a confiança estabelecida entre seus integrantes no processo de trocas de informações, bens e conteúdos.

Nesse contexto, compreender a formação desses espaços de interlocução e articulação permite visualizar a agroecologia em diversas escalas, percebendo sua distribuição espacial em lugares próximos e distantes ao mesmo tempo em que observamos como esses espaços se articulam para fortalecer as práticas agroecológicas.

Todavia, cabe destacar que esse alcance ocorre de forma singular, no sentido da agroecologia não possuir influência direta na vida de todos os camponeses que residem no assentamento APASA e também na de todos os moradores da cidade, e ainda possuir significado diverso para aqueles que integram o projeto.

Essa característica presente na experiência agroecológica do assentamento APASA leva-nos a compreender que no caminhar da construção de uma nova territorialidade existem redes que colaboram para a consolidação dessa experiência, ao mesmo tempo em que, dialeticamente outras redes dificultam esse processo, conforme analisa Haesbaert (2004, p. 281):

Assim, como uma maior carga imaterial, ou, mais propriamente, combinando de forma muito mais complexa o material e o imaterial, as redes contemporâneas, enquanto componentes do processo de territorialização, configuram territórios dês-contínuos, fragmentados, superpostos, bastante distintos da territorialização dominante na chamada modernidade clássica.

Dessa forma, a construção de novas territorialidades não se restringe a ideia de limite presente nas análises mais tradicionais dadas ao território, uma vez que aquilo que está em movimento também pode ser visto como territorialidade. Segundo Haesbaert (2004), quando analisa o papel das redes na construção territorial, os fluxos que por ela circulam podem fortalecer a unidade ou integração de um território e concomitantemente realizar o processo inverso. O referido autor afirma que:

A característica mais importante das redes é seu efeito concomitantemente territorializador e desterritorializador, o que faz com que os fluxos que por elas circulam tenham um efeito que pode ser ora de sustentação, mais “interno” ou construtor de territórios, ora de desestruturação, mais, “externos” ou desarticulador de territórios. (HAESBAERT, 2004, p. 294).

Nesse sentido, observamos simultaneamente a existência de ações colaboradoras do fortalecimento e da consolidação das famílias camponeses no assentamento APASA e ações enfraquecedoras desse movimento. Para exemplificar essa realidade, podemos destacar a proximidade da Feira Agroecológica do Bessa com grandes redes de supermercado, que por venderem produtos orgânicos, atuam como desterritorializadoras da agroecologia.

Analisando esse aspecto da rede e sua interferência nos territórios, Santos, M. (2004, p. 278), afirma que:

As redes são, pois, ao mesmo tempo, concentradoras e dispersadoras, condutoras de forças centrípetas e de forças centrífugas. É comum, aliás, que a mesma matriz funcione em duplo sentido. Os vetores que asseguram à distância a presença de uma grande empresa são, para esta centrípetos, e, para muitas atividades preexistentes no lugar de seu impacto, agem como fatores centrífugos. Mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da

ordem e desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros.

Destacamos ainda que, a ação desterritorializante pode advir da própria condição social e organizacional do grupo de assentados envolvidos com a agroecologia. A falta de recursos viabilizadores de boas condições na cidade, como: local apropriado para comercialização dos produtos, transporte de pessoas e mercadorias, divulgação da feira, dentre outros, influem no processo de constituição territorial da agroecologia na cidade, pois são suportes que podem definir os aspectos colaboradores para a conquista almejada através da interação entre campo e cidade, agroecologia e qualidade de vida.

Através dessas observações, destacamos que não são poucos os desafios enfrentados pelos camponeses para permanecerem no projeto de uma agricultura mais limpa. Constatamos ainda que esse processo é lento, e exige paciência e dedicação de toda a família envolvida. Além desses desafios de cunho pessoal e coletivo, também se destaca um desafio de ordem territorial. O movimento que define a afirmação do processo agroecológico sofre, simultaneamente, forças, ou poderes, que permitem aos camponeses transmitir sua prática e assim se territorializar, como também coage esses mesmos agricultores a se enfraquecerem, e, desse modo, impedir que se reapropriem de uma relação mais aproximada com a natureza e com os demais cidadãos.

Nesse sentido, a construção coletiva representa uma arma para o camponês enfrentar as adversidades e se fortalecer através da troca de saberes e dos debates políticos, onde juntos discutem formas de melhorar a produção agroecológica e também a sua vida na agricultura.

Na experiência em pauta, vários momentos são destinados a essa construção, por exemplo, nas reuniões semanais no assentamento, nas reuniões após a realização de cada feira, nas reuniões mensais com todos os produtores agroecológicos da Zona da Mata Paraibana, nas reuniões extraordinárias, com órgãos do Governo, Universidades e ONGs, nas reuniões com a CPT e ainda nos diversos eventos realizados com a finalidade de discutir essa temática.

A dinâmica desses encontros é de uma riqueza extraordinária, e a organicidade do movimento exige um amplo envolvimento por parte de todos os integrantes do projeto, desde os camponeses, passando pela assistência técnica até os apoios mais eventuais.

Procuramos ao longo da pesquisa participar de vários desses momentos, o que exigiu uma grande atenção com datas e localizações, visto que a maioria dos eventos é promovido por movimentos sociais, ONGs, pela CPT, possuindo uma divulgação muito interna e também, em geral, um controle do público participante.

Um desses eventos ocorreu entre 08 e 10 de maio de 2006, denominado de IV Encontro Paraibano de Agroecologia –EPA, realizado no município de Lagoa Seca, na Paraíba. A participação nesse evento foi de grande importância para a pesquisa, uma vez que se destinou prioritariamente a agricultores, movimentos sociais, organizações não governamentais e técnicos agrícolas.

No EPA dialogamos com dezenas de agricultores que trabalham com a agroecologia na Paraíba e pudemos ouvir vários relatos sobre a forma de produção agroecológica e o processo de transição para esse sistema.

A participação nesse evento permitiu-nos ainda enxergar a expressividade da agroecologia no estado da Paraíba, e constatar que esse movimento encontra-se presente desde a mesorregião da Zona da Mata até o Alto Sertão. O envolvimento direto de movimentos sociais e ONGs é um interessante ponto a se destacar, uma vez que eles apoiam a agroecologia e são parceiros desses camponeses em diversas experiências.

Os relatos dos agricultores, através da dinâmica denominada por eles de “carrossel”, que consiste em grupos de participantes que passam de sala em sala e assistem a depoimentos, possibilitaram-nos conhecer realidades bastante diferenciadas do Estado, como o desastre ambiental causado pela introdução da espécie Algaroba no Sertão, a extração desmesurada de minério em Picuí, as doenças degenerativas pelo uso do agrotóxico no Agreste Paraibano e as condições precárias de trabalho dos boias-frias nos canaviais da Mata Paraibana. Vale ressaltar que essas experiências foram apresentadas pelos sujeitos sociais que vivenciaram essas realidades, participando da destruição e sendo também destruídos. Esses mesmos expositores destacaram a importância em suas vidas para a transição agroecológica, concretizada em vários projetos que estão sendo desenvolvidos, de maneira geral, de forma bem sucedida.

O objetivo dos relatos realizados pelos camponeses consistia na troca de experiências e na necessidade de refletir sobre as políticas agrícolas realizadas no Estado da Paraíba, analisando seus objetivos e os efeitos da implantação dessas políticas.

Vários depoimentos foram relatados, dentre eles, destacamos alguns exemplos emblemáticos de política agrícola mal sucedida e descomprometida com a melhoria da qualidade de vida, como o caso de um camponês, que no início da década de 1980 recebeu orientações para cultivar capim buffel³¹ em sua propriedade, localizada no município de Santo André, na Paraíba. Esse camponês contou que sua intenção era plantar outra forragem, todavia o banco exigiu que ele plantasse o capim buffel, anos mais tarde a sua propriedade encontrava-se em uma situação de grave degradação, e a retirada da mata para o plantio do capim causou grande erosão e empobrecimento do solo.

Outro camponês relatou que também teve grandes prejuízos. Explicou-nos que aderiu a um projeto de reflorestamento para o plantio de Algaroba³² em sua propriedade, localizada no município de Soledade, todavia, a planta não se adaptou, agravando o quadro de desmatamento e de solo exposto. O processo de erosão foi tão acentuado que a área onde havia a Algaroba perdeu drasticamente a fertilidade do solo, impossibilitando o cultivo de todos os tipos de lavoura.

A Algaroba foi introduzida no semiárido nordestino, no início da década de 1940, através de políticas de crédito agrícola. Pelo fato de ser uma espécie de uso múltiplo, capaz de produzir lenha, madeira, forragem, dentre outros produtos, foi propalada como sendo uma saída para estagnação econômica do Sertão. Todavia, sua introdução não foi acompanhada de um manejo adequado, o que resultou numa grande disseminação da espécie e como consequência, trouxe uma série de complicações, desde perda da fertilidade do solo e erosão, à diminuição da biodiversidade da Caatinga.

Camponeses moradores do município de Lagoa Seca relataram os males que sofreram a partir do uso de agrotóxicos nas lavouras. Um deles contou que, por falta de informação, aplicava o agrotóxico sem tomar nenhuma precaução, chegando até mesmo a misturar o produto diluído na água com as próprias mãos, o que ocasionou uma série de doenças, chegando a gerar uma atrofia nos membros superiores, além de várias doenças de pele.

Posteriormente às dificuldades apresentadas, os camponeses relataram o processo de transição para a agroecologia e o impacto disso em suas vidas. Os relatos ocorreram tanto no momento dos debates, como também em feiras

³¹ Planta forrageira adaptada as condições semiáridas.

³² Espécie exótica de origem indefinida, que ocorre em regiões áridas e semi-áridas dos continentes Asiático, Africano e Americano. (PEGADO, 2006, p.888).

organizadas no próprio evento, onde havia venda de vários produtos agroecológicos e distribuição de boletins informativos sobre projetos desenvolvidos na Paraíba.

Esses momentos são bastante relevantes na formação de redes que fortificam a construção agroecológica, pois são ocasiões em que circulam importantes informações que revelam diferentes significados dessas práticas no campo, que através da troca de experiências revelam diferentes aspectos relacionados à agroecologia.

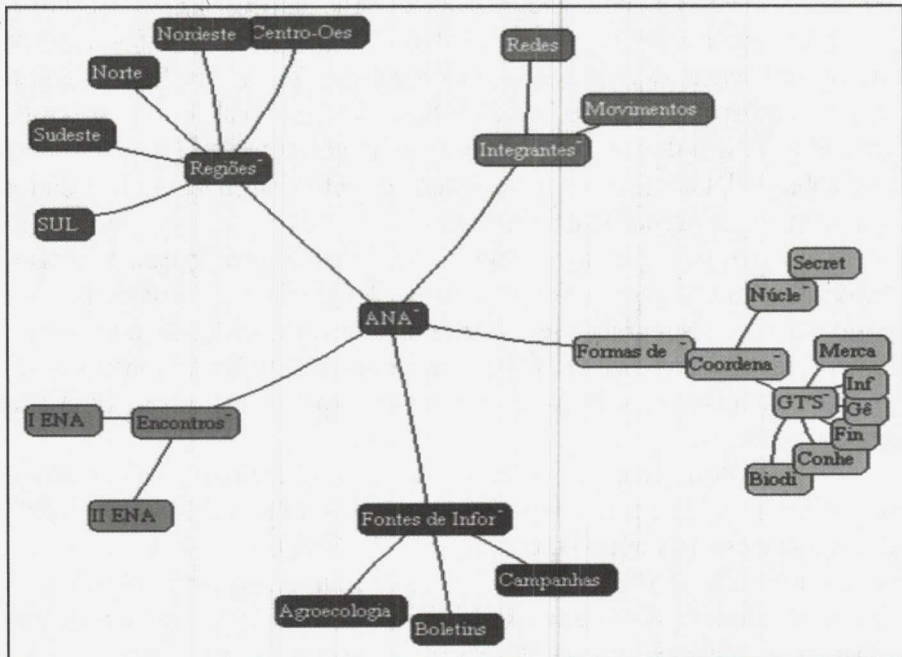
Cabe destacar que há uma hierarquia na organização dos eventos destinados à construção agroecológica. Primeiramente, os eventos ocorrem no nível local, são as reuniões realizadas no final das feiras, as reuniões semanais dos grupos que participam desse processo, e as reuniões mensais, com apoios, gestores e parceiros. Essas ocasiões são destinadas à discussão de temas ligados ao cotidiano, como as problemáticas vivenciadas na execução da feira e ainda as possíveis melhorias da produção e comercialização agroecológica. Também são discutidos temas que interferem na dinâmica do grupo, mesmo que não diretamente relacionados a eles, como a instalação de Políticas Públicas, gestão pública municipal, estadual e federal, e ainda debates veiculados nos meios de comunicação, que despertam o interesse camponês, como as discussões sobre biocombustível, transgênicos, multinacionais do setor alimentício, dentre outros assuntos correlacionados ao universo agrícola.

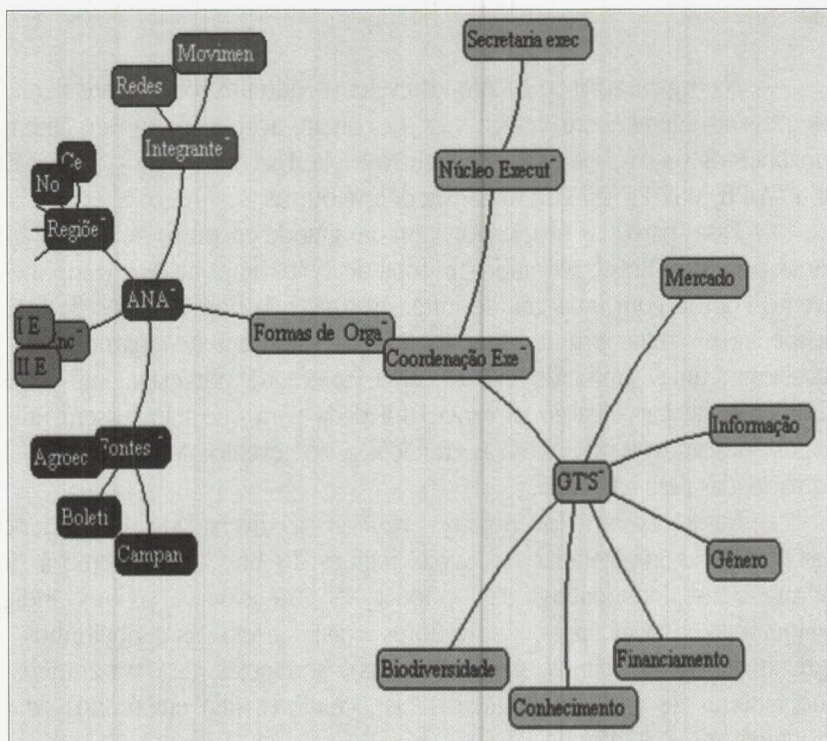
Os grupos que participam desses movimentos integram debates regionais sobre a agroecologia, através de eventos e intercâmbios, e posteriormente esses grupos se encontram em eventos nacionais, que reúnem camponeses de todo o Brasil na perspectiva de trocar experiências e informações, promovendo debates políticos e críticos de temas relevantes na construção agroecológica.

A própria dinâmica organizacional dos promotores dos eventos e reuniões é pensada em redes hierarquicamente constituídas, todavia, é válido destacar que essa hierarquia ocorre do ponto de vista de aperfeiçoar a realização dessas atividades, não significando, portanto, que existe uma subordinação desses eventos. A Articulação Nacional de Agroecologia, organização que congrega os diferentes movimentos sociais e organizações não governamentais que trabalham com a agroecologia, define-se da seguinte forma:

Articulação Nacional de Agroecologia é um espaço de articulação entre movimentos e organizações da sociedade civil envolvidos em experiências concretas de promoção da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável nas diferentes regiões do Brasil. Busca promover a agroecologia como alternativa para a sustentabilidade da produção familiar (respeitando sua grande diversidade de culturas e modos de vida) e como parte de um novo modelo de desenvolvimento ecológico e democrático para a sociedade brasileira. (ANA, 2005)

A filosofia dessa organização é pensada em rede, onde entidades se encontram interligadas de forma articulada em todas as regiões do Brasil, através de eventos e de grupos de trabalho que discutem eixos temáticos específicos, que convergem para o mesmo caminho, o da construção de redes de agroecologia, conforme verificamos na Figura 3:





Tivemos a oportunidade de participar de um evento nacional que congregou camponeses de todo o Brasil, o II Encontro Nacional de Agroecologia - ENA, realizado no período entre 02 e 06 de junho de 2006, na cidade de Recife - PE. Esse evento foi apoiado por uma grande quantidade de instituições, desde o governo federal, através dos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além da Companhia Nacional de Abastecimento e do Projeto Dom Helder Câmara, até o governo local, via Governo do Estado de Pernambuco, Prefeitura do Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal Rural de Pernambuco, além das agências de cooperação, como a ACTION AID, AVSF / CICDA, CAFOD, CCFD, CESE, CORDAID, CRISTIAN, AID, Desenvolvimento e Paz, EED, ELO, Fundação Heifer, Fundação Konrad Adenauer, GTZ, HBS - Fundação Henrich Böll, MISEREOR, NOVIB, OXFAM, PPM, PÃO PARA O MUNDO³³, sendo patrocinado pela PETROBRÁS, SEBRAE e BNB.

³³ Essas organizações são entidades não governamentais nacionais e internacionais.

Na organização do evento, esteve envolvido um contingente significativo de pessoas, geralmente integrantes de organizações não governamentais e movimentos sociais, membros do Centro Sabiá, Diaconia, Fase – NE, CEPAC-PI, AS-PTA/PB, MST-PE - VIA CAMPESINA, dentre outros.

Essas parcerias proporcionaram um grande encontro de camponeses de várias partes do Brasil, reunindo um total de 1730 camponeses e camponesas. O evento contou com uma grande infraestrutura, não houve custos de inscrição, hospedagem, transporte e alimentação para nenhum dos participantes, que receberam uma camisa do evento, uma caneca de porcelana, um boné e o certificado de participação. A caneca foi dada para que não fossem utilizados copos descartáveis durante as refeições do evento, que também foram patrocinadas pelo encontro.

Nesse evento foi possível verificar a diversidade de experiências agroecológicas implantadas nas várias regiões do Brasil, bem como a riqueza cultural das identidades das populações tradicionais, como indígenas, quilombolas, faxinalenses, pescadores (as) artesanais, ribeirinhos (as), agricultores (as) urbanos, geraizeiros (as), sertanejos (as), vazanteiros (as), quebradeiras de coco, caatingueiros (as), criadores (as) em fundos de pasto, seringueiros (as) e caiçaras.

Além disso, a escassa presença de pesquisadores, professores e estudantes de universidades e centros de pesquisa era significativa, sendo importante registrar a desconfiança com que essa parcela do evento foi recebida. A universidade foi acusada várias vezes de produzir conhecimento apenas para o capital, além de suas teorias serem pouco efetivas na prática.

A dinâmica do evento foi expressivamente oposta a eventos acadêmicos tradicionais. Havia uma feira com vários *standers*, expondo produtos de cada região do Brasil, animada por músicas, apresentações, comidas típicas, muitas trocas de ideias e conhecimentos. No momento das mesas de debate, a participação dos camponeses era intensa, formavam-se filas de 20 a 30 pessoas, que queriam dar o seu depoimento, expressar seu apoio a agroecologia ou simplesmente protestar.

Durante o II ENA, além da troca de conhecimento de experiências agroecológicas, ocorridas em vários momentos, nas feiras e oficinas, a discussão política da agroecologia também esteve presente durante todo o tempo, em debates acalorados sobre o agronegócio e a política de desenvolvimento nacional,

alvos de severas críticas que culminaram em uma carta política e uma manifestação pública na cidade do Recife, através de uma passeata, que encerrou o evento.

A Carta Política do II ENA sintetiza os principais temas debatidos no encontro, bem como os dilemas e anseios de centenas de camponeses que participaram das discussões. Na Carta, foi enumerada uma série de propostas e reivindicações, conforme explicitado no trecho a seguir:

- Aprovação da Proposta de Emenda Constitucional que prevê a expropriação de áreas onde ocorre o trabalho escravo;
- Revogação da MP 2027/2000, que impede vistoria de áreas ocupadas;
- Revisão imediata dos índices de produtividade para efeitos de desapropriação das terras;
- Regulamentação da exigência de cumprimento integral da função social da propriedade (nas dimensões ambiental, econômica e da legalidade do trabalho);
- Titulação imediata das terras de quilombo, demarcação e homologação das terras indígenas;
- Preservação dos babaquais e outros ecossistemas manejados e garantia de direitos para as populações agroextrativistas;
- Preservação das terras indígenas e dos territórios das populações tradicionais e seu reconhecimento como territórios agroecológicos;
- Reconhecimento e regularização de formas particulares de apropriação e uso da terra dos faxinalenses, criadores de fundo de pasto, ribeirinhos, pescadores do litoral, geraizeiros, vazanteiros, caiçaras e outros segmentos de populações tradicionais, compatibilizando as legislações fundiária e ambiental;
- Respeito aos direitos das populações locais que vivem dentro ou no entorno das Unidades de Conservação, assegurando a sua participação na gestão dessas Unidades e nos processos de decisão sobre a criação de novas unidades;
- Estabelecimento do limite máximo da propriedade agrária;
- Garantia efetiva ao exercício do direito das mulheres à terra nos assentamentos rurais (titulação conjunta e cadastro). (Carta Política do II ENA)

Através dessas reivindicações, percebemos que para esses camponeses a agroecologia não está ligada apenas à produção de alimentos sem agrotóxicos, mas sobretudo, a questões políticas, econômicas, sociais e culturais das

problemáticas agrárias, visando de fato uma construção diferenciada da relação sociedade natureza, conforme percebemos no trecho a seguir:

A construção da agroecologia tem sido realizada pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo e suas organizações na contracorrente das orientações do Estado dominadas pelos interesses do agronegócio. Apesar da instituição recente de políticas específicas favorecedoras do desenvolvimento da produção familiar agroecológica, a política macroeconômica em geral e as políticas agrícola e agrária em particular permanecem voltadas para a expansão do modelo do agronegócio exportador. (Carta Política, II ENA)

A efervescência política verificada nos debates promovidos pelos camponeses e agentes mediadores demonstra a grande dinâmica e organicidade dos movimentos sociais e organizações não governamentais envolvidos com a questão da terra no Brasil.

Além do encontro regional e nacional sobre agroecologia, participamos ainda de vários encontros locais promovidos pela CPT, para discutir temáticas diretamente relacionadas com as Feiras Agroecológicas da Zona da Mata Paraibana. As Feiras Agroecológicas acontecem em vários municípios do Estado da Paraíba, que se reúnem a partir de suas mesorregiões. Acompanhamos as reuniões das Feiras Agroecológicas da Zona da Mata nos anos de 2006 e 2007.

No período de 23 a 24 de julho de 2006, ocorreu o II Encontro das Feiras Agroecológicas da Zona da Mata Paraibana, realizado na cidade de João Pessoa. A partir desse evento, foi possível registrar os depoimentos de vários camponeses integrantes da Ecosul, onde eles declararam as maiores dificuldades enfrentadas, bem como algumas superações. Das dificuldades vivenciadas por eles foram destacadas: a falta de água na parcela de cultivo; o transporte das mercadorias para a cidade, por conta das estradas esburacadas; a falta de adubo para a produção; a sobra de produtos no final da feira; a falta de divulgação; as pragas nas lavouras; a falta de equipamentos como a balança e o acesso a crédito para a produção. Dentre as melhorias, eles destacaram: o transporte conseguido (micro-ônibus da prefeitura de Pitimbu que transporta parte dos integrantes para o bairro do Bessa em João Pessoa); aprovação de projeto “Terra para quê te quero”,

edital MDA/MCT-CT-AGRO-CNPq 022/2004, desenvolvido pela UFPB³⁴; construção de um galpão; permanência dos apoios.

No ano de 2007, participamos do III Encontro das Feiras Agroecológicas da Zona da Mata Paraibana. Numa sala com cadeiras dispostas de forma circular os camponeses se reuniram para dar início a dois dias de debates e reflexões acerca da agroecologia, da luta pela terra e da permanência nela. A atividade iniciou-se com uma cerimônia mística, conduzida pela Comissão Pastoral da Terra.

No centro da sala foram estendidas duas bandeiras, uma do Brasil e outra da Via Campesina, ao lado delas, uma cabaça³⁵ contendo água, um recipiente contendo terra e uma vela acesa. Esses objetos junto com o ar representavam os quatro elementos da terra: água, ar, fogo e terra. A partir da leitura do primeiro capítulo do livro de Gênesis, da Bíblia Sagrada, os camponeses fizeram circular entre eles esses objetos e cada um deles manifestou-se a respeito do significado de cada um daqueles elementos.

Comumente, fizeram referência à importância desses elementos nas suas vidas, a água muitas vezes foi associada à irrigação, o fogo foi relacionado a queimadas e à destruição, mas foi o elemento terra que despertou maiores declarações, através de frases como “dela tiro o sustento da minha família”, “precisamos cuidar da terra”, “a terra é a nossa casa”, “mãe terra”, dentre outras frases, que iam revelando a sua importância no modo de vida camponês.

A mística esteve presente em todos esses eventos que participamos, revelando a importância que as dimensões mais simbólicas possuem no fortalecimento da luta camponesa. Através da mística os camponeses revigoram suas ideologias e utopias. De acordo com Silva e Vecchio (2006, p. 376):

A Mística é uma representação teatral onde a temática é sempre a vida dos militantes. Os rituais místicos só podem ser encenados por sujeitos que compõem a organização. O principal objetivo é conscientizar os que atuam

³⁴ Esse projeto foi destinado ao fortalecimento da agroecologia, através de práticas educativas calcadas na interdisciplinaridade e no diálogo, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Ferreira Rodrigues. As informações referentes a esse projeto encontram-se disponíveis no seguinte endereço: <http://www.geociencias.ufpb.br/logepa/arquivos/ct-agro2004.htm>

³⁵ Fruto da árvore Trepadeira Cucurbitácea, popularmente conhecida como cabaceira. Seu fruto é grande, oco e de casca muito dura, dele se fazem vasos, cuias, e diversos artesanatos. Fonte: (FERREIRA, 2004).

e os que assistem, para que se reconheçam enquanto sujeitos construtores da própria realidade.

Nesse contexto, a realização da mística cria uma atmosfera diferenciada, em que os indivíduos presentes interagem com os cinco sentidos, o tato, o paladar, o olfato, a audição e a visão. Essa atmosfera criada a partir da mística estimula a percepção dos elementos da natureza, e das diferentes dimensões que ligam o homem à terra.

Esses momentos representam uma construção coletiva da agroecologia, em que esses camponeses fortalecem a construção territorial do assentamento como um lugar de vida com dignidade. Nesse sentido, os territórios-rede caracterizam-se por fluxos materiais e simbólicos que convergem para a territorialização da agroecologia.

Os camponeses que participam frequentemente dessas atividades desenvolvem uma visão simbólica e política da agroecologia, passando a enxergá-la não apenas como uma forma de agricultura, mas como uma maneira de se antepor aos processos hegemônicos de concentração do conhecimento e da riqueza e também como uma forma de construir novas relações com a natureza que os cerca.

Durante o III Encontro das Feiras Agroecológicas da Zona da Mata Paraibana, no momento em que se debatia sobre a produção de biodiesel, a reunião foi interrompida por uma informação recebida via telefonema para uma das lideranças da CPT, tratava-se de uma proposta do Sebrae, para a produção de girassol em áreas de assentamento rural. Nesse momento, os camponeses debatiam sobre as problemáticas advindas da substituição de culturas alimentares por monoculturas, como a cana-de-açúcar, destacando a vulnerabilidade a que se submetiam quando utilizam a sua terra para esse tipo de plantio.

O fato dos camponeses estarem discutindo essa problemática, a partir de um grupo que possui uma proposta coletiva de vida, cujas preocupações vão além das questões econômicas, dificulta a adesão a projetos agrícolas não coerentes com a proposta agroecológica e conseqüentemente, ao modelo hegemônico de agricultura.

Dessa forma, percebemos que a participação camponesa nessas atividades, junto a movimentos sociais, organizações não governamentais, dentre outros, proporciona para os envolvidos nesse processo, a formação de uma perspectiva política sobre o papel da agricultura na sociedade. A discussão sobre

temas como segurança alimentar, soberania alimentar, *commodities*, transgênicos, mecanização da agricultura, suscita novos olhares sobre os significados desses termos e a consequência deles para a sociedade.

No caso do campesinato estudado, verificamos que eles passam a enxergar para além da dimensão do lugar e as dimensões mais globais começam a ser consideradas nas escolhas cotidianas que regem as suas vidas, como por exemplo, a adesão ou não a uma determinada Política Pública ou financiamento bancário.

Dessa forma, os camponeses percebem o local interligado com o global, como expressa Santos, M. (2005, p. 170) “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”.

É importante destacarmos a atuação das organizações não governamentais e dos movimentos sociais, pois eles atuam como um forte apoio e participam de todas as etapas desenvolvidas pelos camponeses. Ressaltamos também que existem diferenças na atuação e concepção desenvolvidas por essas diferentes instâncias.

No caso da CPT especificamente, vimos que a sua atuação no assentamento estudado ocorre desde o período de luta pela terra, sendo por isso, suas ações de grande relevância para os camponeses estudados. A credibilidade que a CPT possui, advém dos vários anos que acompanha e apoia os camponeses.

Durante os trabalhos de campo, vários camponeses destacaram a importância da CPT em suas experiências. Afirmaram que enxergavam na CPT uma instância com a qual sempre podem contar, em qualquer momento, por isso possuem muita confiança e credibilidade nos seus integrantes.

É relevante pontuarmos, que apesar da forte influência exercida por essa entidade, observamos que existe uma autonomia do grupo de camponeses que integram a Feira Agroecológica do Bessa. As discussões internas e decisões tomadas por eles, nem sempre transcorrem a partir de direcionamentos da CPT.

As parcerias realizadas com organismos governamentais e instituições de ensino também colaboram para a concretização e fortalecimento das redes agroecológicas. No caso da Feira Agroecológica do Bessa, ocorrem parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Universidade Federal da Paraíba, a Pastoral dos Migrantes, o SEBRAE, a Cáritas Arquidiocesana, dentre outros.

Dentre os apoios destacados, participamos do projeto de extensão universitária “Terra para quê te quero”³⁶. A extensão universitária teve importante papel na construção da pesquisa, pois nos proporcionou o convívio mais aproximado com os camponeses, e também dos apoios, como a CPT, além disso, facilitou a nossa participação nos eventos citados, permitindo-nos coletar um significativo aporte de dados, imagens (vídeos e fotografias).

Por alguns momentos estivemos não apenas na qualidade de pesquisadores de uma área de estudo, mas também como colegas de trabalho, acompanhando com proximidade as dificuldades enfrentadas. As conversas informais, distantes dos gravadores utilizados nas entrevistas, foram importantes nas revelações de aspectos até então despercebidos.

Apesar das facilidades desencadeadas pelo convívio via projeto de extensão, por alguns momentos, essa proximidade gerou tensões resultantes dos conflitos entre universidade e camponeses, nesses momentos tememos que a pesquisa fosse prejudicada, por isso tentamos nos afastar das situações mais conflituosas. Os acontecimentos dessa natureza colaboraram para a elaboração de novas reflexões, que contribuíram para o desenvolvimento das análises aqui desenvolvidas.

Observamos que as parcerias e apoios ao projeto da agroecologia desenvolvido pelos camponeses são muito relevantes para sua concretização, pois a partir do estabelecimento dessas redes é possível desenvolver mecanismos que atuam no sentido de fortalecer essa experiência.

Ao longo da pesquisa acompanhamos várias intervenções dessa natureza, através da implantação de projetos pilotos no assentamento estudado. Esses trabalhos nem sempre se desenvolveram da forma como esperado, um exemplo disso foi a implantação de minhocários de fundo de quintal, como elucidamos no capítulo anterior. Todavia, mesmo não sendo possível alcançar os resultados esperados, de forma geral, os impactos foram positivos, no sentido de suscitar o debate em torno de algumas problemáticas e gerar uma reflexão sobre as práticas agroecológicas.

Dentre outros projetos implantados, destacamos a horta de fundo de quintal, resultado de uma parceria dos camponeses com a CPT e com a Cáritas. Nesse projeto, a proposta foi facilitar o cuidado da horta, visto que ela exige

³⁶ Esse projeto foi financiado pelo CNPq edital CT-Agro/MCT/MDA/CNPq nº 022/2004 em parceria com a UFPB, sob coordenação da Prof^ª Dr^ª Maria de Fátima Ferreira Rodrigues.

trabalho diário e a distância da agrovila para as parcelas de cultivo pode dificultar esse trabalho.

Para facilitar a irrigação da horta, foi construída uma cisterna dentro do quintal, que facilita bastante a vida dos camponeses, conforme percebemos no relato a seguir:

A irrigação da nossa horta fundo de quintal foi uma parceria que nós fizemos com a Cáritas, aí ela construiu essa cisterna, e é daqui que a gente consegue irrigar nossa horta. E se não fosse essa cisterna nós não teríamos a horta aqui não porque a dificuldade para a água é muito grande. (Relato de Zé Baiano)

Além da construção da cisterna, também foi construído um minhocário no quintal de um dos camponeses que integram a Feira, todavia o minhocário foi destruído, pois o camponês não se adaptou à produção do húmus, preferindo a aplicação do esterco de galinha.

Em entrevista realizada com o técnico agrícola da CPT, Luis Sena, que acompanha as Feiras Agroecológicas do Litoral Paraibano, quando indagamos sobre essa questão, ele afirmou que:

O esterco de galinha obtém um maior uso por conta da distância e da fácil aplicação. Além disso, a quantidade necessária é menor do que, por exemplo, a de outros insumos, como esterco de gado. Nós recomendamos que seja utilizado como compostagem, ou seja, sem aplicação direta, mas os camponeses ainda utilizam o excremento da galinha diretamente no solo, uma prática que não concordamos e trabalhamos no sentido de evitar essa prática. (Relato do Técnico Agrícola Luiz Sena)

O transporte de mercadorias constituía-se em um problema para a realização da feira, pois os camponeses precisavam contratar um frete, pago por uma taxa cobrada a todos os integrantes. Além do custo do frete, outra dificuldade referia-se à incerteza da contratação do veículo, que de certa forma, colocava em risco a realização da feira. Na tentativa de solucionar essa dificuldade, os técnicos agrícolas Luis Sena e Flávio Brito encaminharam um projeto para a SDT/MDA, em parceria com a Secretaria de Agricultura do Estado da Paraíba, através do qual se tornou possível a aquisição do veículo.

Essa aquisição gerou grande satisfação para os integrantes da feirinha, conforme explicitamos no relato a seguir:

O caminhão foi a coisa melhor que aconteceu para nós, depois que a gente começou nessa feira faz cinco anos, ninguém sabe quantos carros a gente ocupou para levar essas mercadorias todo sábado. (Relato de Seu Alfredo)

Durante os trabalhos de campo, observamos que outros camponeses demonstraram interesse em participar da feira depois da aquisição do caminhão, visto que o mesmo materializa uma conquista almejada por muitos produtores rurais, todavia, constatamos que a ampliação da feira não está no objetivo dos atuais integrantes.

Quando indagamos sobre a possibilidade de ingresso de outros camponeses nesse processo, as respostas foram semelhantes. Alguns camponeses afirmaram que a inclusão de novos participantes só poderia ocorrer caso o novo interessado oferecesse produtos que não são comercializados na feirinha, outros ainda sugeriram a criação de uma outra feira, para agregar os novos participantes, houve quem afirmasse a falta de adequação às normas da feira como um empecilho para a agregação de novos camponeses. Vejamos a seguir alguns relatos sobre essa questão:

Essa feira, a tendência dela é crescer, a gente só não deixa as pessoas se entrosar demais por conta do orgânico, porque nem todo mundo que cumprir as regras, isso aí, é o que nós temos medo de está infiltrando as pessoas, para que depois a gente não venha ter decepção com os novatos, inclusive já entrou, mas não tem aquele espaço todo, porque as pessoas não gostam de cumprir as regras, ninguém quer ter prejuízo, se a gente achar pessoas que realmente queiram trazer produtos orgânicos, é preciso cativar muito, ensinar muito, tudo o que nós fazemos aqui. (Relato de Criseuda)

É mais fácil sair do que entrar, porque cada vez que entram pessoas novas não está acompanhando o processo que a gente vem, fica difícil, a gente só vai ter dor de cabeça e o grupo ali, só aquele pouquinho é mais fácil da gente controlar. (Relato de Iolanda)

A chegada do caminhão gerou uma discussão em torno dessa problemática, visto que esse fato despertou o interesse de novos camponeses, sobretudo daqueles que já cultivam sem o uso do agrotóxico, mas que continuam comercializando a produção aos atravessadores.

Percebemos ainda a existência do sentimento de pertencimento ao grupo por parte dos camponeses envolvidos, que se orgulham de terem se engajado nesse projeto e acreditado na produção agroecológica. Dessa forma, cada conquista realizada possui um significado muito particular para cada um deles.

No caso do caminhão em especial, até conseguirem concretizar essa conquista decorreram-se dois anos, pois a burocracia e má ingerência dos órgãos responsáveis tornaram o processo demorado e dificultoso. Antes da chegada do caminhão, indagamos aos camponeses sobre a perspectiva em relação ao recebimento do veículo, e com frequência ouvimos relatos de descrédito, onde os camponeses afirmavam que só acreditariam quando estivessem com o transporte sob sua responsabilidade.

A demora na entrega do veículo mobilizou todos os apoios a pressionarem os órgãos competentes, os técnicos agrícolas da CPT com frequência cobravam soluções para os inúmeros problemas burocráticos que surgiam. A entrega do caminhão só se realizou após ocupação dos camponeses no pátio do MDA onde estava guardado o caminhão.

O protesto realizado pelos camponeses pressionou os órgãos competentes e em algumas semanas o veículo foi finalmente liberado e entregue em ato solene, onde estavam presentes diversas autoridades ligadas aos órgãos de assistência aos pequenos produtores, os apoios, os parceiros e os camponeses.

A existência de apoios à agroecologia ocorre simultaneamente aos processos que tendem a enfraquecer essa iniciativa. Dessa forma, ao mesmo tempo em que políticas de incentivo são disponibilizadas para fortalecer classes sociais como o campesinato estudado, também se disponibilizam incentivos para outros projetos, como aqueles destinados ao agronegócio, onde o montante de recursos liberados para a execução desses projetos é, de forma geral, significativamente maior, e ainda há uma melhor agilidade e eficiência na liberação dessas verbas

Um caso emblemático que elucida claramente essa questão, diz respeito ao projeto “Agricultura Orgânica e Feira Agroecológica como estratégias de complementação de renda em Assentamentos Rurais da Zona da Mata Paraibana” aprovado pela “Petrobrás Fome Zero: desenvolvimento com cidadania”, para o incentivo à produção agroecológica no assentamento APASA³⁷.

Essas questões advêm da má ingerência administrativa dos diversos órgãos envolvidos, que não possuem de fato comprometimento com a construção da agroecologia. No caso específico da Petrobrás, mesmo com uma política voltada para o desenvolvimento social e ambiental da sociedade brasileira, as preocupações estão mais vinculadas ao fortalecimento de sua imagem no mercado mundial, onde essas ações são importantes para demonstrar a responsabilidade social da empresa, valorizando, por exemplo, suas ações no mercado da bolsa de valores.

Podemos tecer essas análises mediante comparação com outros projetos que possuem parceria com a Petrobrás, desenvolvidos pelas universidades e destinados a pesquisas tecnológicas para exploração do petróleo, onde verificamos uma grande rapidez na liberação dos recursos e também um investimento abissalmente maior do que aquele destinado aos projetos sociais.

Dessa forma, percebemos que a criação de redes no fortalecimento de novas territorialidades, a partir da formação de uma teia complexa de interesses, ocorre em distintas escalas de atuação e comporta um quadro diversificado dos agentes que a integram, cabendo aos camponeses o papel de discernir a partir de suas escolhas, o estabelecimento de redes que realmente fortificam a construção de novas territorialidades, sendo fundamental nesse processo o desenvolvimento de uma visão política e crítica da realidade que as cercam.

³⁷ Este projeto é coordenado pela Prof^ª. Dr^ª. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues e após aprovado enfrentou dois anos de burocracias e problemáticas. Primeiro a instituição proponente, UFPB, estava inadimplente com o INSS e a Petrobrás não pode repassar o recurso; depois a própria UFPB repassou a gestão do projeto para a FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA – FUNAPE, mas essa fundação estava passando por um processo de reestruturação. A mudança de gestores, por três vezes consecutivas, resultou em atrasos na compra de equipamentos e na contratação de serviços imprescindíveis a realização do projeto.

O avanço da agroecologia nessa direção pode fortalecer os territórios-rede que contribuem no fortalecimento de novas territorialidades camponesas, conforme demonstramos na Figura 4:

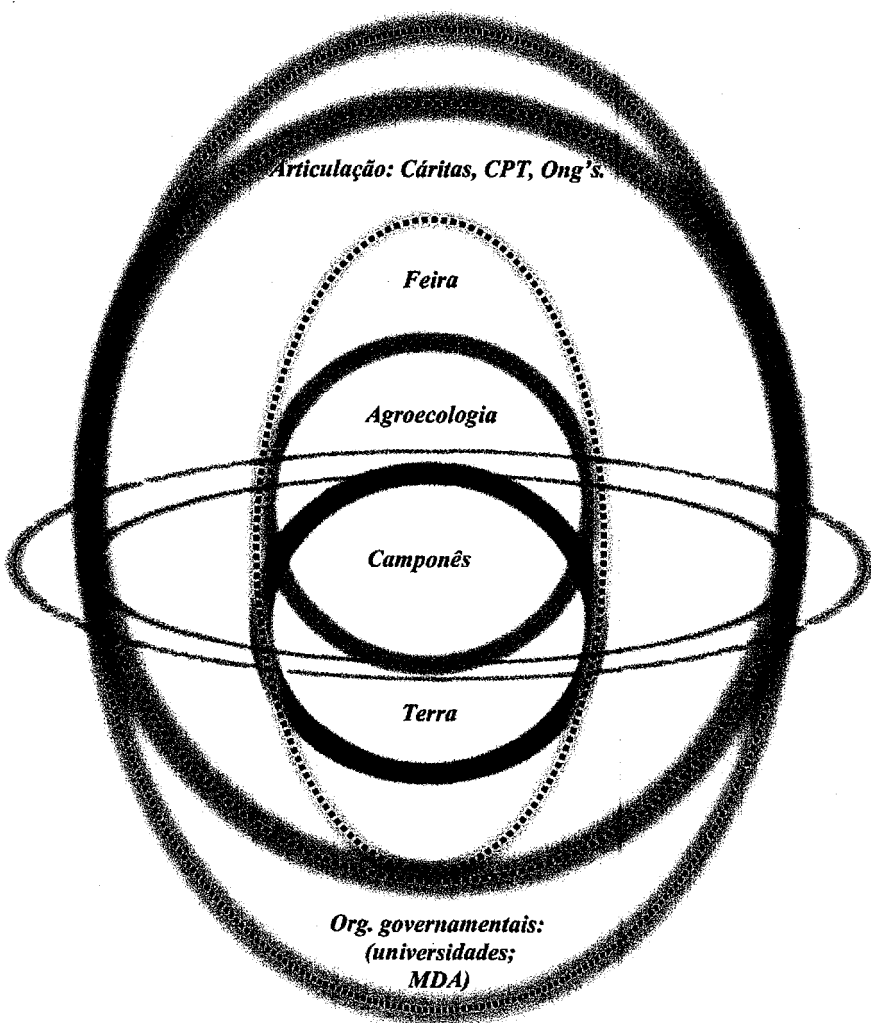


Figura 4: Redes da Agroecologia do Assentamento APASA.

A Figura 4 apresenta territórios-rede fortalecedores da agroecologia no âmbito do campesinato. A conquista da terra, o sentimento e o desejo de nela permanecer marcam o projeto da Feira Agroecológica, que formam uma unidade (terra, camponês, agroecologia). O projeto da Feira, por sua vez, integra um processo de resistência mais amplo, articulado principalmente pela Cáritas e pela CPT. Nesse sentido, na construção dessa rede, os movimentos sociais são centrais, cuos territórios-rede resultam da ação do sujeito social camponês, que num processo de resistência busca possibilidades de recriação de sua própria condição e existência. A procura por visibilidade e por parceiros é crucial e marca essa trajetória, onde os camponeses realizam diversas iniciativas, como projetos, parcerias e integrações.

A existência desses territórios-rede da agroecologia no Assentamento APASA demonstra o que Santos, M. (2004) classifica como níveis de solidariedade através das redes, que são: o nível mundial, o território dos Estados e o nível local.

O lugar é a terceira totalidade, onde fragmentos de rede ganham dimensão única e socialmente concreta, graças a ocorrência, na contigüidade, de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário, que é fruto da diversidade e num acontecer repetitivo, que não exclui a surpresa. (SANTOS, M. 2004, p. 270)

Representamos essa dimensão concreta através dos círculos que representam a terra, o camponês e a agroecologia, a partir dos quais podemos verificar as diversas redes que confluem como forças centrípetas da formação de novas territorialidades, que não deixam de sofrer influências de outras redes, contrárias a esse movimento, coexistindo dialética e diacronicamente.

3.2 A Feira Agroecológica do Bessa: territórios-rede na construção de novas territorialidades

A análise da Feira Agroecológica do Bessa colabora para compreensão da organização da agroecologia no Assentamento APASA, pois permite elucidar práticas determinantes para continuidade do projeto da agroecologia e, em que medida, elas colaboram para a construção de uma nova territorialidade.

Esse processo congrega diferentes dinâmicas e, no caso da relação campo-cidade, oriunda dessa construção, destacamos o papel desempenhado pelas redes formadas a partir da realização semanal da Feira Agroecológica do Bessa. Nesse sentido, concordamos com Dias (2007, p. 23), quando afirma que:

[...] a idéia de rede certamente ilumina um aspecto importante da realidade – chama a atenção para a complexidade das interações espaciais, resultantes do conjunto de ações desencadeadas em lugares mais ou menos longínquos. Assim, a rede representa um dos recortes espaciais possíveis para compreender a organização do espaço contemporâneo.

A rede analisada forma-se a partir da ligação entre nós no assentamento APASA e na cidade de João Pessoa. Através dessa rede circula um fluxo material e simbólico, pois além de pessoas e mercadorias, circulam ainda informações de ordem estética e uma série de características imateriais.

Como afirma Raffestin (1993), a rede é móvel e inacabada, material e imaterial, abstrata e concreta, características que podemos observar na Feira Agroecológica do Bessa, através das atividades desempenhadas para a sua realização.

Semanalmente, os camponeses trabalham para a concretização dessa rede, em que observamos, através dos trabalhos de campo, a organização e dinâmica que a materializa. Percebemos que, ligados a essa materialização existe um emaranhado de fluxos, que vai desde a participação dos camponeses nos movimentos ligados à agroecologia até a produção agroecológica cotidiana nas parcelas do assentamento.

Todavia, de maneira mais específica, a dinâmica para a concretização da Feira, no sentido da mobilização coletiva, ocorre de maneira mais intensa no dia anterior a sua realização, no caso, nas sextas-feiras, quando observamos uma série de atividades desempenhada para possibilitar a comercialização aos sábados na cidade de João Pessoa.

A sexta-feira é um dia de intenso trabalho para os camponeses da feirinha, em atividades que envolvem toda a família, como colheita da produção nos roçados, transporte das mercadorias para a agrovila no assentamento, beneficiamento de produtos, dentre outras tarefas.

As atividades iniciam-se ao raiar do sol, quando o caminhão, dirigido por um integrante da feirinha, começa a passar em cada parcela para recolher as

mercadorias. O trabalho começa cedo por causa da distância entre as parcelas e também porque os caminhos são íngremes e esburacados, tornando a atividade demorada. Além disso, o recolhimento da maior parte da produção não pode ser feito em dias anteriores, pela necessidade de conservar as mercadorias frescas para a sua comercialização na feira.

A ordem da passagem do caminhão e o horário são acordados durante a semana, assim, quando o caminhão passa em cada parcela, os camponeses já estão aguardando. Quando o veículo chega, a mercadoria geralmente já está embalada e pronta para ser levada, algumas vezes, ela é colhida na hora, como na retirada de alguns cachos de coco, ou de banana.

Há ainda uma divisão de gênero nessa atividade, desempenhada predominantemente pelos homens. Durante o trabalho de campo, não observamos nenhuma mulher nos roçados organizando a produção a ser comercializada, em geral, estavam presentes os chefes de família e os seus filhos.

Apesar de ser uma atividade que exige grande força física, essa característica sozinha não explica essa divisão, pois observamos a presença de jovens que ainda não possuem força física suficiente para desempenhar essas atividades.

Podemos descrever um momento do trabalho de campo que elucida bem essa afirmativa. Durante o carregamento do caminhão, numa parcela onde havia vários sacos de coco, pesando cada um aproximadamente cinquenta a sessenta quilos, os filhos dos camponeses titulares da parcela realizavam o transporte até o caminhão, entre eles, estavam presentes os referidos jovens, que ajudavam os mais velhos a transportar os sacos. Alguns deles transportaram sozinhos um desses sacos, mas fizeram um esforço muito grande para não caírem e nem derrubarem o saco, enquanto eram incentivados pelos mais velhos, que desafiavam, em tom de brincadeira, a capacidade dos mais jovens para realizar essa atividade. Quando conseguiram finalmente colocar o saco sobre o caminhão, mostraram-se bastante satisfeitos.

Já começa a anoitecer quando o caminhão chega ao final do trajeto, onde os últimos camponeses aguardam para carregar a mercadoria. Os produtos contidos no caminhão são descarregados em um terraço improvisado de uma pequena barraca na Agrovila. Isso é feito porque durante o carregamento, os produtos são dispostos de forma desorganizada, e por essa razão, ocupam muito

espaço na carroceria. Para que toda mercadoria a ser transportada caiba, é preciso que seja descarregada e organizada novamente.

O transporte e o descarregamento de mercadorias encerram uma etapa da realização da feirinha, mas para os camponeses o descanso ainda não será possível, pois, outras atividades imprescindíveis para o seu funcionamento desenrolam-se noite adentro. Agora, são as mulheres que desempenham a maior parte das atividades, preparando as iguarias que serão vendidas na feirinha. Na cozinha dos lares do Assentamento, ajudadas geralmente por suas filhas, preparam beijos, cocadas, bolos de macaxeira, pés-de-moleque, pastéis, tapiocas, dentre outras comidas típicas. Além disso, cozinham o alimento que será consumido pelos camponeses no horário do almoço, o feijão, a macaxeira, a carne guisada, o arroz e o ponche³⁸.

A divisão do trabalho a partir do gênero no assentamento APASA, nos permite observar que, a formação de novas territorialidades é imbuída de símbolos e significados expressos no cotidiano camponês. Nesse sentido, percebemos que as parcelas do assentamento apresentam uma territorialidade mais masculina, enquanto as casas da Agrovila constituem-se territorialidades mais femininas.

Essas apropriações simbólicas e concretas de territórios de trabalho, numa trama de relações que se confundem no emaranhado das redes hierarquicamente constituídas no interior do assentamento, se estendem a redes mais externas, como a rede entre o assentamento APASA e a cidade de João Pessoa.

Existem ainda atividades que reúnem toda a família. Pai, mãe, filhos e agregados debulham juntos o feijão verde, ensacam e pesam a goma da tapioca, embalam a farinha de mandioca, limpam e selecionam os produtos, organizam as mercadorias nas caixas cuidadosamente para que não sejam amassadas e, enfim, terminam o conjunto de atividades que darão início a um novo dia de trabalho no sábado.

Ao fim da jornada, os camponeses descansam por algumas horas, todavia, nem sempre esse repouso é possível, pois, algumas vezes, para conseguirem concluir essas atividades, necessitam trabalhar durante toda a noite.

³⁸ Ponche: refresco de frutas. (FERREIRA, 2004)

Na calma da madrugada, as famílias camponesas preparam-se para o longo dia que se inicia. Reúnem-se no local onde está a mercadoria e começam a organizar o carregamento. Os homens mobilizam-se nessa tarefa, enquanto uma parte deles leva os produtos para o caminhão, a outra recebe e distribui os produtos na carroceria. As mulheres e crianças aguardam pacientemente a chegada do micro-ônibus que levará os camponeses para a cidade.

Entre duas e três horas da madrugada, os camponeses partem rumo à cidade de João Pessoa, pela Rodovia Estadual PB008. O caminho não possui iluminação e a estrada é esburacada e mal sinalizada. Aproximadamente uma hora depois, os camponeses chegam ao destino final. Ainda não amanheceu na cidade e, exceto pelo barulho das casas de diversão e dos carros que cruzam a Avenida Argemiro de Figueiredo, o silêncio é absoluto.

A princípio, as primeiras feiras ocorreram na Av. Nilo Peçanha, uma avenida próxima a Av. Argemiro de Figueiredo. Nesse período, feirantes que não integravam o projeto da agroecologia (inclusive camponeses do Assentamento APASA) começaram a aproveitar o movimento do lugar escolhido para venderem suas mercadorias, por essa razão, os camponeses da feirinha resolveram procurar um novo ponto.

A partir desse relato podemos perceber a importância da identidade agroecológica para o grupo estudado, uma vez que esses camponeses decidiram deixar um ponto de boa circulação de pessoas e veículos para diferenciarem a sua produção e o seu projeto de agricultura. O novo lugar escolhido para a realização da feira foi uma casa, pertencente à Igreja Católica, onde existe uma infraestrutura adequada, contendo um galpão para guardar o material da feira, banheiro, e ainda um espaço para repouso dos camponeses. Nesse momento o grupo vive uma situação de crise pois a casa foi vendida e eles estão à procura de um lugar para instalar a feira.

A Feira Agroecológica do Bessa constitui-se em um nó na cidade de João Pessoa, que se liga diretamente aos nós representados pelos pontos de produção agroecológica no Assentamento APASA, formando uma rede que colabora para a construção da territorialidade camponesa estudada.

O trabalho de campo demonstrou-nos que a existência da rede entre o Assentamento APASA e a cidade de João Pessoa, através da Feira Agroecológica do Bessa, vincula-se a bases materiais e imateriais que possibilitam a sua concretização e que essas bases congregam uma organização específica,

interligada a uma série de atividades desempenhada cotidianamente pelos camponeses.

As bases materiais constituem-se através dos objetos necessários para a realização da feira, desde a produção agroecológica, como sementes, adubos, defensivos naturais, enxadas e a própria terra, até os itens necessários para a realização da feira propriamente dita, como barracas, balanças, roupas padronizadas, caminhão, dentre outros.

As bases imateriais são formadas por diversos elementos, como por exemplo, as informações sobre a agroecologia, que circulam através dos eventos organizados para discussão do tema, da assistência técnica, através da comunicação entre camponeses que compartilham suas experiências e trocam saberes entre si, além de elementos simbólicos, presentes nas relações socialmente estabelecidas, nas práticas culturais, dentre outros.

Procuramos observar a produção dos camponeses nos roçados do assentamento e, também, que aspectos da agroecologia se destacam para cada camponês, ou seja, quais os significados presentes na escolha em integrar um projeto dessa natureza, e quais as implicações dessa escolha. Nesse sentido, os relatos dos camponeses foram bastante elucidativos, demonstrando que a agroecologia para o grupo estudado possui significações bastante complexas.

Uma das questões destacadas com muita ênfase pelos camponeses diz respeito ao fato de não precisarem mais vender a sua produção para os atravessadores, realidade muito vivenciada nos assentamentos rurais e que aufere drasticamente a renda familiar camponesa e representa um entrave para a conquista de uma vida mais digna.

Essa questão se relaciona com as características da produção camponesa, no tocante à circulação da produção. Oliveira (1996), apoiado em Marx, afirma que a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista está no movimento de circulação, a produção camponesa ocorre sob a lógica M-D-M, enquanto que a produção capitalista ocorre sob a lógica D-M-D'.

No sistema M-D-M, a magnitude da mercadoria trocada pode variar, ou seja, ela não é correspondente, significando que a mercadoria adquirida pode ter um valor maior ou menor do que a mercadoria vendida. Essa relação pode resultar em acúmulo ou perda de dinheiro para o camponês. No caso do APASA, verificamos que em geral, há uma perda de dinheiro na circulação da mercadoria.

Os relatos de Seu Manoel de Sousa Olegário, conhecido como irmão Nequinho, Seu Francisco Paulo dos Santos, conhecido como Pelé, e de Seu Antonio Bernardo de Lira, integrantes da feirinha, ratificam essa afirmação:

Aqui embaixo, no começo da minha parcela, eu tenho o maracujá, o mamão, tenho a graviola e acerola e uma importância de 1000 pés de cará, o santo mel, para atender os consumidores de lá do Bessa, mais cedo, onde o ano passado inclusive eu não tinha, e esse ano, graças a Deus, preveni um pouco mais cedo, e eu vou ter. Produzindo e então levando para o Bessa, é melhor para gente porque nós temos toda semana nossa renda, e passando diretamente para o atravessador, como aconteceu aqui muitas vezes, a gente pagamos o preço, foi difícil para nós, muita maçada para receber e a gente vendendo pela metade do preço e lá o negócio é totalmente diferente. Aqui a gente pegando o nosso produto, sem agrotóxico, levando diretamente ao consumidor, e não tem empecilho nenhum, é uma benção. (Relato de Irmão Nequinho)

Antigamente tinha uma preocupação muito grande, porque a gente trabalhava, mas o produto da gente era vendido lá embaixo o preço, a gente chegou a vender inhame aqui de um real e cinquenta a arroba, quinze quilos de inhame por um real e cinquenta, isso é até da pessoa dizer e não acreditar, mas isso aconteceu aqui, todo mundo que é daqui sabe. E depois que foi criada essa feira foi uma saída para gente porque o atravessador não tem o direito de botar a mão num produto meu. (Relato de Seu Pelé)

Na minha parcela eu produzo feijão verde, maracujá, batata doce, inhame, maracujá. A renda melhorou, passei a não usar mais agrotóxico. E também tinha o problema do atravessador, às vezes pagava, às vezes não pagava. (Relato de Seu Antonio)

A supressão do atravessador permite que o camponês desfrute mais dos resultados do trabalho familiar, uma vez que sua renda em produto não é diretamente expropriada. Assim, a conquista da terra através da Reforma Agrária ganha efetivamente um novo significado, pois ocorre, de fato, uma mudança nas relações de trabalho da família camponesa envolvida com a comercialização direta de produtos agroecológicos. O relato do camponês Ronaldo Gomes da Costa, integrante da feirinha, demonstra essa mudança:

Eu produzo alface, coentro, pimentão, produzo também maniva de macaxeira, produzo acerola, banana, coco verde. Eu tenho uma sementeira de maracujá, pés de abacate, tem o coqueiro verde, tenho também a bananeira, tenho também os pés de acerola, tem mangueira também. O que mais mudou foi que eu sempre trabalhava para os outros, agora eu trabalho para mim e sempre eu vendo na Feira Agroecológica do Bessa, e o que mudou na minha vida foi isso. (Relato de Seu Ronaldo)

Além disso, a possibilidade desses camponeses irem à cidade vender a sua produção, para uma freguesia constante, proporciona um sentimento de autonomia e independência, resultando numa autovalorização do trabalho camponês, como destaca Seu Pelé:

Nós hoje sabemos valorizar o nosso produto, antigamente a gente não sabia. Tinha somente a mão-de-obra, o trabalho e na hora de colher, de pegar no real, aí não era com a gente, era com o atravessador, comprava pelo preço que ele queria, e a gente era obrigado a vender, porque não tinha um transporte que levasse a feira, não tinha onde vender. E depois que foi criada essa feira, a gente foi desenvolvendo com o tempo, aprendendo, hoje ta tudo melhorado, a gente conseguimos um caminhão, pelo governo federal, para levar nossos produtos, de qualquer maneira sempre só tem a melhorar. Hoje nós temos mais facilidade para comprar o adubo, fora aonde for. A melhoria da gente depois dessa feira, eu mesmo, melhorou 100%, do que era antes para agora. (Relato de Seu Pelé)

Outra característica relevante da produção agroecológica no Assentamento APASA refere-se à variedade dos produtos cultivados, onde observamos uma tentativa de diversificar a produção. Dessa forma, cultivos antes voltados exclusivamente para o feijão, o milho, a mandioca, o inhame e a batata, são incrementados por espécies frutíferas, legumes e hortaliças.

Mesmo que não atinjam à diversidade indicada pelos princípios agroecológicos, em que se recomenda uma grande variedade de espécies, os camponeses modificam hábitos, como de investir todo o recurso e trabalho familiar numa única cultura, realidade que a maioria deles já vivenciou e que também trouxe muitos prejuízos. O relato do vereador de Pitimbu, Josias José

Cândido, camponês integrante da feirinha, conhecido como irmão Nem, evidencia essa questão:

No momento em que eu comecei a trabalhar com hortaliça, eu trabalhava com 3, 4 ha, plantava macaxeira, plantava inhame e plantava maracujá também, só que, quando ia colher, tipo assim... colhia macaxeira, colhia tudo e não tinha mais para colher, então praticamente é uma colheita por ano, e aqui a gente colhe, toda semana a gente colhe, tipo assim... nós toda semana plantamos coentro, então toda semana nós temos coentro, enfim, todas as qualidades de hortaliça. Então quando eu trabalhava com as outras culturas, eu trabalhava muito e a renda era menos, e aqui a gente trabalha três famílias numa horta dessa aqui, dá menos de meia hectare, e aqui sai o sustento de três famílias, nós temos uma renda numa faixa de 1.000,00 a 1.200,00 reais, na feira já cheguei a apurar quase 400,00 reais, sendo que minha média é 280,00, 200,00, 320,00, então nós já chegamos a apurar nessa horta, 1.200,00 reais, então para mim mudou muito a forma de trabalhar, porque eu trabalhava vendia para o atravessador, se eu fosse colocar um trabalhador, não dava para eu pagar o trabalhador, então depois que eu comecei a trabalhar com hortaliça são três famílias trabalhando aqui dentro. Aí sai o sustento dessas três famílias dentro dessa hortazinha. Então nossa vida aqui mudou, trabalhamos sem defensivos, defensivos que agredem a natureza, então nossos defensivos são tudo natural, a irrigação que nós temos aqui, nem com motor a gente trabalha, a irrigação aqui é uma irrigação perene, temos dois poços, e essa irrigação ela vem por gravidade, então aqui é uma benção de Deus, aqui ninguém gasta dinheiro com água, nem com energia nem com nada, aqui é tudo natural mesmo, até a irrigação aqui é natural. (Relato de Irmão Nem)

O salário de vereador colaborou para o fortalecimento da diversidade e produtividade da horta, e ainda o baixo custo de irrigação, que não utiliza bombeamento e possui poços próprios. O maior custo de produção é a adubação, pois Seu Nem utiliza esterco de galinha, que custa entre mil e mil e duzentos reais o caminhão, além das sementes e do pagamento dos trabalhadores que ajudam no roçado.

A produção de verduras, legumes e hortaliças da parcela do Seu Nem corresponde ao maior volume e diversidade desses produtos na Feira Agroecológica do Bessa, cujo excedente já é vendido para outras feiras, como na

cidade de Pitimbu, e até mesmo no Assentamento APASA. É relevante destacarmos que a maioria dos camponeses do assentamento não cultiva esses produtos e o consumo de verduras pelos camponeses se restringe principalmente ao tomate, a pimentão, a coentro, à cebolinha e à alface, alimentos como rúcula, agrião, acelga, espinafre, manjeriço, rabanete, couve-flor, não estão presentes no cardápio cotidiano da maior parte das famílias do APASA, nem mesmo dos integrantes da feirinha. Durante os trabalhos de campo, quando indagamos sobre onde adquirem as verduras e legumes que consomem, afirmaram que compram na feira de Pitimbu ou na feira de Pedras de Fogo, e mais recentemente a Seu Nem ou sua esposa, Dona Etiene.

O bom resultado da produção de hortaliças de Seu Nem tem incentivado outros camponeses da feirinha a desenvolver esse tipo de cultura, como no caso de seu irmão, também integrante da feirinha, José Candido Neto, conhecido como Folha, que já foi coordenador da feira e relata que:

Eu trabalho com algumas frutas na minha parcela, que é sequeiro, eu tenho maracujá, caju, coco verde, coco seco, mangueira, e além disso daí eu trabalho também com hortaliças agroecológicas. Tá no início da produção agora, porque eu tinha parado um pouco, mas eu já tenho, em ponto de quase ir para feira, cebolinha, coentro, rúcula, agrião, tomate, pimentão, pepino, rabanete, alface, couve, brócolis. (Relato de Folha)

A diversificação da produção colabora para o fortalecimento da agroecologia no Assentamento APASA e também faz parte das estratégias adotadas pela própria organização da feira, pois os camponeses tentam variar a qualidade dos produtos levados, para que a feirinha possa oferecer diferentes mercadorias. Além disso, a diversificação faz parte da própria dinâmica da feira, pois quando o camponês cultiva um determinado produto, comercializado também por outros camponeses, mas com uma demanda de consumo na feirinha inferior à soma de todos esses produtos oferecidos, ele não consegue comercializar toda a mercadoria, vendendo o excedente para os atravessadores.

Algumas culturas, como inhame e macaxeira, que possuem produção superior à demanda da feira, geram excedentes comercializados aos atravessadores. A venda desses produtos dentro do assentamento é difícil, pois,

diferente do que acontece no caso da produção de hortaliças, a maior parte dos camponeses do assentamento cultivava esse tipo de produto.

Essa característica faz com que os camponeses tentem inovar e trazer novos produtos para feira. Um produto que não é vendido por nenhum integrante pode ser vendido em maior quantidade por aquele agricultor.

O relato de Seu Pelé demonstra bem essa afirmação:

A minha produção maior era mamão, quando comecei a feira lá do Bessa eu vendia trezentos quilos de mamão por feira, mas houve algumas modificações, o pessoal começou a plantar também, e eu tive de ter outras variedades de produtos, o pessoal começou a plantar mamão e eu comecei a plantar coqueiro, tou levando em média de cem, cento e cinquenta coco por semana, eu tenho macaxeira de primeira qualidade, eu levo inhame. Também eu gosto de criar as coisas, gosto de aparecer com novidade, comecei a matar um boi, fazer uma carne de sol, estou levando uma média de cem, cento e vinte quilos de carne de sol para o Bessa, sempre essa quantidade eu levo e fica lá, não trago não, porque graças a Deus eu tou vendendo bem. (Relato de Seu Pelé)

A iniciativa de vender carne na Feira Agroecológica do Bessa propiciou um significativo diferencial para Seu Pelé, pois a carne orgânica, comercializada em redes de supermercado há preços muito elevados, é comercializada na feirinha a preços equiparados ao das carnes comuns, fazendo com que seja bastante procurada, uma vez que alia alta qualidade e preço baixo. Seu Pelé orgulha-se da qualidade de sua carne, conforme percebemos no relato a seguir:

Quem faz a carne de sol sou eu mesmo, é tudo boi do pessoal daqui mesmo, daqui da região, os bois daqui eu conheço todos eles, então eu sei o processo da criação dos bois daqui. Você cria um boi aqui, quando ele vai para o abate ele tá com três anos, boi criado com tempo, criado comendo capim, é diferente dos produtos que tão dando por aí para o boi crescer, que antes de dois anos estão matando o boi, grande, desenvolve, só que a carne é de péssima qualidade, e as carnes do boi da gente aqui é de primeira qualidade, temos conhecimento e o povo da rua também tem porque vai comprando o produto e vai conhecendo a qualidade do produto, passa a confiar na pessoa, quando eu chego lá não tenho mais dificuldade nenhuma de vender. (Relato de Seu Pelé)

As iniciativas desenvolvidas na feirinha possuem resultados diferentes para cada camponês envolvido no projeto. Percebemos que existe uma variação de renda dentro do grupo, relacionada diretamente com a maior ou menor capacidade de investimento familiar e ainda com a organização e a administração do trabalho. Para algumas famílias, a renda retirada da Feira possibilita o sustento de todos, para outras a feira é uma complementação importante, mas não suficiente. De forma geral, mesmo que a renda alcançada não seja satisfatória, a supressão do atravessador torna o projeto uma boa saída para melhoria da renda, conforme explicitado nos relatos a seguir:

Mudou minha fonte de renda, porque eu tenho minha fonte de renda conforme o que eu levo para a feira para vender é que eu tenho, se eu levar tantas mercadorias, eu tenho cem reais, cento e cinquenta, cento e oitenta conforme o que eu levar para feira para vender, eu acho que para mim e para meus companheiros melhorou muito essa feira para nós. E a gente tem o nosso resultado da feira segura, e nós não vende pela metade, nem por menos da metade, pro atravessador que tem por aqui para comprar, porque ele só compra pela metade ou menos da metade, lá um quilo de farinha nós vende por um real, agora, e aqui para comprar é por quarenta centavos, menos da metade. (Relato de Seu Alfredo)

Hoje eu produzo feijão, macaxeira, batata, inhame, também produzo maracujá, eu também crio um gadozinho, e de lá para cá depois que eu tou nesse processo minha vida melhorou bastante, hoje eu tenho uma renda semanalmente em torno de 200 reais, 250, essa é a minha renda, melhorou a situação da minha família, no geral, ta entendendo? Conseguimos eliminar o atravessador, isso hoje aqui não existe mais, essa pessoa chamada atravessador, também o veneno a gente saiu 100%. (Relato de Dinho)

A junção de vários aspectos, como melhoria da renda, aumento da diversidade da produção, eliminação do atravessador e produção de alimentos limpos, torna o projeto da Feira Agroecológica do Bessa uma experiência repleta de significados para os camponeses envolvidos, que reconhecem a coletividade

do projeto como fundamental para alcançarem a organização necessária para concretizar a experiência, como verificamos no relato de Seu Heleno Bernado de Lira, membro da feirinha e atual coordenador:

Ter entrado nessa feira tem mudado a minha vida, a gente temos um nível de organização maior, porque a gente sozinho trabalhando sem nenhum tipo de organização, nós não temos assim uma maneira de plantar, uma maneira de produzir, uma maneira da gente poder comercializar, e hoje nós temos transporte, nós temos o espaço de vender, nós vendemos pelo preço justo e também produzimos um produto de qualidade, por isso é importante a nossa luta e a nossa organização, por isso eu estou nela e acredito num futuro melhor, a partir da organização e da produção orgânica. (Relato de Heleno)

A agroecologia enquanto significado próprio da terminologia, para os camponeses do Assentamento APASA, está diretamente ligada à saúde pessoal, da família e dos fregueses. Essa característica sobressaiu-se nos inúmeros relatos onde indagamos qual o significado da agroecologia nas suas vidas. Ressaltamos que no momento que iam explicar o que é “agroecologia”, demonstraram insegurança quanto ao real significado do termo, quando enfatizamos que gostaríamos de saber a opinião pessoal, eles falavam então de maneira mais livre e na maioria das vezes relacionaram agroecologia à saúde. O relato de Dona Marluce demonstra bem essa assertiva:

Olhe, esse negócio de agroecologia eu não entendo muito bem não, isso aí é uma cultivação para o bem da gente, quer dizer que a gente está conservando a saúde da gente, e o dos fregueses também, porque a gente não usa o veneno, não usa o produto químico, quer dizer que é uma coisa mais conservada, mais natural, tanto para a gente, quanto para a família, e o que eu digo é que muita gente diz, “isso é mentira, é besteira”, naquele tempo, naquele tempo não... Nas outras feiras, eles amadurecem banana com aquele carbureto, aquilo ali tá estuporando a banana, aquela quentura quando é com um tempo tá maduro, o maracujá é muito melhor, bota, embala a banana, quando é com três dias tá bem madurinha, e você tem uma saúde mais longa, mais segura. Antes eu não sabia, agora Deus me

livre, é uma coisa que a gente tá prejudicando a própria saúde da gente.
(Relato de Dona Marluce)

Para alguns camponeses, a agroecologia aparece ligada às questões ambientais, vinculadas a assuntos presentes na pauta das discussões globais da agenda ambiental, como aquecimento global, desmatamento, transgênicos, dentre outros temas. Essas dimensões fazem parte da construção agroecológica vinculada às redes maiores desse movimento, como vimos anteriormente, através dos fluxos de informação que circulam durante as atividades destinadas a esse aprendizado. Os camponeses que participam mais intensamente desse processo, tendem a desenvolver mais esse tipo de visão, conforme verificamos nos relatos a seguir:

O que mais mudou na questão da agroecologia para mim foi a questão alimentar, educação alimentar, que a gente vem vencendo, a gente também introduziu em casa e a melhoria de vida é bem melhor, sem tá se contaminando, contaminando sua família, uma boa alimentação, então isso aí para mim é o que mais importa na questão da agroecologia, além da preservação do meio ambiente, com algumas reservas que nós deixamos na parcela, a melhoria das fontes de água, e evitando queimadas também.
(Relato de Folha)

A agroecologia é mais saúde, eu entendo assim, porque quando a gente trabalha no sistema da agroecologia a gente não está acabando com a nossa saúde, a agroecologia vem para cuidar da saúde. Tem pessoas que tão vendo aí o aquecimento global, mas não estão preocupados com isso, sabendo que cada árvore que a gente bota abaixo está aumentando nosso sofrimento para o futuro, mesmo assim não tem aquela cabeça para isso, aos poucos tem que ir trabalhando para mudar isso. (Relato de Criseuda)

Sob esse ângulo, a agroecologia passa a incorporar aspectos importantes para a construção de novas territorialidades, no sentido de fortalecer o Assentamento APASA e também proporcionar uma relação campo-cidade pautada em ideais mais solidários e de respeito mútuo. Quando o camponês associa esse projeto a sua saúde e a de seus familiares, termina compreendendo que a saúde do seu freguês também é favorecida, criando assim um laço de confiança que

proporciona uma segurança alimentar para todos os envolvidos, como percebemos no depoimento de Dona Etiene:

As pessoas que vêm comprar aqui é porque são pessoas que sabem valorizar o nosso produto, e nós temos fregueses fiéis, igual nós somos com eles, por isso que a feira ainda está de pé, do mesmo jeito que eles são fiéis com a gente, a gente procura ser fiel com eles, em conservar os nossos produtos, para que lá na frente a gente não tenha uma desvantagem, ou uma decepção maior. Por isso que a gente evita usar certo tipo de coisa no nosso roçado. A gente já perdeu, uma lêndea que tem nas verduras, aquilo mata, a gente vai usando o defensivo natural, quando a gente vê que não tem mais solução, a gente perde mesmo. Hoje está sendo mais divulgado essa história de produtos orgânicos, as pessoas estão buscando mais, por quê? As doenças estão vindo muito do produto químico, hoje o CA (câncer) a gente vê em qualquer problema que a pessoa tem, já é um CA, isso vem dos produtos químicos, não tem outra explicação, se a gente se alimenta dos produtos naturais, com certeza vai só fazer bem para nós, a nossa saúde. (Relato de Dona Etiene – grifo nosso)

Essa relação de confiança faz parte da construção da agroecologia no Assentamento APASA, que, como vimos no capítulo segundo, possui uma série de dificuldades no processo de transição, exigindo muito esforço por parte dos camponeses envolvidos. O reconhecimento da qualidade desses produtos por parte da sociedade é fundamental para que o projeto continue existindo, e como os produtos não possuem certificação oficial, esse trabalho é feito cotidianamente pelos camponeses.

A certificação oficial, denominada de selo verde ou rótulo ecológico, são etiquetas que visam garantir aos consumidores a segurança de realmente estarem comprando produtos cultivados sem agrotóxicos, nem adubos químicos. Todavia, os custos para essa implantação são altos, se considerarmos a realidade camponesa estudada, conforme verificamos na Tabela 3.

Tipo de Despesa	Valor (R\$)	Fatores Considerados
Taxa de inscrição/filiação	0,00 – 5.000,00	Faturamento e/ou tamanho da área
Diária de técnico/inspetor	120,00-500,00	
Despesas preliminares à inspeção	90,00-1.800,00	
Elaboração de relatório	132,50 – 1.000,00	
% sobre o faturamento	0,0% - 2,0%	
Taxa de inspeção periódica	20,00 – 650,00	Tipo de cultivo e área
Análises químicas de pesticidas	305,00 – 855,00	Produtos usados anteriormente
Outras análises químicas	225,00 – 465,00	Produtos usados anteriormente

Tabela 3: Custos de Certificação. Fonte: (ORMOND, J. G. P. et al, 2002)

Como uma saída para esse problema, os camponeses do APASA desenvolveram a chamada “certificação social”, que consiste exatamente na certificação estabelecida a partir de uma relação de confiança, construída a cada dia entre fregueses e camponeses. Essa certificação acontece a cada sábado, quando os camponeses comercializam a produção e os fregueses aprovam a mercadoria, constituindo-se, de certa forma, numa ação fiscalizadora por parte dos fregueses, que verificam a qualidade da mercadoria e a compatibilidade delas com as características de produtos cultivados sem agrotóxicos e adubos químicos.

Quando algum camponês comete algum deslize e leva para a feira um produto que não foi produzido de forma agroecológica, corre o risco de ser advertido pelos fregueses, que às vezes reconhecem a diferença do produto e reclamam ao vendedor. Assim, para não perder a freguesia, o camponês passa a não trazer mais esses produtos, conforme depoimento de um integrante da feirinha sobre a venda de inhame:

Com o adubo químico, quando você está descascando e coloca ele no fogo ele fica preto... Eu já vi pessoas reclamando lá, na realidade, teve um tempo, é bom a gente falar a verdade, teve um tempo desse, que não tinha o produto de jeito nenhum, e eu estava comprando o inhame e levando para

a feira, e o pessoal chegava reclamando, isso é devido o químico, aí eu deixei de comprar. Agora eu vou fazer tudo para colocar esterco de galinha, eu coloco meio quilo de esterco de galinha, é melhor do que a gente chegar a usar o químico... Para ter um produto melhor, porque se a gente usa o esterco da galinha, e deixa o cará para arrancar seco, é tão gostoso, fica bem molinho, se a gente não tiver cuidado e deixar passar muito tempo, a gente vai comer ele de colher ou mesmo não aproveitar. (Relato de integrante da feirinha)

Além da fiscalização exercida pelos fregueses, o grupo instituiu um regimento interno, que regulamenta normas, diretrizes e regras para todos os camponeses, e visa organizar o funcionamento da feira dentro dos princípios da agroecologia. Há também o estatuto que institui os objetivos, finalidades, organização, administração e participação dos camponeses na Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Litoral Paraibano – ECOSUL PARAIBANO, uma associação criada pelos integrantes da feirinha.

O regimento interno e o estatuto funcionam como uma forma de regular e fiscalizar as ações internas, através de uma gestão do próprio grupo, que possui uma série de normas que deve ser cumprida. Esses documentos colaboram para a solução de problemas cotidianos, pois oficializam aquilo que pode ou não ser permitido.

No tocante à certificação social, podemos afirmar que um momento de grande importância para a sua concretização acontece numa atividade organizada pelos camponeses denominada de integração, onde os camponeses convidam os fregueses da Feira Agroecológica do Bessa para passar um dia no Assentamento APASA.

A atividade de integração tem vários objetivos, como fazer com que os moradores da cidade conheçam a realidade de um assentamento rural, onde a maioria deles geralmente possui informação através da grande mídia, e também possui informações distorcidas sobre essas áreas. Além disso, visa apresentar as áreas de produção agroecológicas para que os fregueses saibam de onde parte a produção que todos os sábados é comercializada na cidade de João Pessoa.

Essa atividade ocorre uma vez por ano, entre os meses de novembro e dezembro, numa data acertada pelos camponeses e marcada com antecedência com os fregueses para que possam se organizar e participar da atividade. Os camponeses custeiam o aluguel de um ônibus para levá-los e uma parte dos

fregueses segue nos seus carros particulares. A atividade ocorre na escola ou na associação do assentamento.

Participamos dessa atividade nos anos de 2004, 2005, 2006 e 2007, onde procuramos observar as atividades desenvolvidas e dialogar com camponeses e fregueses sobre a importância da integração. Percebemos que existe uma programação específica, que atende aos referidos objetivos, e que a cada ano os camponeses e a CPT procuram aperfeiçoá-la.

Os fregueses são recebidos no assentamento com um “café ecológico”, preparado pelas mulheres integrantes da feirinha. Comidas típicas, como tapioca, cuscuz, bolo de macaxeira, bolo de mandioca, grande diversidade de frutas, sucos, água de coco, são alguns dos alimentos oferecidos.

Pela manhã, os fregueses são levados para conhecer uma área de produção agroecológica, geralmente de algum integrante da feirinha que se encontra com sua parcela com produtos prontos ou próximo de serem colhidos, para que os fregueses possam observar o mais próximo possível o alimento que consomem.

Nesse momento, os moradores da cidade caminham por meio da parcela, perguntam para os camponeses sobre o processo de produção, e tiram diversas dúvidas que surgem com a experiência. As crianças demonstram bastante curiosidade e, para aquelas que possuem pouco contato com a natureza, esse é um momento de grande aprendizado, quando os pais incentivam novas experiências, como beber água de uma fonte, e colher um alimento da terra.

Durante a tarde, os moradores da cidade são recebidos com um almoço reforçado, também preparado pelas camponesas, os pratos oferecidos são: feijão, galinha de capoeira, farofa de inhame, macarrão, arroz, camarão, farofa de mandioca, carnes, saladas, macaxeira, dentre outros pratos preparados com muito carinho.

Esse é um momento de muita descontração, quando os fregueses aproveitam para colocar a prosa em dia, e a alimentação saudável é consumida junto com bebidas, como sucos, ponches e também algumas alcoólicas, consumidas tanto pelos camponeses como por alguns fregueses e também integrantes da feirinha.

Podemos perceber, através da observação do hábito alimentar dos fregueses que participam da integração, que existe uma variedade entre os fregueses. Há vegetarianos, macrobióticos, e ainda aqueles que compram na

feirinha, mas não demonstram muito cuidado com a alimentação, consumindo desde grande quantidade de carne até bebidas alcoólicas.

Durante todo o dia são exibidos filmes que contam a história da luta pela terra no Assentamento APASA, e também vídeos sobre a Feira Agroecológica do Bessa, em sessões que se repetem ao longo do dia, para permitir que várias pessoas possam assistir aos vídeos. O local onde ocorre a integração é decorado com fotos da feirinha, cartazes informativos, painéis, e outros materiais que versam sobre agroecologia. Além disso, o grupo de mulheres aproveita a ocasião para comercializar o artesanato produzido no Assentamento APASA.

As tarefas da integração são divididas entre os camponeses e a CPT. Os camponeses organizam a maior parte das atividades, preparam a comida, a visita à área de produção agroecológica, o transporte dos fregueses e parte da programação. A CPT auxilia financeiramente, organiza a programação a ser exibida em vídeo e colabora com todas as atividades desenvolvidas durante o dia. Os parceiros da feirinha também colaboram com a organização da integração, tanto com a programação, como através de auxílio financeiro, a exemplo da UFPB, via extensão rural, e a Pastoral dos Migrantes, ambas parceiras desse projeto.

Depois de um dia inteiro de atividades, com caminhadas, música, filmes e bastante comida, o grupo se despede através de uma rodada de depoimentos, quando todos podem falar o que acharam sobre a integração e também o que pensam sobre o projeto da agroecologia.

Nesse momento, falam fregueses e camponeses, em depoimentos calorosos, em que expressam uma relação de respeito e proximidade. Os fregueses falam da importância da produção de alimento limpos e alguns enfatizam o papel da reforma agrária. Os camponeses falam da importância da produção agroecológica em suas vidas e da satisfação em comercializar na feirinha.

Nesse momento, podemos observar a percepção dos fregueses acerca do projeto e também do nível de informação que possuem sobre as questões envolvidas na construção agroecológica. Constatamos que eles possuem um bom nível de informação, pois concebem a existência da feira como uma construção social, ou seja, não é apenas uma feira livre que comercializa produtos orgânicos, mas uma feira que leva produtos de uma área reformada para a cidade, mercadorias agroecológicas vendidas pelos próprios produtores.

Os fregueses compram regularmente na feirinha, e observamos que alguns sempre participam da integração, convidando ainda familiares e amigos para conhecerem o Assentamento e aderir ao consumo de produtos agroecológicos. Essa fidelização é uma característica marcante da feirinha, pois estreita os laços entre camponeses e fregueses, fato que ficou bem explícito em alguns depoimentos que registramos, tanto na atividade de integração como também durante a feirinha.

Eu venho desde que eles começaram, lá na praça do Caju. O que mais me atrai na feira é o preço da mercadoria, a qualidade da mercadoria, o fato da gente saber que é uma mercadoria sem agrotóxico, isso hoje é muito importante. Eu ainda não tive a oportunidade de conhecer o assentamento, todo ano eu recebo o convite, mas esse ano com certeza eu vou. É importante conhecer a área para confirmar o que eles dizem. O que eu mais gosto dessa feira é a amizade que a gente faz com o pessoal, passa a respeitar muito mais o trabalho deles. (Relato de Geraldo, professor).

Frequento essa feira há aproximadamente dois, três anos. O que mais me atrai nessa feira, é esse ambiente, com um pessoal muito legal, se comunica bem. Apesar da natureza está se acabando, nós temos que procurar ambientes saudáveis. Já fui a duas ou três festas no Assentamento, acho muito importante esse momento, porque faz com que o cliente se aproxime mais do vendedor. Eu achei muito bonita a área, plantação correta. Todo sábado eu venho, vem a minha esposa, minha filha chega daqui a pouco. Toda parte de fruta e verdura eu compro aqui. (Relato de Carlos Alberto, funcionário estadual aposentado).

A feirinha é uma coisa que eu não tenho mais nunca vontade de sair, além da gente comercializar não só o produto do artesanato, a gente tem uma amizade com os clientes, que recebe a gente muito direitinho, com muito carinho. Então a gente não tem vontade de deixar de jeito nenhum, mesmo com o trabalho que a gente tem, é muito cansativo, mas dá um bom resultado. (Relato da camponesa Neves)

A maioria dos frequentadores da feirinha reside no bairro do Bessa, considerado um bairro residencial nobre da cidade de João Pessoa, contendo imóveis valorizados e uma rede de serviços bastante diversificada. Indagamos aos

fregueses, durante os trabalhos de campo na feirinha, que profissão desempenham, as respostas foram principalmente: professor(a), médico(a), advogado(a), juiz(a), funcionárias do governo e aposentadas. O perfil dos frequentadores da feira remete certa similitude, conforme análise de Mariano (2006, p.190), referindo-se às Feiras Agroecológicas da Mesorregião do Agreste Paraibano:

No contexto geral dos consumidores, deu para perceber que a maioria é de pessoas ligadas às universidades, funcionários públicos federais, professores, pessoas ligadas a escolas de natação, desportistas e muitos chegaram até ao grupo de consumidores ecológicos a partir de recomendações médicas. Na aplica o dos questionários, percebeu-se também que vários consumidores estavam trabalhando em alguma organiza o não-governamental (Casa Pequeno Davi, Grupo de mulheres 8 de março e Cunh ) que atua em João Pessoa e que conheciam e que reconheciam a importância do consumo dos produtos agroecológicos. Alguns consumidores seguem estilos de vida mais naturais e estão ligados a alguns movimentos esotéricos como Gn stico, Yogue, Krsna, Daime, entre outros.

Percebemos, através de diversas características dos fregueses da feirinha, como profissão, local de residência e ainda veículo utilizado para ir   feira, que a classe social, onde podemos inserir a maior parte dos frequentadores, situa-se entre a classe média e a classe alta.³⁹

Observamos ainda a ausência de fregueses pertencentes às classes menos favorecidas frequentando a feirinha. Colaboram para essa realidade diversos fatores, tais como: localiza o da feira, desinforma o quanto   existência da feira, desinforma o quanto   importância do consumo de alimentos sem agrotóxicos. Destacamos que os preços não representam um fator determinante para essa realidade, pois os produtos, apesar de serem agroecológicos, são vendidos a preços equiparados com produtos comuns de

³⁹ Cf. HADDAD, Fernando. Trabalho e classes sociais. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(2): 97-123, outubro de 1997. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial_2/pdf/vol09n2/trabalho.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2008.

outras feiras, sendo ainda mais baratos que alguns produtos comercializados em outros locais, sobretudo quando comparamos com os preços das redes de supermercado.

PRODUTO	SURPERMERCADO*				FEIRA AGROECOLÓGICA DO BESSA
	Produto Convencional (R\$)		Produto Orgânico (R\$)		
Acelga	3,98 (kg)	4,39 (kg)	4,00 (Kg)	-	1,00 (uni)
Acerola	-	-	-	-	-
Agrião	-	-	-	-	0,75 (maço)
Alface	0,97 (uni)	1,49 (uni)	2,38 (uni)	1,19 (uni)	0,75 (uni)
Banana	1,74 (kg)	1,74 (kg)	-	-	1,00 (7 uni)
Batata Doce	1,98 (kg)	1,99 (kg)	-	-	1,00 (kg)
Carne de Sol	12,92 (kg)	13,00 (kg)	-	-	11,00 (kg)
Cebola	1,98 (kg)	1,99 (kg)	-	-	-
Cebolinha	1,08 (maço)	1,09 (maço)	1,18 (maço)	1,19 (uni)	0,75 (maço)
Genoura	3,77 (kg)	2,78 (kg)	2,84 (kg)	3,19 (kg)	0,75 (maço)
Coentro	0,78 (maço)	0,99 (maço)	1,18 (maço)	1,09 (maço)	0,75 (maço)
Couve-flor	-	6,99 (kg)	-	-	3,00 (kg)
Couve-folha	-	1,00 (maço)	1,18 (maço)	1,09 (maço)	0,75 (maço)
Espinafre	1,99 (maço)	-	-	-	1,00 (maço)
Feijão verde	-	-	-	-	1,00 (maço)/4,00 (debulhado)
Hortelã	1,08 (maço)	-	-	1,19 (maço)	0,75 (maço)
Inhame	0,98 (kg)	3,79 (kg)	-	-	2,00 (kg)
Limão	1,50 (kg)	1,55 (kg)	1,08 (kg)	1,29 (kg)	-
Macaxeira	0,95 (kg)	1,99 (kg)	-	-	1,00 (kg)
Mamão	1,58 (kg)	2,69 (kg)	-	-	1,00 (kg)
Maracujá	3,17 (kg)	3,18 (kg)	-	-	1,00 (6 uni)
Nabo	1,98 (uni)	-	1,99 (uni)	1,79 (uni)	0,75 (maço)
Pepino	1,99 (kg)	5,89 (kg)	-	-	1,00 (kg)
Pimentão	3,78 (kg)	3,79 (kg)	3,78 (kg)	20,76 (kg)	0,20 (uni)
Rabanete	1,18 (maço)	-	1,18 (maço)	1,09 (maço)	0,75 (maço)
Rúcula	0,99 (maço)	-	-	-	0,75 (maço)
Tomate (cereja)	6,00 (kg)	16,98 (kg)	-	-	2,00 (kg)

Tabela 4: Comparação de preços

* Os preços estão divididos por cores: Hiperbompreço (vermelho)/ Carrefour (Azul)/ Feira Agroecológica do Bessa (verde). Preços pesquisados em 6 de junho de 2008 – João Pessoa – PB

Percebemos que o consumo de alimentos agroecológicos por parte dos frequentadores da feirinha parte da busca pela melhoria da qualidade de vida. De acordo com Leff (2007, p. 146):

A noção de qualidade de vida constitui-se num “conceito” central dos objetivos perseguidos pela gestão ambiental do desenvolvimento. Contudo, tem sido mais fácil sua incorporação no discurso político e inclusive na linguagem comum, do que na elaboração de um conceito abrangente ou de uma categoria analítica que permita sua instrumentalização em projetos de pesquisa e ou em políticas de desenvolvimento. A noção de qualidade de vida relativiza e contextualiza a questão das necessidades humanas e do processo social para satisfazê-las, demarcando este problema das considerações tradicionais das necessidades na economia convencional (leia-se a economia do bem-estar) numa nova perspectiva; entretanto, pouco se avançou na sistematização e operacionalização do conceito.

Dessa forma, a procura por alimentos agroecológicos pelos consumidores da feirinha origina-se também dessas características, cujo significado da agroecologia não diverge necessariamente de adjetivações como: alimentos orgânicos, ou alimentos sem agrotóxicos. Essa análise não descarta a existência de outras motivações relevantes, pois, nos trabalhos de campo, constatamos que há frequentadores que valorizam o fato desses produtores serem oriundos de áreas de reforma agrária, e ratificam a importância da comercialização direta desses agricultores como uma forma de desenvolver o campo e diminuir os índices de pobreza.

A partir da análise dessas diversas questões que debatemos sobre a formação de territórios-redes fortalecedores da agroecologia, observamos que a relação campo-cidade é fundamental para a consolidação dessa experiência, não apenas enquanto circulação de mercadorias, mas também como fortalecedora de relações sociedade e natureza calcadas em racionalidades que não visam apenas à natureza enquanto extração de recursos para o consumo.

Nesse sentido, verificamos que existem dois significativos desafios no fortalecimento dessa iniciativa, que consistem na incorporação das classes menos

favorecidas da cidade na feirinha e o aumento do número de famílias camponeses que integram esse projeto no Assentamento APASA. Essas duas questões estão bastante correlacionadas, uma vez que o desenvolvimento delas pode permitir uma maior expressão da agroecologia, tanto no campo, como na cidade.

Considerações Finais

O caminho trilhado no desenvolver dessa pesquisa nos fez mergulhar no universo camponês e em suas práticas agroecológicas. As escolhas metodológicas da pesquisa ora deram respostas satisfatórias às nossas indagações, ora nos conduziram a refletir sobre outras perspectivas, onde procuramos buscar o desvendar da realidade a partir de um olhar atento.

Compreender a construção territorial de uma pequena porção da Zona da Mata Paraibana nos fez perceber que os elementos que compõem as paisagens observadas são repletos de história e significado, que revelam aspectos de ordem material e simbólica.

A construção de um estudo dessa natureza nos trouxe inquietações nem sempre possíveis de serem respondidas. A cada descoberta, nos defrontávamos também com novas indagações, que nos faziam retornar e buscar compreender melhor a realidade analisada. Esse exercício, que faz parte da construção científica, não se restringiu apenas a esse aspecto do saber, uma vez que procuramos também as percepções e observações dos camponeses, dos técnicos agrícolas, dos agentes pastorais, de professores e de alunos da UFPB, e daqueles envolvidos diretamente nesse processo de descoberta. Esse diálogo colaborou para que enxergássemos alguns fatos que não percebemos e também para revermos certas considerações desenvolvidas.

Nesse sentido, as análises realizadas no transcorrer do nosso trabalho apontaram caminhos capazes de contribuir com a compreensão da agroecologia como fator importante na constituição de novas territorialidades. Todavia, a grande dinâmica da realidade analisada, que possui uma significativa variedade de atores sociais, interesses e escalas de atuação, demonstrou a complexidade de algumas indagações.

Acreditamos que a Agroecologia deve receber atenção dos pesquisadores da Questão Agrária, construindo reflexões que podem não apenas identificar os graves problemas que acometem o homem do campo, mas também as saídas viáveis, capazes de se contraporem aos modelos hegemônicos de produção agrícola.

Dessa forma, iniciativas locais, capazes de fixar o homem à terra, através de um provimento digno da sua família, bem como o uso equilibrado dos agroecossistemas, devem ser investigadas com atenção, na busca de

compreender as práticas fortalecedoras dessas iniciativas e também na revelação daquilo que as desfavorecem.

Consideramos ainda que, os aspectos históricos são fundamentais na elucidação da realidade estudada, uma vez que forneceram explicações para algumas características da cultura, da memória coletiva, e das relações socialmente estabelecidas. Assim, mesmo na análise dos fatos atuais, lançamos mão de resgates históricos, para podermos compreender melhor as questões que se colocavam para nosso desvendar.

Em relação à luta pela terra no estado da Paraíba, constatamos que a Zona da Mata Paraibana representa um lugar secular de confronto de usos do território, onde a relação com a natureza se desenvolveu de formas diferenciadas. Verificamos ainda que os sujeitos sociais estudados possuem uma herança cultural advinda das classes sociais que ao longo do tempo usaram o território para a subsistência, como fonte de alimentação e como lugar de moradia.

A constituição de assentamentos rurais no município de Pitimbu inaugurou uma nova fase na construção territorial, onde observamos a existência de uma complexa trama estabelecida entre os camponeses que conquistaram a terra e a natureza do lugar. Nesse contexto, a relação desses camponeses com a natureza apresenta importante significado na compreensão das práticas agroecológicas desenvolvidas no assentamento.

Cabe ressaltar que a agroecologia não é possuidora de uma leitura única, nem tampouco de uma mesma matriz político-ideológica. A diferenciação do significado da agroecologia reflete também as contradições em que esta se encontra inserida, uma vez que nem sempre a mesma é utilizada a partir da proposta camponesa, podendo fazer parte inclusive de políticas públicas governamentais, integrando propostas mercadológicas, totalmente incluídas na matriz ideológica do sistema capitalista.

A agroecologia no sentido dos sujeitos sociais estudados pode ser também denominada de outras formas, mas possuir um sentido semelhante. Para compreendermos os significados dessas nomenclaturas é preciso considerá-las dentro do contexto local em que estão inseridas, quais os sujeitos sociais envolvidos, e quais os objetivos esperados por eles, considerando também ligações mais amplas desses sujeitos com os processos globais que interferem diretamente nas suas vidas. Essa diferenciação pode colaborar para um entendimento mais crítico dos discursos e de suas intenções.

Dessa forma, a agroecologia praticada pelos camponeses estudados remete a uma atuação social sob o vislumbre do costume e da tradição, incrementada por novos saberes adquiridos a partir da construção de redes de informação e de comunicação, capazes de fortalecer práticas tradicionais consideradas benéficas, como também desenvolverem novas saídas para a melhoria da produção agrícola.

Na construção dessa matriz tecnológica, o percurso agroecológico é guiado pelo próprio camponês que acompanha atentamente o desenvolvimento das hortaliças, frutas ou verduras, respeitando o mutualismo ou as simbioses desenvolvidas pelas plantas cultivadas. Esse cuidado é de fato um respeito à natureza e também muitas vezes uma retomada de consciência. Nesse sentido, os modelos que tentam se adequar às realidades locais não são simplesmente pacotes fechados de tecnologias, que prometem conduzir a resultados positivos, mas sim possibilidades de melhorias que dependem de vários fatores, como desenvolvimento de experimentos e pesquisas, assistência técnica diferenciada, mas, sobretudo, do saber e das práticas agrícolas camponesas.

Nessa perspectiva, a agroecologia adquire uma importante dimensão, pois a partir dela cria-se um contraponto aos modelos de desenvolvimento agrícola que visam apenas ao aumento da produtividade através do uso intensivo dos recursos da natureza. O camponês passa a cultivar numa ótica diferenciada, podendo assim, valorizar o seu trabalho e resgatar a lógica camponesa de vida, pautada na coletividade, na solidariedade e na busca de garantir uma vida mais digna às gerações futuras.

Destacamos ainda que, muitos desafios estão colocados para a efetivação da agroecologia como fortalecedora da existência do campesinato na contemporaneidade. Relembramos que, das mais de duzentas famílias que integram o Assentamento APASA, apenas vinte fazem parte diretamente desse processo. Das várias causas que observamos ao longo da pesquisa, podemos elencar algumas mais relevantes, tais como: ausência de políticas públicas consequentes que visem efetivamente ao desenvolvimento de práticas agrícolas mais ecológicas, inexistência de financiamentos, falta de incentivo a outros camponeses para aderirem ao projeto da agroecologia, através de cursos, capacitações e conscientização.

Através das nossas pesquisas, constatamos ainda que, existe uma resistência na adesão de novas pessoas ao projeto por parte do grupo de

camponeses integrantes da feirinha. Quando perguntamos sobre essa possibilidade, as respostas convergiram para a dificuldade dos novos integrantes se adequarem às regras e também da necessidade de diversificação da produção, ou seja, novos integrantes deveriam comercializar produtos que ainda não são ofertados na feirinha.

A adesão de um maior número de camponeses e a melhoria da comercialização de alimentos apontam para mais desafios da agroecologia, pois constatamos, através dos trabalhos de campo, que em alguns períodos do ano a oferta de alimentos supera a demanda da feira, todavia, em outros períodos, há uma diminuição na produção e a oferta se torna menor do que a procura. Nos dois casos existe o sentimento de insatisfação, seja do camponês, por voltar para o assentamento com caixas cheias de produtos, ou do freguês, que não consegue comprar os alimentos que gostaria.

Esse fato indica a necessidade de um melhor planejamento e organização da produção, que pode ser feita concomitantemente a divulgação da feira na cidade de João Pessoa, para aumentar (não apenas quantitativamente, mas também qualitativamente), o número de fregueses e também com a adesão de novas famílias camponeses. Tarefas que se colocam como desafios para os camponeses envolvidos, para os movimentos sociais que apoiam o projeto, para a assistência técnica da CPT e para os apoios das extensões rurais desenvolvidas pela universidade, dentre outros sujeitos sociais envolvidos nesse processo.

Os desafios da agroecologia, numa conjuntura mais ampla, ligam-se ao avanço intenso dos modelos de produção agrícolas calcados na matriz ideológica do lucro e da produtividade. O crescimento das *commodities*, das linhas de crédito e custeio voltadas para o cultivo de monoculturas, o incentivo à integração das pequenas propriedades rurais ao mercado nacional e internacional (hierarquicamente subordinadas) são problemas que se apresentam quando analisamos a realidade a partir de maiores escalas de atuação.

Em alguns casos, a área de produção agroecológica cresce ladeada por monoculturas. No caso do Assentamento APASA, a monocultura da cana-de-açúcar não possui muita expressão, sendo pouco cultivada pelos camponeses, todavia, em outras áreas de produção agroecológica, como no assentamento

Dona Helena, localizado no município de Cruz do Espírito Santo, existe forte presença dessa cultura⁴⁰.

O cultivo da cana-de-açúcar tem levado pequenos produtores na Paraíba a receberem alguma lucratividade pela produção, todavia, esses produtores se encontram totalmente subordinados à lógica do mercado, que pode levá-los a sucessivos prejuízos, oriundos da variação dos preços que acompanham a instabilidade do mercado financeiro.

No Assentamento APASA, as monoculturas cultivadas são em geral frutas ou raízes, principalmente o mamão, o inhame e a macaxeira. Todavia, nas pesquisas de campo, constatamos uma diversidade de cultivo na maior parte das famílias entrevistadas, independentemente de fazerem parte da feirinha. O cultivo do milho, do feijão, da batata, do inhame, da macaxeira, de frutas como maracujá, banana, acerola, mamão, faz parte também da alimentação das famílias, não sendo, portanto, culturas destinadas apenas à venda.

Aparentemente, a comercialização e a boa lucratividade da cana-de-açúcar podem ser mais atraentes que o cultivo da policultura de subsistência, pois com o dinheiro recebido pela produção, esses agricultores podem adquirir mercadorias e integrar o universo do mundo do consumo, todavia, devemos destacar a grande vulnerabilidade a que estão submetidos, pela subordinação e dependência que criam quando necessitam escoar a mercadoria apenas para um tipo de comprador.

Dessa forma, o cultivo das culturas alimentares, através da venda direta e da produção limpa, apresenta-se como uma saída mais viável para que o camponês possa alcançar uma maior autonomia, libertando-se das grandes empresas que concentram atualmente boa parte do setor alimentício, e também do setor agrícola responsável pela venda de agrotóxicos, maquinários, adubos químicos, e uma série de insumos destinados ao aumento da produtividade.

Esse caminho pode conduzi-los a uma maior segurança alimentar, que nas palavras dos próprios camponeses, deve levá-los a algo maior, que é a soberania alimentar. Para tanto, esses camponeses buscam incansavelmente saídas para não dependerem do grande capital. As sementes da paixão (crioulas).

⁴⁰ Cf. DI LORENZO, Iveralda Dantas Nóbrega. **A construção da territorialidade camponesa no Assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo -PB.** João Pessoa, 2007. 316f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal da Paraíba.

são cultivadas como resposta as sementes *terminator*, as cisternas de placa se opõem aos projetos faraônicos de transposições de rios, o cultivo de alimento sem agrotóxico se contrapõe ao recorde do Brasil como maior produtor mundial dessa substância, a certificação social se revela contra a lógica capitalista que tenta elitizar os produtos ecológicos através do selo verde, o cultivo de alimentos saudáveis contesta os alimentos industrializados e por fim, a feirinha resiste às grandes redes de supermercado.

Essas saídas desses camponeses destemidos representam a possibilidade de uma nova construção social. A busca pela soberania alimentar deve ser conduzida no sentido de ampliar a sua atuação e trazer novos sujeitos sociais capazes de construir uma nova sociedade, esse é o desafio maior da agroecologia, a incorporação qualitativa de um maior número de camponeses e por fim, a inclusão dos pobres da cidade, à margem desse processo, que podem fortalecer essa construção e definir novas dinâmicas na relação campo-cidade.

Referências Bibliográficas:

- AB´SÁBER, Aziz Nacib. **Os domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALIMONDA, Héctor. Una Herencia en Manaos: anotaciones sobre historia ambiental, ecología política y agroecología en una perspectiva latinoamericana. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 237-255, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.bireme.br/php/index.php>>. Acesso em 10 de março de 2007
- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba – Tomo I**. João Pessoa, Imprensa Universitária, 1966.
- _____. **História da Paraíba – Tomo II**. João Pessoa, Imprensa Universitária, 1978.
- ALVES FILHO, José Prado. **Uso de agrotóxicos no Brasil: controle social e interesses corporativos**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.
- ALTIERE, Miguel. **Agroecologia: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4ª. Ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- ANDRADE, José Fernandes de. JURISPRUDÊNCIA (Seção II) / Julgados da Seção Judiciária. **Rev. Parahyba Judiciária**. João Pessoa, a.1 n.1 338p. 1998.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 2000.
- ANJOS, Flávio Sacco dos. et al. Entre o daguerreótipo e o calidoscópico: o rural e o agrário na perspectiva dos programas de pós-graduação em Ciências Agrárias do Brasil. **R B P G**, Brasília, v. 4, n. 7, p. 7-24, julho de 2007.
- ARTICULAÇÃO Nacional de Agroecologia – ANA. Rio de Janeiro: 2005. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br>>. Acesso em: 8 abr. 2007.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil. 1961-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BARLÊU, Gaspar. **O Brasil holandês sob o Conde João Maurício de Nassau: História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício Conde de Nassau, etc. ; ora governador de Wesel, Tenente-General de cavalaria das Províncias Unidas sob o príncipe de orange**. Tradução: Cláudio Brandão. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em marcha**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

BOCHNER, Rosany. Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas - SINITOX e as intoxicações humanas por agrotóxicos no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, jan./mar. 2007, v.12, n. 1, p 73 - 89. ISSN 1413-8123. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 10 de junho de 2007.

BORDIEU, Pierre. **Sociologia**. (Organização de Renato Ortiz). Tradução: Paula Monteiro, Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983. Coleção Cientistas Sociais. v.39.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BRASIL. Decreto nº 433 – 24 de janeiro de 1992. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/D0433.html>>. Acesso em: 3 fev. 2005.

BRASIL. Climatologia da precipitação mensal acumulada. AESA. Disponível em: <<http://site2.aesa.pb.gov.br/aesa/jsp/monitoramento/chuvas/climatologiasGraficos.jsp>>. Acesso em: 10 jan. 2008.

BRASIL. Estatuto da Terra. Lei nº 4.504/64. Disponível em: <<http://200.181.15.9/ccivil/Leis/L4504.htm>>. Acesso em: 4 jun. 2007.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Secretaria Geral – Diretoria de Documentação e Divulgação. Divisão Territorial do Brasil. Municípios e Distritos Instalados em 31 – XII – 1953. Rio de Janeiro, maio de 1954. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 mar. 2007.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo Demográfico. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo.shtm>. Acesso em: 5 abr. 2008.

CARDOSO, Idelfonso. **Agroecologia e produção do espaço**: a experiência dos agricultores da AGRECO. Santa Catarina, 2005. 150p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina.

Carta Política do II ENA. ARTICULAÇÃO Nacional de Agroecologia – ANA. Rio de Janeiro: 2005. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br>>. Acesso em: 8 abr. 2007.

CARVALHO, Horácio Martins. Desafios para o agroecologista como portador de uma nova matriz tecnológica para o campesinato. Curitiba, julho de 2007, mimeo.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro – pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

CERVEIRA, Ricardo. **Agroecologia & Desenvolvimento**: Estudo de caso do Grupo Curupira, Jaboti-PR. São Paulo, 2003. 88p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo.

CHABOUSSOU, Francis. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos**: novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas – teoria da trofobiose. Expressão Popular: São Paulo, 2006.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **As lutas camponesas no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1981.

COSTA, Josane Moreira de. **Agricultura familiar e a questão da sustentabilidade**: o exemplo da produção agroecológica no município de Praia Grande - SC. 01/10/2000. 2v. 120p. Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina – Geografia. Orientador(es): Walquiria Kruger Correa. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFSC

CUNHA, Manuela C. da. **Imagens de Índios do Brasil**. **Estud Av.** São Paulo, v.4, n.10 set/dez, 1990. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em 18 de setembro de 2007.

CUNHA, Walmôr Galvão da. **Pitimbu**: Alguns Aspectos Geográficos de um Município Litorâneo da Paraíba. João Pessoa, s/e, 1967. (mimeo)

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Tradução: Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2004. 144 p. (Coleção a Obra Prima de Cada Autor).

DIEGUES, Antônio Carlos (Org). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Nupaub-USP; Hucitec, 2000.

DI LORENZO, Iveralda Dantas Nóbrega. **A construção da territorialidade camponesa no Assentamento Dona Helena, Cruz do Espírito Santo -PB**. João

Pessoa, 2007. 316f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal da Paraíba.

DOIMO, Ana Maria, et al. Movimentos sociais, internet e novos espaços públicos: o caso da DH NET. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. (org.). Redes, sociedade e territórios. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. p. 107 – 130.

DUMONT, René. **A utopia ou a morte**. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

ELICHER, Maria Jaqueline. **Os desafios da transição agroecológica na agricultura familiar em Antônio Carlos, SC**. 01/08/2002. 2v. 150p. Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina – Geografia. Orientador(es): Walquiria Kruger Correa. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina

FAO. Food and Agriculture Organization. Estadísticas sobre Seguridad Alimentaria. Disponível em: http://www.fao.org/faostat/foodsecurity/index_es.htm. Acesso em: 10 jan. 2008.

FIRMINO, Ana Maria Viegas. Repensar a sustentabilidade da agricultura biológica. In: BICALHO, Ana Maria de Souza Mello; HOEFLE, Scott William. **A dimensão regional e os desafios da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, IGU, 2003.

FERREIRA, D. A. de O. **O mundo rural sob o ponto de vista Geográfico: Trajetória da Geografia Agrária Brasileira da Década de 30 à 90**. Rio Claro: Abril, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Positivo: Curitiba, 2004.

FORNARI, Ernani. **Manual prático de agroecologia**. São Paulo: Aquariana, 2002.

GÓES, Raul de. **Um sueco emigra para o Nordeste**: vida, obra e descendência de Lundgren. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K (orgs). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 378 - 411.

_____. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2006.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Revista de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002. p. 18-28.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia. **Revista de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001. p.35 – 45.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização** : Do “Fim Dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.

HADDAD, Fernando. Trabalho e classes sociais. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(2): 97-123, outubro de 1997. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial_2/pdf/vol09n2/trabalho.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2008.

HAFFER, J. and PRANCE, G. T. Impulsos climáticos da evolução na Amazônia durante o Cenozóico: sobre a teoria dos Refúgios da diferenciação biótica. **Estud. av.** São Paulo, Sept./Dec. 2002, vol.16, no.46, p.175-206. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> . Acesso em: 05/06/2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOWARD, Albert. **Um testamento agrícola**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

IAMAMOTO, André Toshio Villela. **Agroecologia e desenvolvimento rural**. 2005. 97 f. Dissertação - Curso de Recursos Florestais, Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2005. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/busca/resultSimples.jsp>>. Acesso em: 09 fev. 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Superintendência Regional (Paraíba). Listagem das áreas desapropriadas entre 1986 e 2003.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Tradução: Luís da Câmara Cascudo. Recife: Massangana, 2002.

LIMA, Aline Barboza de. **Potencialidades do Assentamento APASA**: um estudo das estratégias de resistência e desenvolvimento local. 2005. Monografia (Graduação em Geografia). (DGEOC/CCEN/UFPB). João Pessoa, 2005. 114 p.

_____. **Desenvolvimento rural e perspectivas para o campesinato sob a ótica do PRONAF**. Relatório Final de Atividades de agosto de 2003 a julho de 2004. DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS – CCEN / PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA CNPq/PIBIC/UFPB.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2007.

LÖWY, Michel. **As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. Tradução: Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

MAIMON, Dália; WERNER, Baer; GEIGER, Pedro Pinchas. O Impacto Regional das Políticas Econômicas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 39; v. 3. p. 3-53.

MARIANO NETO, Belarmino. **Abordagem territorial e enfoques agroecológicos no agreste /brejo paraibano**: desenhos arranjos e relações. 2006. 209 f. Tese - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2006.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento. **Imagens do território Potiguara**: conflitos e resistência na Aldeia Três Rios, Marcação–PB. 2006. Monografia (Graduação em Geografia). (DGEOC/CCEN/UFPB). João Pessoa, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo política. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo. Pioneira, 1975.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução: Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2002.

MEDEIROS, João Rodrigues Coriolano de. **Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba**, INL, 1950, Rio de Janeiro, 2ª. Edição.

MIRANDA, Ary Carvalho de; et al. Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 12(1):7-14, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>, acesso em 10 de janeiro de 2008.

NASCIMENTO FILHO, Carmelo Ribeiro do. **A fronteira móvel**: os homens livres pobres e a produção do espaço da Mata Sul da Paraíba. (1799 – 1881). 2006. 230p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

NORONHA, Isabel. A corografia medieval e a cartografia renascentista: testemunhos iconográficos de duas visões de mundo. **Hist. cienc. saúde-**

Manguinhos. Rio de Janeiro, Nov. 1999/Feb. 2000. vol.6 no.3. ISSN 0104-5970. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20/05/2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, João Batista de. **Pitimbu e seu passado**. Rio de Janeiro: Alves Pereira Editores, 1998.

OLIVEIRA, Sônia Barreto Perdigão de. **Zoneamento Agro-Ecológico do Município de Itapipoca-CE utilizando técnicas de geoprocessamento..** 01/11/1998. 1v. 92p. Mestrado. Universidade Estadual do Ceará – Geografia. Orientador(es): Marcos José Nogueira de Souza. Biblioteca Depositaria: Biblioteca Central da UECE / Bib. Setorial Mestrado em Geografia.

OLIVEIRA, Keyle Alves de Moura. Prevalência de *Campylobacte* spp. E *Enterococcus* spp. No ambiente de criação de frango de corte. Universidade Federal de Viçosa: Minas Gerais, 2006. Tese de doutorado. Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos.

ORMOND, José Geraldo Pacheco. Et al. Agricultura orgânica: quando o passado é futuro. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, mar. 2002. Disponível em: http://www.naturalrural.com.br/conteudo/agricultura_organica.pdf. Acesso em: 31 mai. 2008.

PEGADO, Cláudia Maria Alves, ANDRADE, Leonaldo Alves de, FELIX, Leonardo Pessoa et al. Efeitos da invasão biológica de algaroba: *Prosopis juliflora* (Sw.) DC. sobre a composição e a estrutura do estrato arbustivo-arbóreo da caatinga no Município de Monteiro, PB, Brasil. **Acta Bot. Bras.**, Oct./Dec. 2006, vol.20, no.4, p.887-898. ISSN 0102-3306.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a História da Paraíba**. Vol. 1. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.

PINTO, Luís Fernando Guedes; CRESTANA, Silvio. **Características edafoclimáticas e informações socioeconômicas no diagnóstico de agroecossistemas da região de São Carlos, SP.** Pesq. agropec. bras., Brasília, v. 36, n. 11, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010004X2001001100001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 Abr 2007. Pré-publicação. doi: 10.1590/S0100-204X2001001100001

PRIMAVESI, Ana. **Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura.** São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais.** São Paulo: Nobel, 2002.

_____. Revisão do conceito de agricultura orgânica: conservação do solo e seu efeito sobre a água. **Biológico**, São Paulo, v.65, n.1/2, p.69-73, jan./dez., 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Everaldo Batista. **Agroecologia e desenvolvimento rural** (perspectivas do sistema agroflorestal em Bom Jardim-Pernambuco). 01/07/2006. 1v. 156p. Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco – Geografia. Orientador(es): Marlene Maria da Silva. Biblioteca Depositária: Central e Setorial

RODET, Jean-Claude. **Agricultura biológica: uma opção inteligente.** Plastidom: Leiria, 2004.

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. Quem sabe faz a hora: análise das estratégias de reprodução camponesa em áreas de assentamento na Paraíba e no Ceará. In: Encontro de Geógrafos da América Latina. X. São Paulo, 2005. **Anais...** São Paulo: USP, 2005.

_____. **Terra camponesa como (re)criação- genealogia do lugar e da paisagem.** São Paulo, 1994. 185f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas- Universidade de São Paulo (USP).

ROSA, Eduardo Reis. **Técnicas de Geoprocessamento aplicadas na análise do Uso da Terra no Município de Pilar do Sul – SP.** 01/09/2006. 1v. 126p. Mestrado. Universidade de São Paulo - Geografia (Geografia Humana). Orientador(es): MÁRIO DE BIASI. Biblioteca Depositária: CAPH-FFLCH-USP

RUSCHI, Augusto. **Agroecologia.** Brasília: Horizonte Editora, 1978.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970 – 1980.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências.** São Paulo: Corez, 2004.

_____. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** (Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática). v. 1. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (Org). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13-21.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2004.

SENA, Luís. Relatório de acompanhamento das Feiras Agroecológicas do Litoral Paraibano. 2004. 1 CD. AssistênciaTécnica Agrícola da CPT. 2008. 1 CD.

_____. Relatório de acompanhamento das Feiras Agroecológicas do Litoral Paraibano. Assistência Técnica Agrícola da CPT. 2004. 1 CD.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **Cerrados e camponeses no Norte de Minas**: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas. 01/03/1999. 1v. 250p. Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais – Geografia. Orientador(es): Marcos Roberto Moreira Ribeiro. Biblioteca Depositária: Biblioteca Universitária UFMG/Biblioteca do IGC-UFMG

SILVA, Cláudia Simoni Velozo da. **Caracterização geomorfológica do Assentamento APASA**. João Pessoa, UFPB, 2006, 93p. Monografia. (Graduação em Geografia). (DGEOC/CCEN/UFPB).

SILVA, Joysinett Moraes da; VECCHIO, Rafael. Uma Outra Linguagem: A *Mística* na produção da consciência dos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Ephemera: theory & politics in organization**. v. 6. n. 3 (ago. 2006). Disponível: <<http://www.ephemeraweb.org>>. Acesso em: 10 mai. 2008.

SOARES, Ana Maria Lebre. **Zoneamento geoambiental do Município de Beberibe-CE**. 01/11/1998. 1v. 92p. Mestrado. Universidade Estadual do Ceará – Geografia. Orientador(es): Marcos José Nogueira de Souza. Biblioteca Depositária: Biblioteca Cental/UECE e Bib. setorial do Mestrado em Geografia.

SOUZA, Francisco de Assis Varela. **Reforma Agrária**: da questão histórica nacional à implementação dos assentamentos rurais na Paraíba. João Pessoa, 1998. Dissertação de Mestrado. 137p.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). **Cidades Médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

STENGERS, Isabelle. Para além da Grande Separação, tornarmo-nos civilizados? In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma**

vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Editora Cortez, 2004, p. 131-149.

TAVARES, João de Lira. Apontamentos para a historia territorial da Parahyba - 1909. v.1. IMPRESSA OFFICIAL PARAHYBA. 1966.

TERRA BRASILIS DE LOPO HOMEM – 1519. Mapas Históricos Brasileiros. Prancha 7. São Paulo: Abril Cultural, 1969. Fac símile, Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores. Rio de Janeiro. (1 ilustração).

THOMAZ JR, Antônio. Se Camponês, se Operário! Limites e Perspectivas para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JR, A. (org). **Geografia e trabalho no século XXI**. Santa Cruz do Rio Pardo –SP: Editora Viena, 2006.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum:** estudo sobre cultura popular e tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

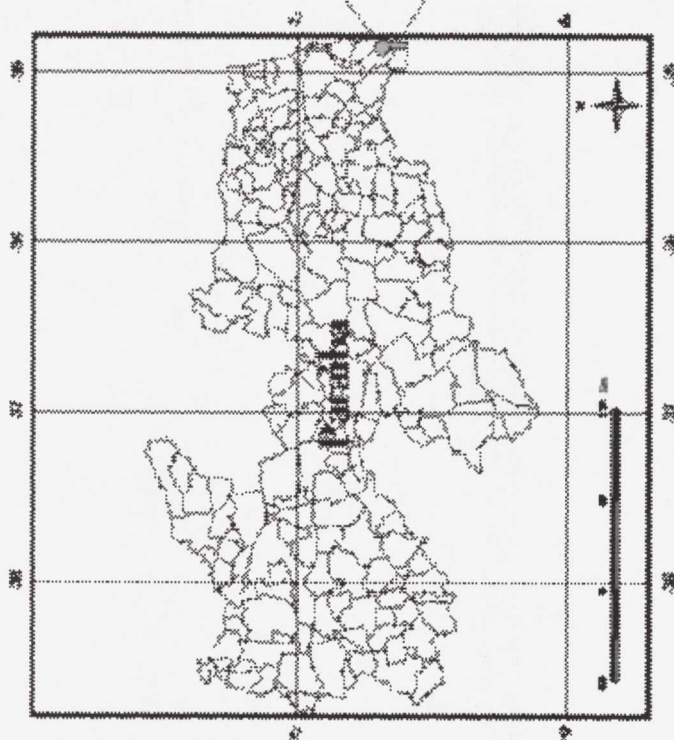
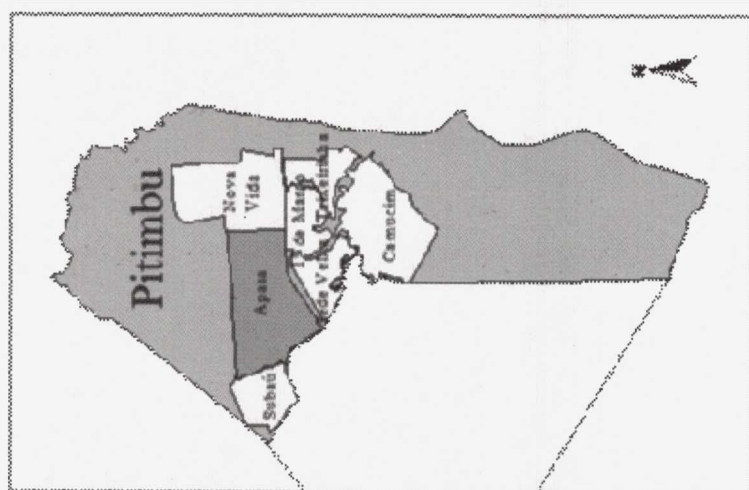
VANDEZANDE, René. **Catimbó**. Pesquisa exploratória sobre a forma nordestina de religião mediúnica. 1975. 224 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) P.I.M.E.S / I. F. C. H. / UFPE Recife, 1975.

WOORTMANN, Klaas. **Religião e ciência no Renascimento**. Brasília: série antropologia, 1996. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie200empdf.pdf>>. Acesso em: 10/05/2007.

_____. Com parente não se “negueira”. O campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Ed. Universidade/Tempo Brasileiro, 1990. P. 11-71.

Anexos

Área de estudo: mapa de localização

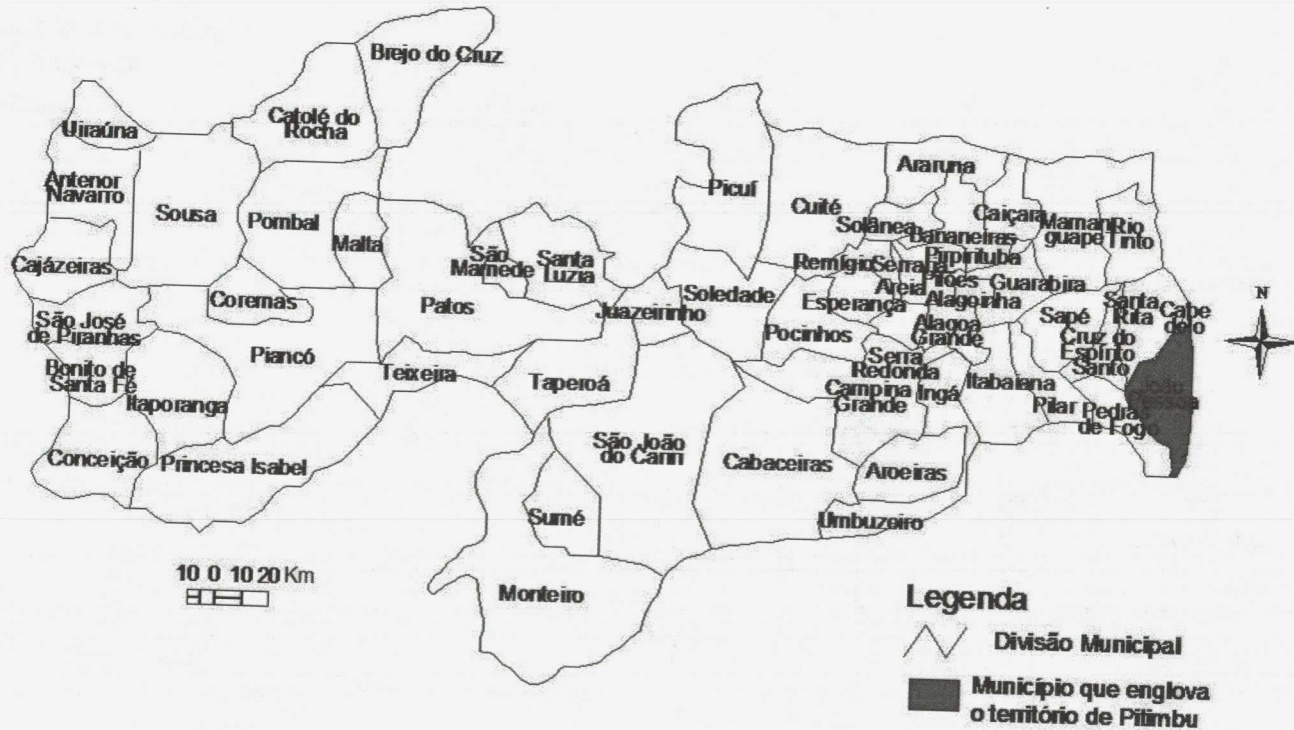


Legenda

-  Municípios
-  Arrecadação em Rendas de Pitimbu
-  Arrecadação em Apiaú
-  Municípios do Pitimbu

Fonte: Base digital INCEA - IBR / 1998
Elaboração: Mapa baseado em: Altair Barbosa de F.

DIVISÃO MUNICIPAL DA PARAÍBA - 1960



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
 Enciclopédia dos Municípios Brasileiros - XVII Volume - Paraíba e Rio Grande do Norte/ Rio de Janeiro 1960
 Elaboração do mapa temático: Aline Barboza de Lima

Assentamento Apasa - PB

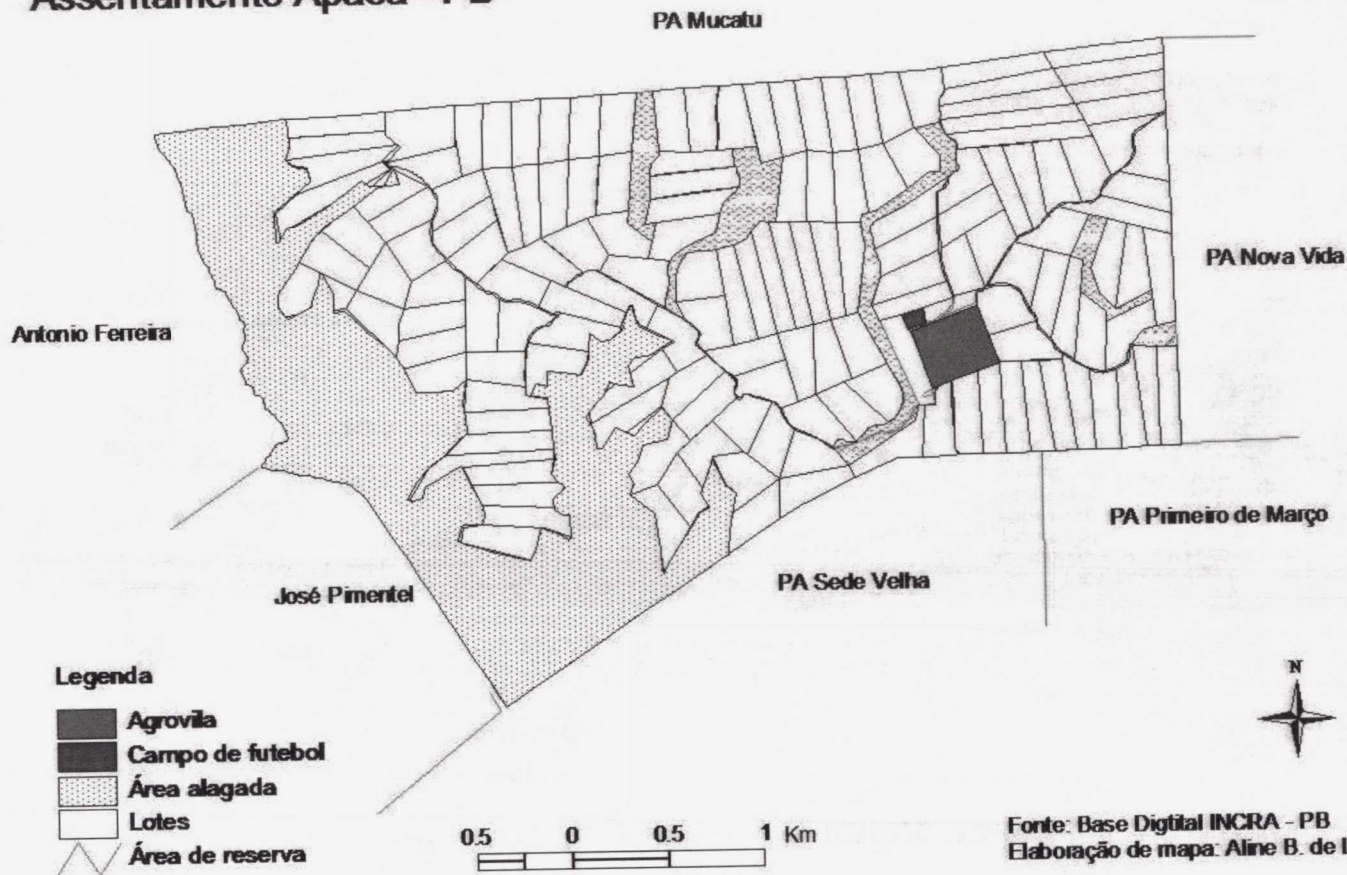
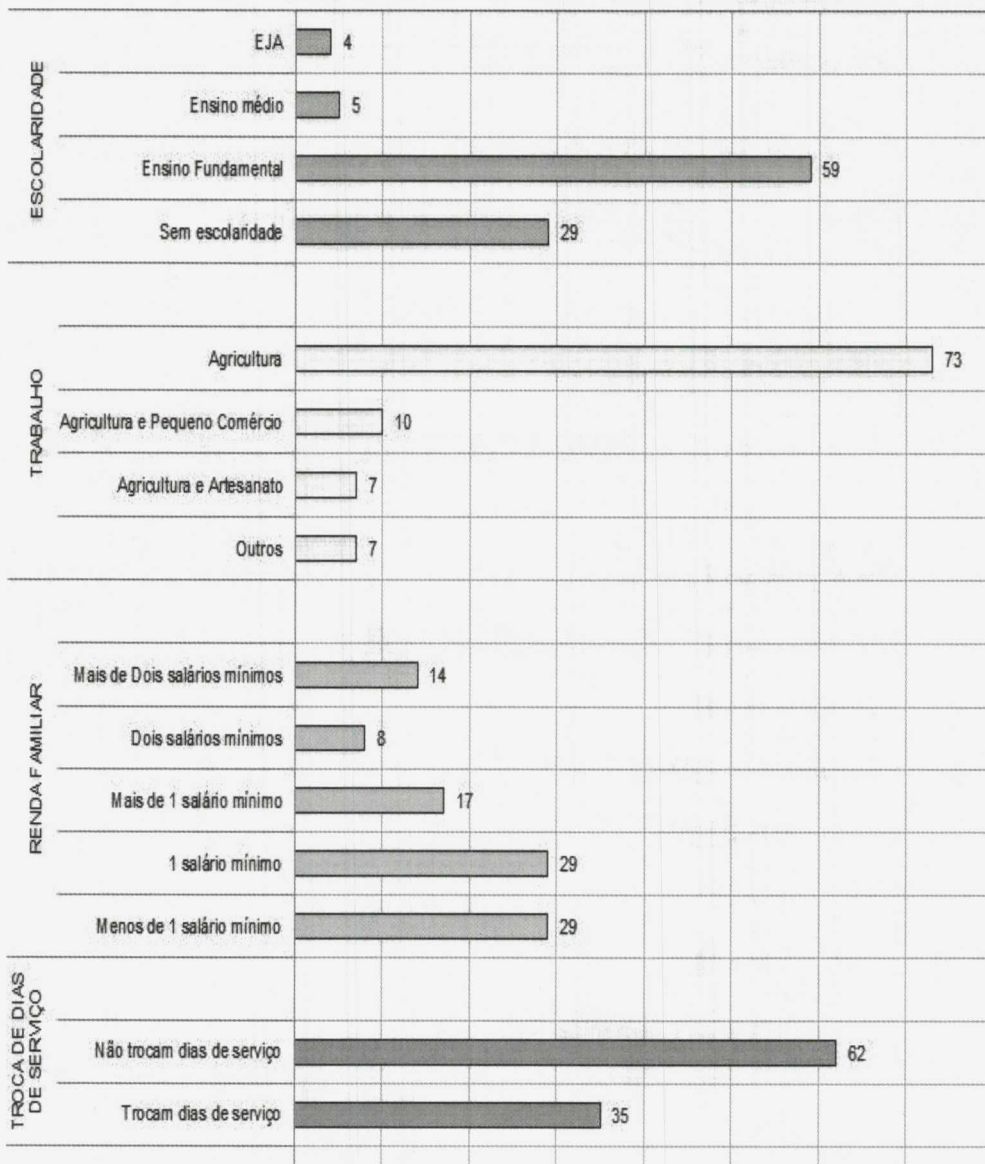
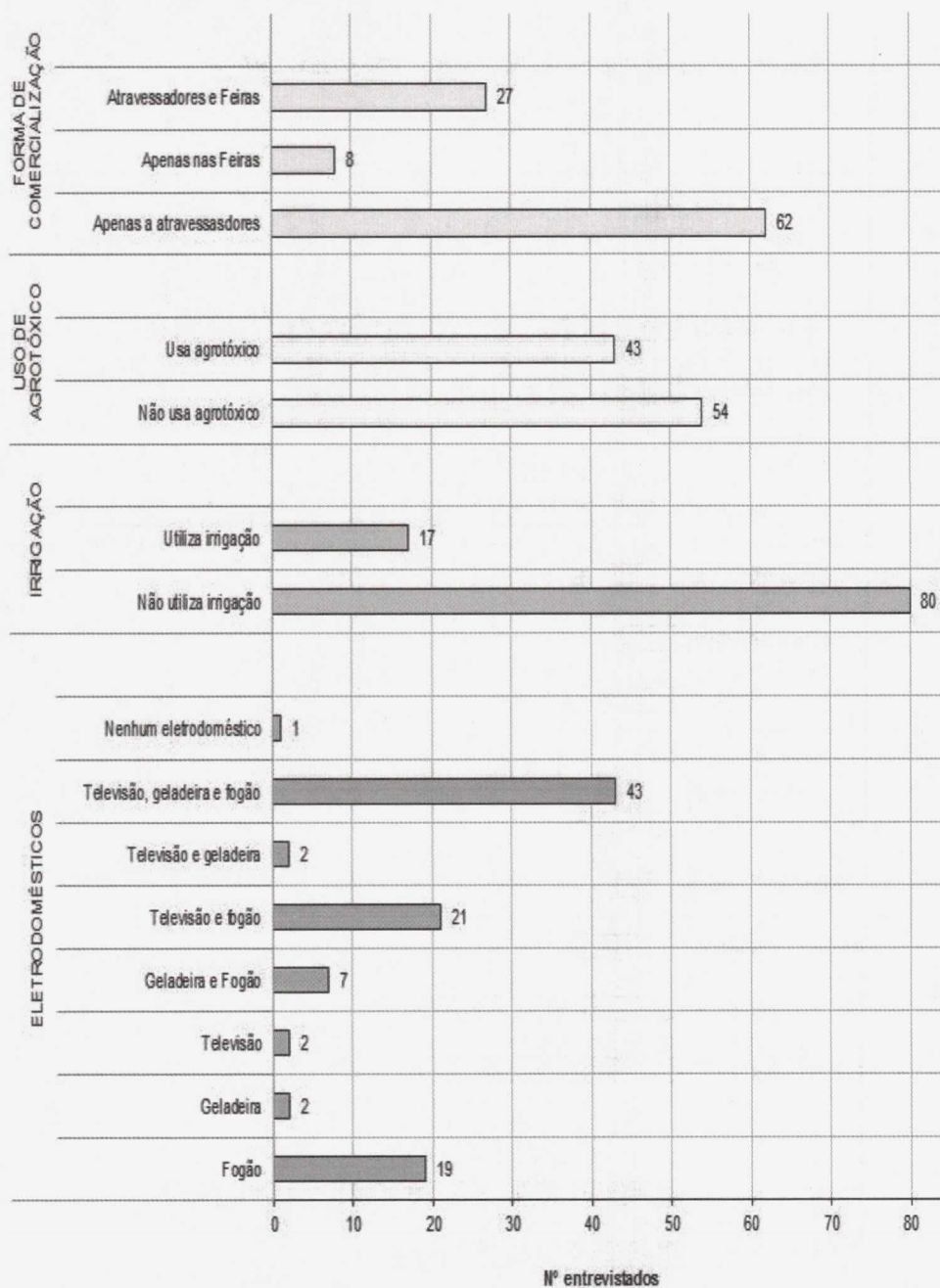


Gráfico 1: Perfil Socioeconômico dos camponeses do Assentamento APASA – 2005

Perfil sócioeconômico dos camponeses do assentamento Apasa - 2005





Receita anual da Feira Agroecológica do Bessa

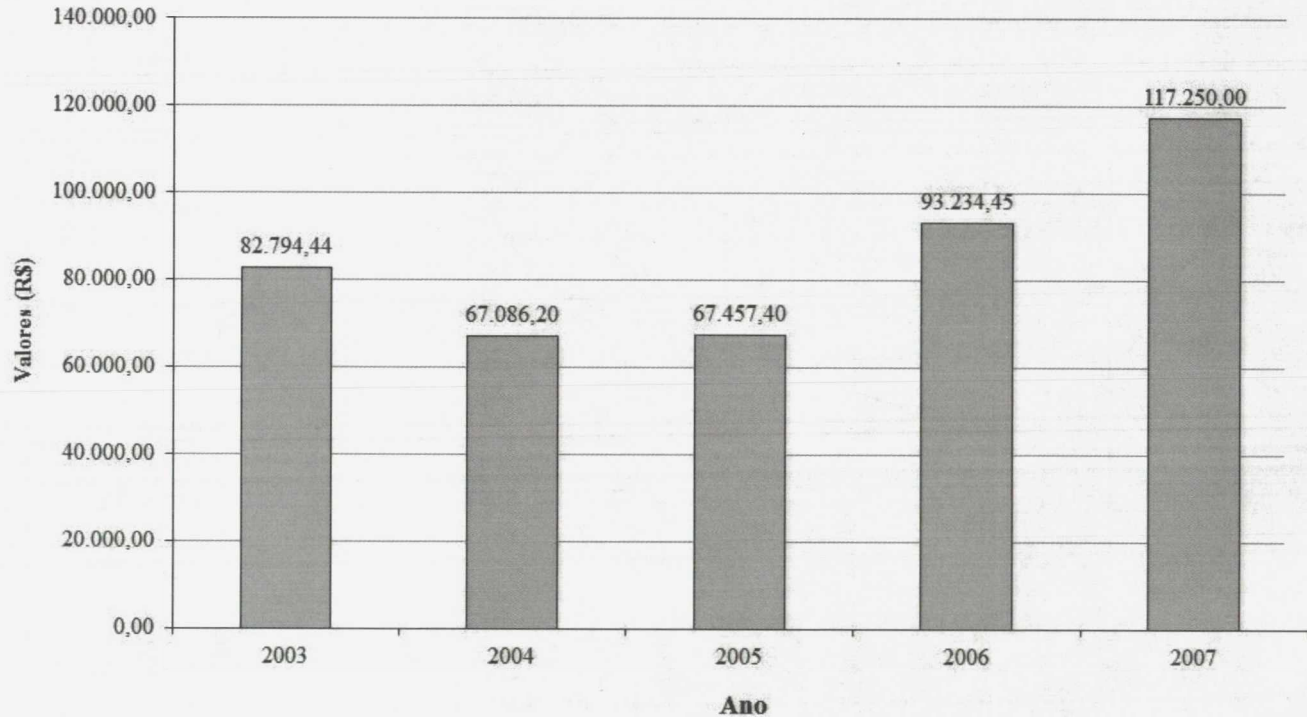


Gráfico 3 : Receita anual da feira agropecuária do Bessa

Receita anual da Feira Agroecológica do Bessa - valor mensal (2003 - 2007)

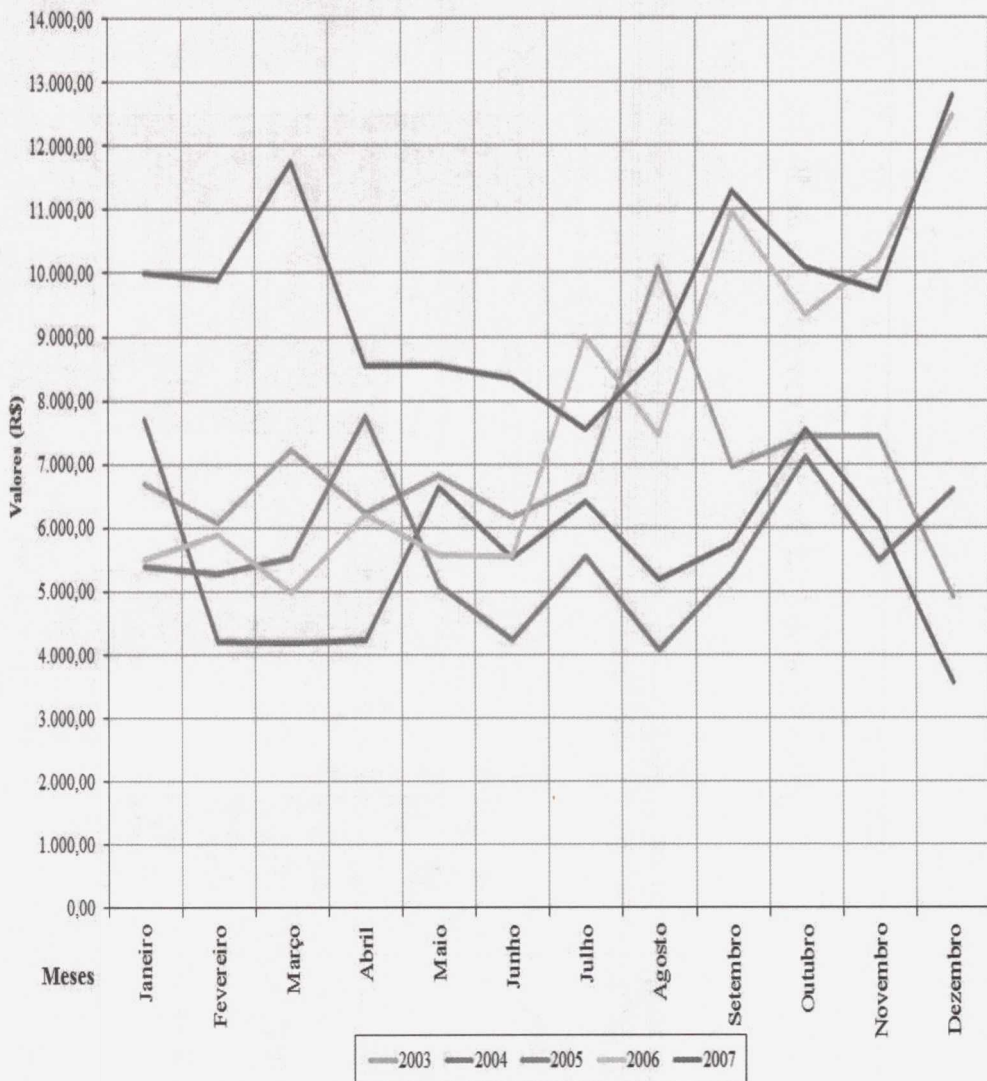


Gráfico 4: numero de publicações com as expressões: agroecologia, agroecology, agroecologie

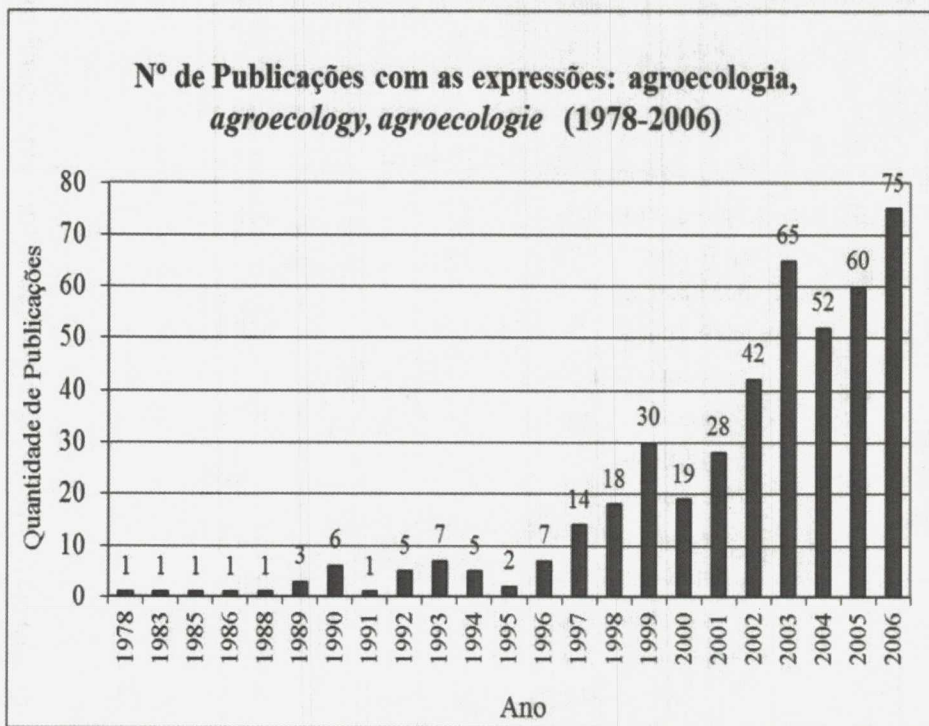
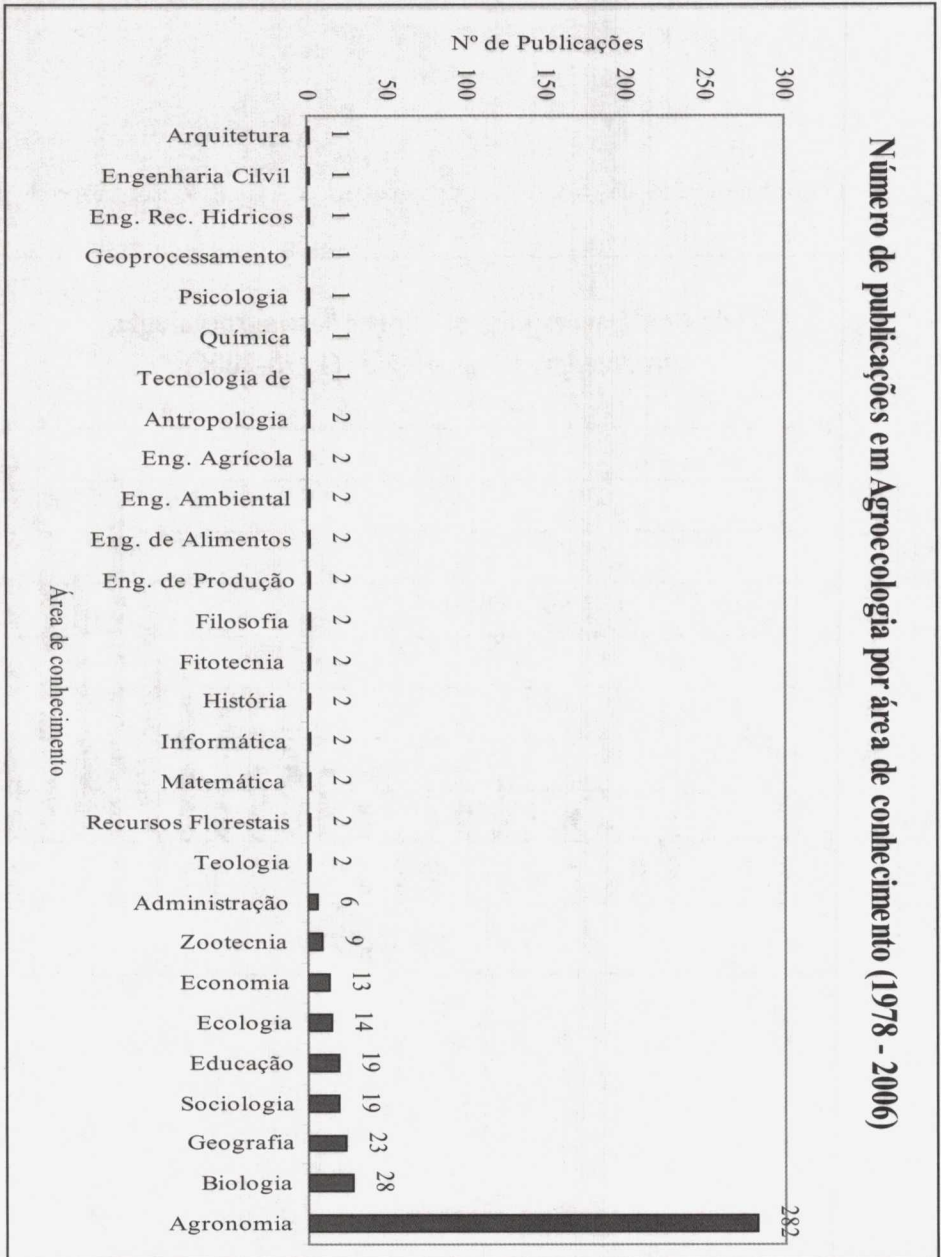
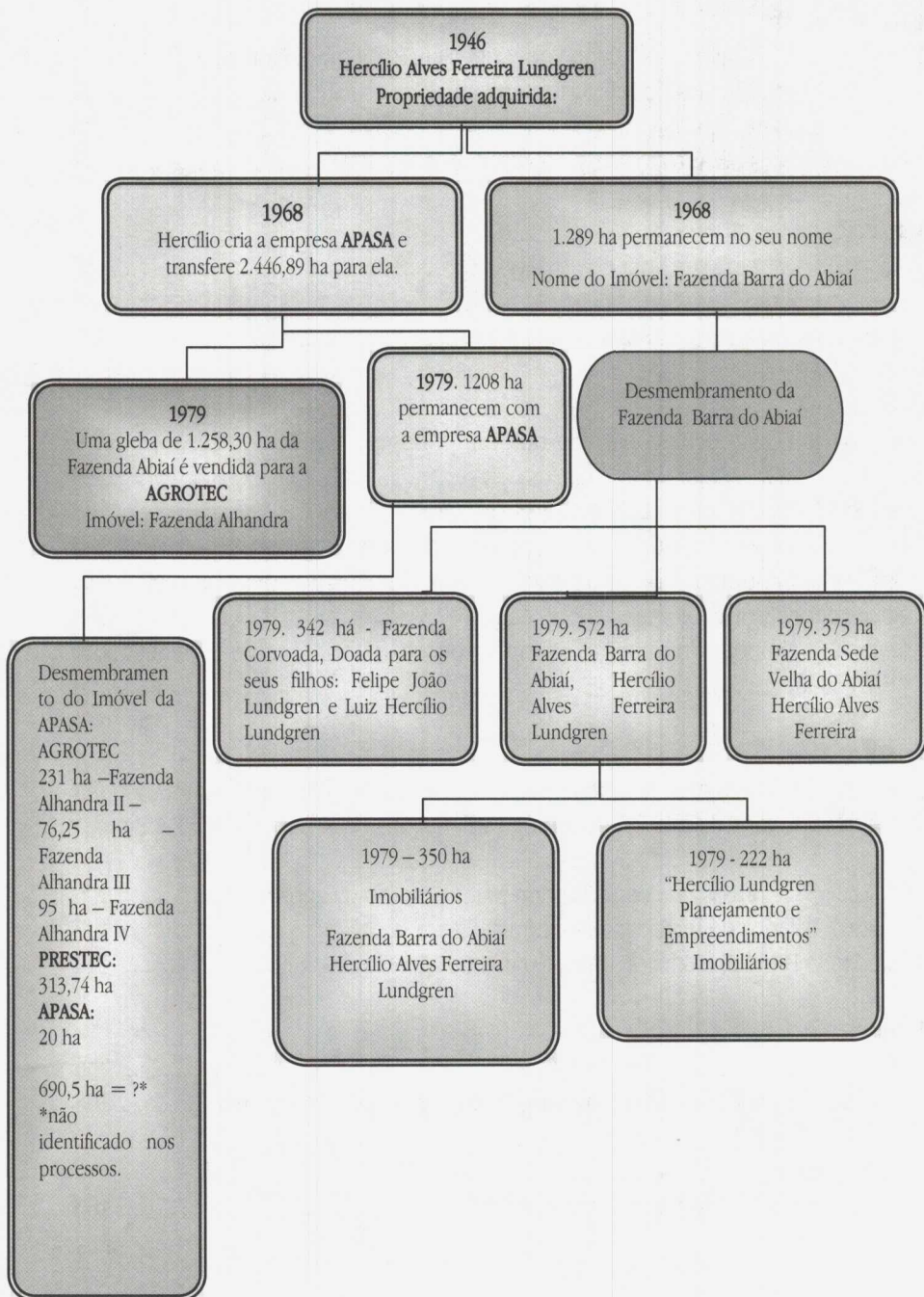


Gráfico 5: Número de publicações em agroecologia por área de conhecimento (1978-2006)



Organograma 1: Desmembramento da terra



Lista de figuras

Figura 1: Orbis Terrarum – Mapa de Psalter (1250). Fonte: Noronha (2005) ...	25
Figura 2: Terra Brasilis de Lopo Homem – 1519.....	26
Figura 3: Árvore hiperbólica.....	128
Figura 4: Redes da Agroecologia do Assentamento APASA.	141

Mapas

Mapa 1: Localização da área de estudo	188
Mapa 2: Divisão Municipal da Paraíba – 1960.....	188
Mapa 3: Assentamento APASA.....	188

Gráficos

Gráfico 1: Perfil Socioeconômico dos camponeses do Assentamento APASA – 2005.....	188
Gráfico 2: Receita anual da Feira Agroecológica do Bessa	188
Gráfico 3 : Receita anual da feira agropecuária do Bessa	188
Gráfico 4: número de publicações com as expressões: agroecologia, agroecology, agroecologie	188
Gráfico 5: Número de publicações em agroecologia por área de conhecimento (1978-2006)	196

Quadros

Quadro: 1 Maiores proprietários de terra na década de 1960 em Pitimbu.....	37
Quadro: 2 Dados da Feira Agroecológica Paraibana da Zona da Mata Paraibana..	68
Quadro: 3 Teóricos que contribuíram para o estudo da agroecologia..	78
Quadro: 4 Tipos de fertilizantes naturais.....	107
Quadro: 5 Problemas decorrentes do uso de agrotóxicos.	114

Tabelas

Tabela 1: Estrutura fundiária de Pitimbu – 1967.....	36
Tabela 2: Quantidades de Nitrogênio, Fósforo e Potássio por adubo.....	108

Organograma

Organograma 1: Desmembramento da terra.....	188
---	-----